

CLIPPING



10/02/2020

Grande Imprensa

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Mais uma do MEC](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[A economia deu uma fraquejada](#)

[Língua culta](#)

[Regina Duarte quer levar TV Escola para a Cultura](#)

[Para baixo e avante](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Menos...](#)

[Sem análise do Congresso, MPs devem caducar](#)

O GLOBO - RJ

[O país de Weintraub](#)

[E se o Fundeb acabasse?](#)

[Voucher para creche não tem consenso científico](#)

Imprensa Estadual

A TARDE - BA

[Future-se e rejeitado por universidades](#)

O DIA - PI

[Inscrições para mestrado do Profletras encerram nesta segunda-feira](#)

A CRÍTICA - AM

MEC

[Lista de espera do Sisu sai hoje](#)

A TARDE - BA

[Gestores temem prioridade ao atendimento das leis de mercado](#)

[Carteira criada pelo MEC pode perder validade](#)

CORREIO DO ESTADO - MS

[Educação e Turismo animam políticos em Brasília](#)

CORREIO DO POVO - RS

[Escolas começam o retorno às aulas](#)

[Ministério revoga portaria restritiva](#)

AGENDA DO ENSINO

DIÁRIO DO NORDESTE - CE

[Bancada cearense foca em projetos que impactam estados e municípios](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[Placa "saída" é logo ali](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Novas oportunidades de exploração sustentável do oceano são apresentadas](#)

MEIO NORTE - PI

[Educação e Turismo animam políticos em Brasília](#)

ORELHA QUENTE

[Professores terão piso de R\\$ 3.167](#)

[Municípios gastam 30% com a Educação](#)

O DIA - RJ

[Base Nacional Comum Curricular impõe desafio de adequar diretrizes comuns às diferentes realidades do Brasil](#)

O LIBERAL - PA

[Educação e Turismo](#)

O POPULAR - GO

[Dificuldade para matrículas](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA FOLHA

[Design inteligente](#)

A TRIBUNA DE SANTOS - SP

[Capes e pesquisa](#)

CORREIO WEB

[Concursos](#)

FOLHA PA

[Capes lança edital para doutorado pleno nos EUA](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Weintraub não quer desistir de carteirinha estudantil e enviará projeto após fracasso com MP](#)

CORREIO 24 HORAS

[Programa ambiental vai reforçar vínculo entre crianças na escolas municipais](#)

G1

[Escolas do DF iniciam ano letivo sem implementar programa cívico-militar do MEC](#)
[Novo cartão-creche vai oferecer 10 mil bolsas de R\\$ 803 mensais no DF, diz governo](#)
[Universidades federais do Sul de MG começam 2020 com ajustes no orçamento e adotam cautela](#)

PORTAL VEJA

[MEC diz que lista de espera do Sisu será divulgada na segunda, 10](#)

TNONLINE

[Lista de espera do Sisu será publicada nesta segunda-feira](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Bolsonaro e Maia se reuniram no Alvorada neste domingo](#)

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Museu Nacional do Rio teme não ter dinheiro para reabrir em 2022](#)

[Se Deus não mente, a evolução é um fato, caro presidente da Capes](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Relação conflituosa](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Censura de livros em Rondônia é produto de uma máquina reacionária](#)

[Pescando um ministério](#)

[Na linha](#)

[O caótico MEC de Weintraub](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[As prioridades de cada um](#)

O GLOBO - RJ

[Weintraub é ministro só dele mesmo](#)

[O fundo do poço](#)

[Advogados em apuros...](#)

[O caótico MEC de Weintraub](#)

MINISTÉRIO DA CRISE

Revistas

CARTA CAPITAL - SP

[Do banco escolar ao banco dos réus](#)

Imprensa Estadual

ESTADO DE MINAS - MG

[Polêmica da semana: a razão e a fé](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[Validade do Fundeb pode ser de 10 anos](#)

O LIBERAL - PA

[Sem o aval do Mec, instituições encerram cursos](#)

O TEMPO - MG

[Portaria do MEC é revogada Medida limitava viagens](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA DO RÁDIO

[Capes lança edital para doutorado pleno nos EUA](#)

A TRIBUNA DE SANTOS - SP

[Capes e pesquisa](#)

CAMPO GRANDE NEWS

[Inscrição no mestrado em Letras da UEMS termina na terça-feira](#)

FATO AMAZÔNICO

[Brownies com produtos amazônicos, livre de glúten, lácteos e conservantes é desenvolvido no Amazonas](#)

PARAÍBA URGENTE

[Campus Jacobina do IFBA representa a Rede Federal na Espanha](#)

PBAGORA

[Programa seleciona bolsistas para doutorado nos Estados Unidos](#)

SBNOTÍCIAS

[Professores da rede estadual podem concorrer a bolsa de estudos nos EUA](#)

G1

[40% dos professores de ensino médio não são formados na disciplina que ensinam aos alunos](#)

PORTAL VEJA

[O que Weintraub, Santos Cruz e Bebianno têm em comum](#)

R7

[Estudantes querem psicólogo na escola, mas falta regulamentação](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MEC revoga portaria que limitava participação de cientistas em congressos](#)

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[A ciência nossa de cada dia](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[O design inteligente, tido como vertente do criacionismo, é uma teoria científica válida?](#)

NÃO

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Design inteligente do vírus](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[MP apura ordem para recolher livros](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Missão impossível](#)

[O design inteligente, tido como vertente do criacionismo, é uma teoria científica válida?](#)

SIM

[Desastre anunciado](#)

[Governo Bolsonaro muda de posição e quer Fundeb com prazo de validade de 10 anos](#)

[De Brasília para Rondônia](#)

[Ao menos 6 universidades adiam lista de aprovados após novo erro no Sisu](#)

CLIPPING



[Sem reajuste, bolsa de médicos residentes terá desconto maior de INSS](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Desencontros entre educação e trabalho](#)

[Erro em lista do Sisu causa novo atraso](#)

[No ano passado, MEC perdeu equipe de TI](#)

[Equipe econômica vê ano de 'riscos fiscais'](#)

O GLOBO - RJ

[O guarda da esquina](#)

[Deixe o ódio para quem tem](#)

[Rondônia: MPF investiga pedido para recolher livros](#)

Imprensa Estadual

DIÁRIO DE CUIABÁ - MT

[Um criacionista na Capes](#)

A NOTÍCIA - SC

[COMO USAR O FIES PARA FINANCIAR A FACULDADE](#)

A TARDE - BA

[Ensino semipresencial](#)

CORREIO DO POVO - RS

[Mais transparência no ensino gaúcho](#)

[IFES adiam convocação da lista de espera do Sisu](#)

[Finanças preocupam instituições](#)

[Portarias serão tema de debate](#)

AGENDA DO ENSINO

DIÁRIO CATARINENSE - SC

[COMO USAR O FIES PARA FINANCIAR A FACULDADE](#)

DIÁRIO DE CUIABÁ - MT

[Várzea Grande abre o ano letivo com entrega de 110 mil uniformes e 80% de unidades escolares recuperadas](#)

FOLHA DE BOA VISTA - RR

[Opir cobra merenda, transporte e calendário escolar](#)

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE

[Governo quer propor novo Fundeb](#)

[Após erro no Sisu, UFRPE adia lista de aprovados](#)

O DIA - PI

[Átila admite problemas no MEC, mas rechaça impeachment de ministro](#)

O LIBERAL - PA

[MEC adia divulgação de lista de espera do Sisu](#)

O POPULAR - GO

[Modelo aposta na disciplina](#)

[Especialista critica papel de militares](#)

[Prefeitos vão pagar novo piso, de olho na reeleição](#)

[Conhecimento e desenvolvimento](#)

[Em Goiás, escolas buscam antecipar adaptação](#)

[Monitores vão cuidar de questões pedagógicas](#)

TRIBUNA DO NORTE - RN

[Como pais devem participar da vida escolar das crianças](#)

[SEEC: calendário de matrículas](#)

[Divulgação da lista de espera será segunda, 10](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA FOLHA

CLIPPING



[O design inteligente, tido como vertente do criacionismo, é uma teoria científica válida?](#)

[NÃO](#)

CAMPO GRANDE NEWS

[Uems prorroga até terça o prazo de inscrição no mestrado em Letras](#)

CENTRAL DE NOTÍCIAS

[O design inteligente do coronavírus](#)

[O design inteligente, tido como vertente do criacionismo, é uma teoria científica válida?](#)

[NÃO](#)

[Profletras prorroga inscrições para o Exame Nacional de Acesso](#)

PLANTÃO DOS LAGOS

[MEC revoga portaria que limitava viagens de cientistas e de professores](#)

SEGS - PORTAL NACIONAL

[Programa seleciona bolsistas para doutorado nos Estados Unidos \(Destaque\)](#)

AGÊNCIA ESTADO

[MPF investiga atuação do governo de Rondônia no pedido de recolhimento de livros](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Ao menos 6 universidades adiam lista de aprovados após novo erro no Sisu](#)

[Academia Brasileira de Letras classifica como deplorável censura a livros em Rondônia](#)

G1

[Ufac adia divulgação da 2ª chamada da lista de espera do Sisu por recomendação do](#)

[MEC](#)

[MEC revoga portaria que limitava viagens de cientistas e de professores](#)

[UFMG adia divulgação da 1ª chamada da lista de espera do Sisu por recomendação do](#)

[MEC](#)

JPNEWS

[Três Lagoas exportou 468 mil toneladas de celulose em janeiro](#)

O DIA - RJ

[Acordo abre 2 mil vagas de EAD](#)

PORTAL EXAME

[Resultado para Universidades Federais atrasa após erro em lista do Sisu](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Alunos relatam mal-estar após beber água na FAAP; bebedouros foram lacrados](#)

[MPF apura suposta ordem para que livros fossem recolhidos em Rondônia](#)

[De "parasita" a "zebra gorda", servidor público é alvo do governo Bolsonaro](#)

Imprensa Estadual

HOJE EM DIA - MG

[CAPES SELECIONA BOLSISTAS PARA CURSO DE DOUTORADO NOS](#)

[ESTADOS UNIDOS](#)

[PRAZO DA REPESCAGEM DO SISU SERÁ ABERTO HOJE](#)

[ESTUDANTES TÊM ATÉ DIA 12 PARA TENTAR FIES; SÃO OFERTADAS 100](#)

[MIL VAGAS](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[Um sucesso em sala de aula](#)

[A primeira peça da reforma ministerial](#)

[Lewandowski vai relatar impeachment](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Pesquisadora cria adesivo à base de semente de mamona](#)

[Projeto de urbanismo em prol da sociedade recebe prêmio](#)

MEIO NORTE - PI

[UESPI teve mais de 56 mil inscritos no SISU](#)

O ESTADO DO MARANHÃO - MA

[Para professores](#)

O ESTADO - MS

[Bugalhos](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA FOLHA

[Manifesto aponta preconceito contra evangélicos no governo](#)

CENTRAL DE NOTÍCIAS

[Gênero e Número lança plataforma de mulheres protagonistas na ciência](#)

[Manifesto aponta preconceito contra evangélicos no governo](#)

FOLHA DA REGIÃO

[FOA da Unesp firma parceria com universidade holandesa](#)

INFONET

[Lançado edital para doutorado pleno nos Estados Unidos](#)

MAXPRESSNET

[Seleção de colaboradores do Saeb termina ao meio-dia desta sexta, 7](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Governo Bolsonaro muda de posição e quer Fundeb com prazo de validade de 10 anos](#)

AGÊNCIA VALOR

[Lewandowski relatará pedido de impeachment de Weintraub no STF](#)

G1

[Após suspensão de aulas nas escolas rurais de Uberaba por falta de transporte, secretária de Educação vai ao MPMG](#)

[UFRN acata decisão da Justiça e matricula em Medicina estudante que questionou classificação no Sisu](#)

[OAB Rondônia critica documento que mandava recolher 43 livros de escolas estaduais: odiosa censura, diz](#)

[Sisu 2020: convocações da lista de espera começam na sexta-feira](#)

[Aulas do 1º mestrado indígena do Centro-Oeste são realizadas em MT e contam com 20 alunos](#)

[Projeto da UFU oferece exercícios físicos gratuitos para mulheres em Uberlândia](#)

PORTAL VEJA

[“Weintraub não pode continuar”, diz relator do pedido de impeachment](#)

[Um Secretário de Educação absolutamente inadequado](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES

Mais uma do MEC

Na mesma semana em que a imprensa mundial divulgou que universidades e centros de pesquisa do mundo inteiro estão promovendo encontros científicos para tentar coibir o avanço da epidemia de coronavírus, os jornais brasileiros publicaram a Portaria n.º 2.227, baixada pelo Ministério da Educação (MEC) no último dia de 2019. Num de seus artigos, ela estabelece que os órgãos vinculados à pasta – inclusive as universidades federais e os institutos técnicos – só podem autorizar, “no máximo, a presença de dois representantes em eventos no País e um representante para eventos no exterior”, mesmo que os gastos com viagens e diárias não sejam pagos pela União.

Os dois fatos estão vinculados e dão a medida da incompetência administrativa e da insensibilidade do MEC na gestão de um governo que já bloqueou verbas do ensino

superior público e acusou as universidades federais de ser “locais de balbúrdia e doutrinação”. Na prática, a portaria inviabiliza reuniões da mais alta relevância da comunidade acadêmica, onde cientistas discutem com colegas o estágio de suas pesquisas, descobertas preliminares e dados coletados ou que aguardam publicação. Também dificulta encontros científicos financiados por organismos multilaterais e por agências internacionais de fomento à pesquisa.

Em resposta a mais essa iniciativa desastrosa do MEC, cerca de 40 entidades científicas lideradas pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e pela Academia Brasileira de Ciências (ABC) divulgaram um documento, solicitando ao ministro Abraham Weintraub a revogação de alguns artigos da portaria, especialmente os que dispõem sobre procedimentos para afastamento de professores, cientistas e pesquisadores.

O documento lembra que a portaria prejudica a internacionalização e o protagonismo da ciência e da tecnologia nacionais. A portaria também impede a realização de seminários, congressos, simpósios e reuniões anuais de sociedades científicas, dificultando a troca de experiências entre jovens pesquisadores. E ainda ameaça a realização de missões bilaterais e colaborações internacionais, que foi um dos instrumentos utilizados nas últimas décadas por países asiáticos – como Coreia do Sul – para colocar suas instituições de ensino e pesquisa nas primeiras colocações dos rankings de qualidade.

“As restrições à mobilidade contribuirão para o empobrecimento da formação do jovem cientista brasileiro, fato que não ocorre em nenhum outro país que preze pela ciência e pela tecnologia. Devido ao crescimento exponencial do conhecimento científico, é comum ter, em uma mesma unidade ou grupo de pesquisa, cientistas que, embora reunidos em torno de um tema, trabalham em projetos e subáreas distintas. Por isso mesmo, é frequente, em reuniões nacionais e internacionais, a participação de membros de uma mesma unidade ou grupo de pesquisa”, diz o documento.

Segundo o presidente da ABC, o físico Luiz Davidovich, a portaria foi escrita por quem não entende de ensino e pesquisa, que é o caso de Weintraub. Dirigentes de outras entidades vão além. Segundo eles, os problemas da portaria não foram causados só por ignorância e incompetência, mas, também, por preconceito ideológico, tal a aversão de vários ministros do governo Bolsonaro à globalização. Esse argumento ganhou força depois que, procurada para comentar a reivindicação das sociedades científicas, a equipe de Weintraub afirmou que a resposta seria dada pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, cujo novo presidente é defensor da teoria criacionista, que se opõe à teoria da evolução das espécies, que há muito tempo foi endossada pela ciência.

A escalada de descabros do MEC resulta do erro que o governo Bolsonaro cometeu ao privilegiar critérios mais religiosos do que técnicos, numa área tão estratégica para o futuro do País, como a educação e a ciência.

Ao restringir viagens de docentes e cientistas, o MEC afasta o Brasil do mundo globalizado

N. da R. – A revogação da portaria evita seus efeitos, mas não apaga sua inspiração.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

A economia deu uma fraquejada

Estagnação de 40 anos está baseada em instrução de menos e privilégios de mais

Aqui se permite que os gestores do ensino público, da ciência e da inovação sejam néscios e incompetentes. Tiranossauros da destruição ambiental ainda caminham sobre a terra brasileira.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/viniciusmota/2020/02/a-economia-deu-uma-fraquejada.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL S.A.

Língua culta

Mercado e empresariado não se manifestam publicamente para expressar apoio à gestão de Abraham Weintraub no Ministério da Educação, mas nos bastidores existe a avaliação de que a pasta está em boas mãos, a despeito do fracasso do Enem e da ortografia do titular.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2020/02/empresarios-aprovam-gestao-de-weintraub.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MÔNICA BERGAMO

Regina Duarte quer levar TV Escola para a Cultura

Bolsonaro já defendeu que MEC cancele contrato com a emissora

A atriz Regina Duarte está empenhada em levar a TV Escola para o guarda-chuva da Secretaria Especial da Cultura. A ideia teria partido do ator Carlos Vereza, que apresenta o programa “Plano Sequência”, da emissora.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/02/regina-duarte-quer-levar-tv-escola-para-a-cultura.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ILUSTRADA

Para baixo e avante

A cada dia um novo esforço para não brochar

É de se perguntar o que levou o governo de Rondônia a recolher clássicos da literatura sob o argumento de “conteúdo inadequado”. Ignorância, com certeza. Burrice, por óbvio. Obscurantismo, claro. Mas tudo isso ainda parece pouco quando olhamos os títulos. Que critérios, que razões, o que determinou a montagem da lista?

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/claudia-tajes/2020/02/para-baixo-e-avante.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - COLUNA DO ESTADÃO

Menos...

A Secretaria Municipal de Educação de São Paulo deve anunciar nos próximos dias novas regras para os concursos de professores. A ideia é realizar processos seletivos mais difíceis, nos quais apenas os primeiros colocados devem ser chamados.

» ...é mais. Em vez dos concursos com prazos longos (quatro anos) e aprovação de longas listas, a ideia é realizar seleções frequentes, todos os anos. A mudança faz parte da série de transformações na pasta.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

Sem análise do Congresso, MPs devem caducar

Duas medidas provisórias do governo devem perder validade nesta semana sem ser analisadas pelo Congresso. Os textos, sobre a emissão de carteirinhas estudantis e a publicação de editais de licitações em jornais, devem ser arquivados. Para não caducarem, elas têm de ser votadas até o próximo domingo.

Ontem, o presidente Jair Bolsonaro e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), se reuniram por quase uma hora no Palácio da Alvorada para tratar da agenda da semana. O Palácio do Planalto não informou se as MPs foram assunto do encontro. Ao Estado, Bolsonaro já admitiu que elas devem caducar.

As duas MPs são consideradas atos de retaliação do governo. Em agosto, o presidente assinou MP para pôr fim à divulgação de balanço de empresas de capital aberto em jornais. Bolsonaro chegou a dizer que a medida era uma “retribuição” à forma como foi tratado pela imprensa durante a campanha. Já a MP da Liberdade Estudantil retira o monopólio da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) para emitir carteirinhas.

topo ↕

O GLOBO - RJ - ANCELMO GOIS

O país de Weintraub

O acadêmico Antonio Carlos Secchin chama atenção para a Secretaria de Educação de Rondônia, sobre a tentativa de censurar livros de Machado de Assis e de outros autores clássicos. O secretário informou, em nota, que “havam [sic] livros paradidáticos”: — Proponho, educadamente, que o sr. secretário comece então a lê-los, para aprimorar seu desempenho em língua portuguesa.

Em tempo

Sobre a lambança que o Abraham Weintraub aprontou no último Enem, tem um frevo de 1976, quando o ministro era apenas um péssimo estudante, como mostrou a “Época”, chamado “Eu levei pau”, com Ivanildo Silva, que traz os seguintes versos: “Eu levei pau, pau, pau/ No vestibular/ Mas a culpa não foi minha, meu amor/ Foi erro do computador”. Evoé!

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

E se o Fundeb acabasse?

O Fundeb é o principal mecanismo de financiamento da educação básica, e tem um papel redistributivo essencial

O que acontecerá coma educação no país caso, em janeiro de 2021, os futuros secretários municipais assumam suas pastassem que o Fundeb esteja em vigor? O fundo foi instituído pelo Congresso no governo de Fernando Henrique Cardoso, e ampliado no de Luiz Inácio Lula da Silva. É hoje o principal mecanismo de financiamento da educação básica, e tem um papel redistributivo essencial, por privilegiar municípios com maior número de alunos na divisão dos recursos que o compõem.

A emenda constitucional que criou o Fundeb estipulou um prazo de vigência de dez

anos, que termina agora em 2020. Há um impasse em sua tramitação, especialmente na definição da parte que cabe à União. O texto apresentado pela relatora do Fundeb na Câmara, Professora Dorinha (DEM-TO), prevê que o governo federal entre com 40% dos recursos. O MEC — com zero capacidade de articulação política no Congresso devido ao ministro Abraham Weintraub — propôs que o percentual, hoje de 10%, aumentasse gradativamente apenas para 15%.

Parares ponder à pergunta que dá início a este texto, a coluna entrevistou uma secretária de Educação de um típico município brasileiro, em termos de porte populacional. Bonito (PE), a 136 km de Recife, tem população estimada em 40 mil habitantes. Em 2017, a rede municipal de lá registrou o melhor Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) de Pernambuco no 5º ano do ensino fundamental :7,2, numa escala de zero a dez. Maria Elza da Silva, secretária de Educação desde 2009, conta que o Fundeb representa 68% de suas receitas. Sem o fundo, quem estiver à frente da pasta em janeiro de 2021 terá que tomar decisões drásticas. Por exemplo, o Censo Escolar de 2019 indica que há 396 crianças matriculadas em creche, metade delas atendidas em tempo integral. É um número insuficiente para atender a demanda local, mas, sem o Fundeb, todos os planos de expansão teriam que ser cancelados. As crianças já matriculadas também seriam afetadas, pois seria inviável manter o funcionamento em tempo integral, o que acabaria afetando a rotina e a renda doméstica das famílias atendidas.

Os estragos não se restringiriam à educação infantil. No ensino fundamental, seria necessário fechar escolas e reagrupar alunos. Segundo o Censo Escolar do MEC, o número médio de alunos por turma no ensino fundamental na cidade é de 28. Com menos recursos para contratar e manter os atuais professores —o Fundeb é hoje responsável por todo o pagamento do quadro de pessoal na escola —essa média necessariamente aumentaria. Os alunos mais afetados seriam os mais vulneráveis, hoje atendidos em áreas rurais, onde a densidade populacional é menor. “Seria necessário fazer um reordenamento da rede. Não teríamos mais condições de manter escolas do campo onde há professores atendendo 12 ou 13 alunos por turma”.

O município teria também que cancelar todo o investimento que faz na formação de seus professores, exatamente no momento em que as redes estão se adaptando à nova Base Nacional Comum Curricular. Na avaliação da secretária, o fim do Fundeb colocaria em risco toda a melhoria verificada nos indicadores educacionais do município, e representaria o fim de qualquer possibilidade de cumprir as metas dos planos municipais, estaduais e nacional de educação. “Se o secretário municipal chegar em 2021 sem Fundeb, entramos em estado de calamidade na educação”, resume Elza da Silva.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Voucher para creche não tem consenso científico

Especialistas que apoiam a ideia afirmam que é preciso testá-la em pequenos projetos-piloto, enquanto críticos apontam outras medidas mais consolidadas; ministros da Economia e da Educação defendem modelo

Ao tratar em Davos de um “gigantesco programa de vouchers para educação nos primeiros estágios”, o ministro da Economia, Paulo Guedes, esquentou o debate sobre o modelo. Nele, defensores e críticos, concordam em um ponto: ainda não há consenso científico sobre seu impacto na qualidade da oferta.

Apoiadores afirmam que é preciso colocar a ideia em prática em pequenos pilotos para teste, enquanto críticos apontam outras medidas mais consolidadas.

— Estamos há 60 anos apostando no mesmo modelo de escola pública e nossos resultados não são satisfatórios — argumenta o economista Marcos Ricardo dos Santos, especialista em políticas públicas do Ministério da Economia e autor do livro “Vouchers na Educação”: — Se você é filho da elite, os pais podem escolher a sua escola, que tem pedagogias diferentes. Uma são mais rígidas, outras mais progressistas, outras mais conservadoras. Já as mais pobres têm que aceitar o modelo, forma e tipo de educação indicada pelo estado.

Por outro lado, o especialista em dados educacionais e econômicos e doutor em Educação Gregório Grisa, que é contra a ideia, defende medidas como programas ligados à primeira infância, creches em tempo integral, formação docente e ampliação de unidades escolares planejadas.

— Além disso, diante do volume da demanda, não é factível pensar que a rede privada teria como absorver muito mais do que atende hoje, ainda mais na escala que o governo parece pretender. Nas regiões mais pobres, a oferta de vagas na rede privada é ainda mais modesta — afirmou.

MODELO EM CONSTRUÇÃO

No modelo original de voucher, pensado pelo economista americano Milton Friedman na década de 1950, o poder público repassa um valor às famílias e elas escolhem sua escola de preferência. Chile, Colômbia, Austrália, Suécia e 15 estados americanos utilizam variações do sistema.

— No mundo ideal, o melhor é ter vários modelos simultâneos que se adéquem às necessidades de cada região. Ou seja, contar com a creche pública de rede própria, com as instituições sem fins lucrativo conveniadas e também com o voucher para ser utilizado em momentos e situações particulares, como no caso de Roraima, que recebeu uma migração maciça de venezuelanos — diz João Marcelo Borges, diretor de Estratégia Política do Todos Pela Educação.

O governo federal ainda não divulgou detalhes do modelo de política pública para a primeira infância centrado nos vouchers. Além de Paulo Guedes, o ministro da Educação Abraham Weintraub, já apoiou publicamente o modelo.

Há, no MEC, um projeto para a utilização de R\$ 1 bilhão, recursos recuperados pela Lava-Jato, para o financiamento dos vouchers. O dinheiro ainda não foi usado por insegurança jurídica, já que a Constituição veta o repasse de dinheiro público para escolas privadas.

Nos EUA, existe um modelo diferente por estado. Alguns descontam, como no Brasil, os gastos com educação no Imposto de Renda. No entanto, esse abatimento lá é bem mais expressivo do que aqui e chega a 75% do valor pago.

DEFESA DA ESCOLHA

Outros, dão vouchers diretamente às famílias. Em 2020, são 538 mil alunos financiados por alguma dessas formas — menos de 1% dos estudantes americanos. Os valores destes "vale-educação" variam entre R \$8,3 mil a R \$37 mil anuais.

No Brasil, um aluno em escola pública custa entre R\$ 4,7 mil a R \$6,6 mil na creche, modalidade como maior custo por estudante.

— É preciso que o valor do voucher seja o suficiente para permitir aos pais uma escolha real. Caso contrário, será difícil usá-lo para pagar por opções educacionais de boa qualidade — afirma Michael McShane, diretor de pesquisa da EdChoice, instituição americana fundada por Friedman voltada para a defesa de políticas para que as famílias possam escolher o modelo educacional que desejem aos seus filhos.

Segundo João Marcelo, do Todos pela Educação, se o país adotasse os mesmos valores que gasta por aluno na creche pública poderia pagar uma mensalidade em torno de R\$ 500 por criança.

— É importante saber se as escolas conseguiriam prover uma educação infantil de qualidade por R\$ 500 ao mês — avalia.

Algumas cidades brasileiras tiveram experiências similares às dos vouchers. Porto Alegre (RS), entre 2016 e 2017, e Piracicaba (SP), entre 2017 e 2018, decidiram pagar por vagas em escolas privadas sem fins lucrativos para conseguirem matricular todas as crianças na educação infantil. Mas as famílias não tinham direito de escolher a unidade. A cidade de São Paulo aprovou medida similar para este ano.

— Adotar o voucher requer regulação muito bem feita, que impeça o comportamento oportunista do setor privado para obter recursos públicos — defende Naercio Menezes, do Centro de Políticas Públicas do Insper.

“Se você é filho da elite, os pais podem escolher a sua escola, que tem pedagogias diferentes. Se não, tem que aceitar o modelo do Estado”

Marcos Ricardo dos Santos, defensor da política de voucher

“É importante saber se as escolas conseguiriam oferecer uma educação de qualidade recebendo R\$ 500 por mês”

João Marcelo Borges, diretor do movimento Todos Pela Educação

[topo](#)

A TARDE - BA - SALVADOR

Future-se e rejeitado por universidades

EDUCAÇÃO Projeto que busca autonomia financeira para instituições federais de ensino é submetido a nova consulta

Com a segunda consulta pública encerrada no último dia 24, o programa Future-se, lançado em julho de 2019 pelo Ministério da Educação (MEC), já foi rejeitado por três das quatro universidades federais baianas. A exceção é a Universidade Federal do Oeste (Ufob), na qual a assessoria de imprensa disse que o Conselho Universitário ainda não discutiu o tema.

"Nossa preocupação com o projeto é a perspectiva privatizante, principalmente a questão da existência de um fundo soberano, patrimonial, que iria financiar as universidades", declara a pró-reitora de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal da Bahia (Ufba), Denise Vieira de Silva.

A assessoria de imprensa do MEC informou que não tinha fonte disponível para falar sobre o programa, se limitando a afirmar que o "Future-se tem o objetivo de dar maior autonomia financeira a universidades e institutos federais por meio do fomento à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo".

De acordo com apresentação do projeto no site do MEC, a implantação do Future-se inclui a assinatura de contratos de gestão entre as universidades e organizações sociais qualificadas pelo governo federal, por meio dos seus ministérios. Uma das possibilidades abertas a partir do modelo proposto é a contratação de professores sem a realização de concurso público.

CLT

Para a pró-reitora, a ideia de contratar professores pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) é mais um dos aspectos que precariza o trabalho dos docentes e técnicos, consequentemente prejudicando a aprendizagem dos estudantes.

"Nas universidades federais, 80% dos professores têm dedicação exclusiva, então o estudante tem a oportunidade não só de assistir suas aulas, mas também de fazer pesquisa, participar de um projeto de extensão, de prestar serviços à comunidade, fazer cursos de teatro, dança, línguas estrangeiras... Ele tem uma formação cultural completa", ressalta Denise.

Vice-presidente da entidade que representa os professores universitários da Bahia, a Apub Sindicato, Emanuel Lins Freire acredita que dessa forma "o professor fica sem autonomia, pois torna-se refém do contrato". Ele explica que a CLT seria usada na contratação de docentes para atuar em projetos específicos desenvolvidos a partir de recursos captados pela universidade.

Atualmente, apenas professores substitutos ingressam nas instituições federais de ensino sem passar por concurso. Ainda assim, os profissionais são submetidos a um processo seletivo publicado em edital e o contrato tem duração máxima de dois anos.

Na avaliação do Conselho Superior da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que rejeitou o Future-se por unanimidade, em reunião realizada em dezembro, dois aspectos do projeto são especialmente danosos.

Em posicionamento divulgado após a decisão, o Conselho destacou a desvinculação do fomento das instituições do orçamento público e a progressiva desresponsabilização do setor público pelo financiamento das universidades".

O projeto também foi rejeitado na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), de acordo com informações da assessoria de comunicação da instituição.

Embora a nota enviada pela assessoria do MEC garanta que a iniciativa "não pretende diminuir os repasses da União para às instituições, apenas promover urna complementação nos recursos", Freire prevê um mecanismo para que essa

desresponsabilização seja efetivada. "Para reduzir o financiamento público você não precisa parar de pagar, basta não reajustar. Dessa forma, o que hoje é 100, daqui a alguns anos vira 50, com mais algum tempo vira dez", alerta.

A nota do Ministério enfatiza ainda que o projeto tem adesão voluntária, mas o vice-presidente da Apub Sindicato avalia que a versão recentemente submetida a consulta pública inclui um instrumento de pressão. Ele considera que a vinculação entre a adesão e o repasse de recursos para pesquisa "é uma espécie de chantagem".

No site do Ministério da Educação, um dos pontos destacados da proposta atual é a concessão prioritária de bolsas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** aos participantes do Future-se.

topo ↕

O DIA - PI - EM DIA

Inscrições para mestrado do Profletras encerram nesta segunda-feira O candidato deve ser professor de português em escola da rede pública e fazer parte do quadro permanente de servidores

As inscrições para o ingresso na sétima turma do Mestrado Profissional em Letras (Profletras), no campus Poeta Torquato Neto, em Teresina, estão abertas até 10 de fevereiro. São ofertadas 13 vagas.

Para concorrer às vagas do Mestrado Profissional em Letras é preciso possuir diploma de curso superior de licenciatura em Letras, com habilitação em Português, devidamente registrado no Ministério da Educação; ser professor de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) em escola da rede pública, regularmente admitido e pertencente ao quadro permanente de servidores.

As inscrições estão abertas no site da Comperve. Para se inscrever, o candidato deverá, obrigatoriamente, ter CPF, documento de identificação e preencher todos os campos do formulário de inscrição. As provas serão de caráter eliminatório e classificatório, com questões discursivas e objetivas, aplicadas no dia 15 de março, e o resultado final sairá dia 6 de maio.

Profletras

O Profletras é um programa de pós-graduação stricto sensu em Letras, reconhecido pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, do Ministério da Educação, coordenado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O programa é desenvolvido em todas as regiões do Brasil por Instituições de Ensino Superior associadas.

Para mais informações, entre em contato com a coordenação do Profeletras — Uespi, por meio do e-mail: profletrasuespi@bol.com.br; ramal 374 ou telefone (86) 3213-2547.

topo ↕

A CRÍTICA - AM - SIM & NÃO MEC

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, pode comparecer ao Senado amanhã para falar sobre problemas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O ministro não é obrigado a comparecer, mas uma eventual ausência poderá motivar uma convocação, da qual ele não poderia ser esquivar.

Erros Relatório da comissão externa da Câmara dos Deputados destinada a acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do Ministério da Educação apontou diversos erros na gestão de Weintraub, que se encontra nesta tarde com o presidente Jair Bolsonaro.

topo ↕

A CRÍTICA - AM - BRASIL

Lista de espera do Sisu sai hoje

Estudantes que fizeram a inscrição nas listas de espera de instituições de nível superior que usam o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) poderão conferir nesta segunda-feira a ordem de chamada para matrícula que será publicada pelo Ministério da Educação.

A lista de espera é um mecanismo para alotar estudantes em vagas que não foram ocupadas durante a primeira chamada. A escolha de duas opções de curso assinaladas durante o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), continua valendo.

Para o primeiro semestre de 2020 valerão as notas do Enem 2019. Os resultados das provas, que foram aplicadas nos dias 3 e 10 de novembro serão divulgados em janeiro na Página do Participante e no aplicativo do Enem. Para acessar, é preciso informar CPF e senha. Ao todo, 3,9 milhões de candidatos participaram de pelo menos um dia de prova do Enem.

O Sisu oferece vagas em instituições públicas de ensino superior. A seleção é feita com base no desempenho no Enem. Para participar é preciso ter obtido nota acima de zero na redação do exame.

topo ↕

A TARDE - BA - SALVADOR

Gestores temem prioridade ao atendimento das leis de mercado

A pró-reitora de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal da Bahia (Ufba), Denise Vieira de Silva, ressalta a ênfase do projeto Future-se no atendimento aos anseios do mercado. "A universidade federal se transformaria em um escolão para dar aulas, ainda estaria voltada apenas para as áreas de tecnologia e criação de empresas, com prejuízo para toda a área de humanas", analisa.

Essa preocupação também aparece no artigo publicado pelo reitor da Ufba, João Carlos Salles, no qual abordou os motivos para a rejeição ao projeto: assim como na justificativa do Conselho Superior da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) para a não adesão.

"O empreendedorismo e a inovação, que têm seu lugar na vida universitária, ganham sentido se associados a arranjos produtivos locais específicos, à melhoria das condições de vida, mas também às dimensões múltiplas da vida universitária, a processos efetivos de ensino e aprendizagem, de pesquisa e, vale enfatizar, de extensão", defende Salles.

No texto divulgado pela Universidade do Recôncavo, o projeto é apontado como uma ameaça "pois a Universidade passaria a produzir conhecimento a serviço da produção de lucro para determinado setor empresarial e representaria uma tentativa de transformação profunda da sua missão, visão e valores".

No site do Ministério da Educação (MEC), o anúncio da consulta pública indica que o "fomento ao empreendedorismo, à captação de recursos próprios, à exploração de patentes e à geração de startups" para que as instituições federais de ensino obtenham autonomia financeira.

topo ↕

A TARDE - BA - SALVADOR

Carteira criada pelo MEC pode perder validade

Com vencimento no próximo domingo (16/02), a Medida Provisória 895/2019, que criou uma identidade estudantil digital emitida gratuitamente pelo Ministério da Educação (MEC), não tem previsão para votação. Se até o dia 16, a Medida não tiver sido votada e aprovada pelo Congresso Nacional, de forma a transforma-la em lei, o texto perde validade.

A assessoria de imprensa do Ministério informou que, no momento, não dispõe de porta-vozes para falar sobre o tema e enviou uma nota enfatizando "que a adesão à ID Estudantil é opcional. As outras entidades poderão continuar emitindo a carteira de estudante física, mas a do MEC é sem custos para o aluno". O MEC não informou o número de carteiras já emitidas.

"Quando a MP caducar, o estudante que tiver feito a carteira do governo provavelmente não vai mais poder usar, pois vai perder a validade", alerta o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Iago Montalvão. Ele ressalta ainda a perda do valor investido pelo governo para criar o aplicativo para cada stramento da carteira e para fazer a divulgação da iniciativa.

Retaliação

Montalvão afirma que boa parte dos estudantes defendem a carteira histórica, feita pelas entidades, mas que ainda não tem o primeiro balanço de emissão em 2020 para dimensionar o impacto da iniciativa do governo. "Vemos que foi uma forma que encontraram de tentar perseguir o movimento estudantil, em retaliação aos protestos e manifestações que estudantes fizeram contra o governo", analisa.

A carteira estudantil feita pelas entidades estudantis ligadas à UNE custa R\$ 35, dos quais R\$ 12 são empregados na confecção das mesmas, segundo Montalvão. O presidente da UNE aponta que as carteiras são a principal fonte de financiamento das entidades, assim como de DCEs (Diretório Central dos Estudantes) e Centros Acadêmicos, que congregam alunos de escolas e faculdades.

topo ↕

CORREIO DO ESTADO - MS - CLÁUDIO HUMBERTO

Educação e Turismo animam políticos em Brasília

Jair Bolsonaro não promoverá reforma ministerial, mas a hora dos ministros da Educação e do Turismo vai chegar, e sem demora, dizem políticos governistas, animados com a possibilidade de influenciarem na escolha dos substitutos. O presidente reconhece a lealdade dos ministros Abraham Weintraub e Marcelo Alvaro Antonio, mas a dupla virou um problema que lembra a situação de cadáveres insepultos. "Não tem prazo", avisa importante líder, "mas esses dois vão rodar".

A demissão mais difícil

Apesar de usina de problemas, Weintraub agrada o presidente por encarar setores hostis. De quebra, ainda arranca risadas do chefe.

Placa "saída" é logo ali

Do tipo que "não abandona os seus", Bolsonaro decidiu dar nova chance ao ministro da Educação, mas a porta de saída está próxima.

Quieto, mas nas últimas
O ministro do Turismo, mais esperto, evita fazer marola, esperando que o esqueçam.
Até a próxima operação da Polícia Federal.

Caprichando na escolha
Assim como celebra a ideia de Rogério Marinho no Desenvolvimento Regional, o presidente quer acertar em cheio no MEC e no Turismo.

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - ENSINO

Escolas começam o retorno às aulas

Hoje voltam as escolas municipais infantis. Na próxima semana, as redes estadual e privada

Começam hoje, as aulas nas Escolas Municipais de Educação Infantil (E-meis) e nas Escolas Comunitárias de Educação Infantil (Eceis). O atendimento inicia-se em 37 escolas da rede e abrange aproximadamente 4.550 crianças. Nas comunitárias, serão atendidas em torno de 20.700 crianças em 207 escolas que possuem parceria com a Secretaria Municipal de Educação (Smed). São mais de 25 mil crianças que retornam às salas de aula.

Estão previstos 207 dias letivos com carga horária anual de no mínimo 800 horas, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A previsão para o término do ano letivo é 17/12. As escolas que finalizaram o ano letivo de 2019 tardiamente terão o início das aulas postergado em razão das férias escolares. As aulas em 30 Escolas Municipais de Ensino Fundamental (Emefs) começam no dia 17/2 e atenderão cerca de 17.500 alunos.

Também as instituições de ensino privado, em sua grande maioria, retomam às aulas em 17/2, conforme calendário sugerido pelo Sindicato dos Estabelecimentos do Ensino Privado (Sinepe/RS). Cada instituição tem autonomia para definir a data, desde que cumpra os 200 dias letivos, previstos em lei. A rede privada conta com 429.028 alunos na Educação Básica e 407.662, na Educação Superior, segundo dados do último Censo do MEC.

Para 2020, o presidente da entidade, Bruno Eizerik, lembra que já estão valendo as novas regras da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil e Ensino Fundamental. O ano vai ser de muito trabalho interno nas instituições, prevê. "Nos próximos dois anos, as escolas devem se preparar para o novo Ensino Médio, previsto para iniciar em 2022, exigindo tempo e planejamento".

Pelo calendário proposto pelo Sinepe/RS, o ano letivo termina no dia 15/12. Além dos feriados nacionais e estaduais, haverá feriado escolar no dia 13/10, como antecipação à comemoração pelo Dia do Professor. O calendário também prevê o recesso escolar de 27/7 a 2/8 para as escolas de Educação Básica.

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - ENSINO

Ministério revoga portaria restritiva

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, revogou na última quinta-feira, 6, a portaria que limitava o número de participantes brasileiros em congressos científicos nacionais e internacionais, datada de 31 de dezembro. A mudança ocorre após uma série

de críticas de pesquisadores e associações científicas. O artigo 55 da antiga portaria nº 2.227 impedia que mais de dois representantes da mesma entidade ou órgão participassem de um congresso ou outro evento científico dentro do país, limitação que era reduzida para uma pessoa no caso de viagens internacionais.

A restrição era imposta mesmo para viagens não pagas pelo governo federal. Ela poderia ser flexibilizada apenas após autorização especial do Ministério da Educação (MEC), em "caráter excepcional" e quando houvesse "necessidade devidamente justificada, por meio de exposição de motivos dos dirigentes das unidades." Em janeiro deste ano, a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) chegaram a enviar uma carta ao ministro, na qual diziam que a antiga portaria acarretaria em "um risco iminente para missões bilaterais e grandes colaborações internacionais, nas quais a participação brasileira tem tido grande destaque."

topo ↕

CORREIO DO POVO - RS - ENSINO AGENDA DO ENSINO

■ Sisu: A divulgação da lista de espera do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) 2020 para a convocação dos aprovados a ser realizada pelas instituições de Ensino começa hoje. O prazo final de chamamento e efetivação da matrícula segue cronograma próprio de cada instituição. Mais informes em <https://sisu.mec.gov.br/> ou direto na instituição escolhida.

■ UPF: A Universidade de Passo Fundo (UPF) comunicou o falecimento do Pe. Elli Benincá, ocorrido na sexta-feira, 7. Benincá foi professor na Instituição e exerceu o cargo de diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e da Faculdade de Educação (Faed). Ao longo dos anos na UPF, teve papel fundamental no processo de consolidação e crescimento da Universidade.

■ Java: A Faculdade e Escola Técnica Alcides Maya (Dr. Flores, 396, na Capital) promove workshop com o tema Java, ministrado por Alexandre Zanella, professor do curso de graduação em Sistemas para Internet. Nesta quarta-feira, 12, às 19h, no auditório. Vagas limitadas. Mais informações: (51) 9938-81490 e (51) 3254-8383.

■ Senac: Estão abertas matrículas para os cursos de pós-graduação da Faculdade Senac Porto Alegre. Inscrições em senacrs.com.br/pos, ou na secretaria da Faculdade (Rua Coronel Genuíno, 130/P0A). Dados pelo fone: (51) 3022-1044.

topo ↕

DIÁRIO DO NORDESTE - CE - POLÍTICA

**Bancada cearense foca em projetos que impactam estados e municípios
Iniciativas que devem concentrar a maior parte da atenção dos parlamentares são os que tratam do aumento de um ponto percentual nos recursos do FPM, da manutenção do Fundeb e da reforma tributária Política**

Após uma semana da retomada dos trabalhos no Congresso Nacional, as discussões sobre projetos que impactam a verba de estados e municípios voltam a ganhar força, principalmente por esse ser um ano eleitoral. A pauta econômica, prioridade do Governo Federal, deve tomar conta da atenção dos parlamentares no primeiro semestre. Entre as principais medidas que compõem o calendário, estão: reforma tributária, administrativa, PEC Emergencial, Pacto Federativo e PEC dos Fundos.

Na bancada cearense, as expectativas convergem com as do Governo e vão além: com foco também na votação do aumento de um ponto percentual nos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e na manutenção do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) - previsto para acabar no dia 31 de dezembro deste ano.

Dos assuntos, o mais avançado em discussão é o que trata do acréscimo no FPM. A PEC 391/2017 já foi votada no Senado e, agora, tramita na Câmara dos Deputados. Em dezembro de 2019, os deputados aprovaram a matéria em primeiro turno. Na última quarta (5), a Comissão Especial que debate o tema deferiu a redação da proposta para ser apreciada em segundo turno. O texto deve ir a plenário em março, conforme o líder da bancada cearense, deputado Domingos Neto (PSD).

No final do ano passado nós fizemos um acordo para votar isso o quanto antes. Já existe um consenso para aprovar a matéria. Em março o texto deve ir a plenário e ser aprovado com maioria"

Já sobre o Fundeb, Domingos pontua que a manutenção do Fundo é unânime entre as duas esferas (União e Legislativo). Ele acredita que o Governo deve contribuir com as discussões sobre assunto, apresentando uma nova proposta. Atualmente, há três projetos em no Congresso - sendo um na Câmara e dois no Senado.

As proposições devem ser unificadas, de forma que atenda aos interesses do Legislativo e do presidente Bolsonaro.

Todos os projetos em tramitação tornam o Fundeb permanente e ampliam a quantidade de recursos destinados pela União aos municípios para a Educação Básica. O objetivo é dar mais autonomia para os prefeitos fazerem investimentos, sem comprometer outras verbas.

"O Fundeb é um projeto prioritário de todos os parlamentares. O presidente (da Câmara) Rodrigo Maia já se reuniu com vários parlamentares para tratar do assunto, porque as duas Casas querem a mesma coisa: mais recursos e a permanência", ressalta.

A opinião de Domingos é compartilhada pelo líder do PDT na Câmara, deputado André Figueiredo, que justifica o aumento da verba do Fundo como algo necessário para o avanço da Educação. De acordo com ele, atualmente os recursos do Fundeb "praticamente" só dão para pagar os salários dos funcionários.

"Sem dúvidas todos nós (parlamentares) queremos a permanência do Fundeb e mais recursos para os municípios, para eles terem mais autonomia para fazerem investimentos", esclarece.

Tanto Domingos como Figueiredo acreditam que uma matéria estará pronta para ser votada entre março e abril.

Planos

Quanto a pauta econômica do Governo, o líder da bancada afirma que as discussões devem se intensificar em abril. O objetivo, segundo ele, é que a reforma tributária - que

unifica impostos federais, estaduais e municipais sobre produtos e serviços - e a PEC Emergencial - que permite a redução da jornada e salários dos servidores públicos para conter gastos - tramitem "em sintonia" na Câmara e no Senado, para serem votadas simultaneamente.

"Quando a reforma tributária for votada na Câmara, a PEC Emergencial deve ser votada lá no Senado. Aí quando a Emergencial vier para a Câmara, a tributária já vai lá pro Senado", explica.

Hoje, há duas propostas da reforma tributária em tramitação, uma em cada Casa Legislativa. Uma comissão mista deve ser formada para unificar os textos, sendo composta por 20 deputados e 20 senadores. Depois de concluída, a matéria será apreciada primeiro na Câmara e, em seguida, enviada ao Senado. Já a Emergencial faz o caminho inverso. Ou seja, primeiro votam os senadores e, depois, os deputados.

A expectativa é que a reforma e a PEC Emergencial estejam prontas na comissões em abril para iniciar as votações. Quanto ao Pacto Federativo, os debates sobre a proposta devem levar mais tempo, conforme prospecta Domingos. De acordo com ele, o dispositivo do Governo Federal no Pacto que extingue municípios com menos de cinco mil habitantes, cuja a arrecadação é inferior a 10% da receita própria, não deve prosperar, principalmente por esse ser um ano eleitoral.

Com a proximidade das eleições, os parlamentares cearenses devem se concentrar em concluir medidas que afetam estados e municípios. Entre as prioridades, estão projetos que incluem o aumento de recursos destinados aos gestores, como Fundeb e FPM.

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - CLÁUDIO HUMBERTO

Placa "saída" é logo ali

Jair Bolsonaro não promoverá reforma ministerial, mas a hora dos ministros da Educação e do Turismo vai chegar, e sem demora, dizem políticos governistas, animados com a possibilidade de influenciarem na escolha dos substitutos. O presidente reconhece a lealdade dos ministros Abraham Weintraub e Marcelo Alvaro Antonio, mas a dupla virou um problema que lembra a situação de cadáveres insepultos. "Não tem prazo", avisa importante líder, "mas esses dois vão rodar". Apesar de usina de problemas, Weintraub agrada o presidente por encarar setores hostis. De quebra, ainda arranca risadas do chefe. Do tipo que "não abandona os seus", Bolsonaro decidiu dar nova chance ao ministro da Educação, mas a porta de saída está próxima. O ministro do Turismo, mais esperto, evita fazer marola, esperando que o esqueçam. Até a próxima operação da Polícia Federal. Assim como celebra a ideia de Rogério Marinho no Desenvolvimento Regional, o presidente quer acertar em cheio no MEC e no Turismo.

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - GERAL

Novas oportunidades de exploração sustentável do oceano são apresentadas

Assim como atividades tradicionais, como pesca, movimentação portuária, transporte marítimo, entre outras, há ações envolvendo o mar que começam a ganhar espaço, como as energias renováveis do oceano (eólica, de ondas e marés), a biotecnologia marinha (como os biocombustíveis, recursos genéticos, farmacêuticos) e a mineração em águas profundas. A coordenadora da Pós-Graduação em Economia do Mar da Universidade Federal do Rio Grande (Furg) e diretora do APL Marítimo RS, Patrícia Raggi Abdallah, lembra que a Economia do Mar consiste no uso e na exploração sustentáveis dos

oceanos e recursos marinhos.

"Entender e trabalhar nesse conceito sustentável de Economia do Mar atende ao ODS14/ONU, o objetivo de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas, que preconiza a vida saudável no mar, o qual foi endossado em 2019 pelo governo do Rio Grande do Sul", reforça Patrícia. Ela recorda que, desde 2014, a Furg possui um Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada na área de Economia do Mar, pioneiro no Brasil. O objetivo é aliar esse conhecimento acadêmico à realidade da economia gaúcha para fomentar todas as atividades relacionadas a esse setor e, a médio prazo, tornar o Rio Grande do Sul uma referência em Economia do Mar.

"As águas gaúchas guardam vastas riquezas e grandes oportunidades, as quais precisam ser exploradas de forma inteligente, não custa lembrar que algumas décadas atrás o Rio Grande do Sul possuía o maior parque industrial pesqueiro do Brasil e, mais recentemente, um grande polo de construção naval", reforça.

Patrícia ressalta, ainda, que o Rio Grande do Sul tem a quarta maior costa marítima do Brasil e o "mar de dentro", que é a Laguna dos Patos e seu complexo de rios e vias navegáveis. Nesse sentido, o coordenador da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP) e da Hidrovias RS, Wilen Manteli, enfatiza que as hidrovias são verdadeiros ativos subaproveitados e que o ideal seria copiar os exemplos que deram certo na Europa e nos Estados Unidos, com a instalação de várias indústrias e empresas de logística na beira dos rios.

"A hidrovia é um fator de desenvolvimento regional e nacional que atrai empreendedores", ressalta. Para o integrante da ABTP e da Hidrovias RS, o maior beneficiado com essa medida será o porto do Rio Grande, que concentrará o recebimento das cargas que circulam pelas vias fluviais do Estado. Manteli frisa que Rio Grande, se tiver ousadia, poderá ser o melhor porto do Mercosul. Entre as razões que justificam esse posicionamento, o dirigente cita a localização geográfica do complexo. A estrutura encontra-se próximo à Argentina e ao Uruguai, sendo o único porto da região que pode atingir uma profundidade de 60 pés.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - CLÁUDIO HUMBERTO **Educação e Turismo animam políticos em Brasília**

Jair Bolsonaro não promoverá reforma ministerial, mas a hora dos ministros da Educação e do Turismo vai chegar, e sem demora, dizem políticos governistas, animados com a possibilidade de influenciarem na escolha dos substitutos. O presidente reconhece a lealdade dos ministros Abraham Weintraub e Marcelo Alvaro Antonio, mas a dupla virou um problema que lembra a situação de cadáveres insepultos. "Não tem prazo", avisa importante líder, "mas esses dois vão rodar".

A demissão mais difícil

Apesar de usina de problemas, Weintraub agrada o presidente por encarar setores hostis. De quebra, ainda arranca risadas do chefe.

Placa "saída" é logo ali

Do tipo que "não abandona os seus", Bolsonaro decidiu dar nova chance ao ministro da Educação, mas a porta de saída está próxima.

Quieto, mas nas últimas

O ministro do Turismo, mais esperto, evita fazer marola, esperando que o esqueçam. Até a próxima operação da Polícia Federal.

Caprichando na escolha

Assim como celebra a ideia de Rogério Marinho no Desenvolvimento Regional, o presidente quer acertar em cheio no MEC e no Turismo.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - PAINEL ORELHA QUENTE

Secretários estaduais de Fazenda se reúnem em Brasília nesta segunda (10) para discutir sugestões para a alteração da política de preços do governo e para o aumento de repasses da União, como o novo Fundeb.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - POLÍTICA Professores terão piso de R\$ 3.167

O valor do piso dos professores no Piauí será maior que o definido pelo Governo Federal, que é de R\$ 2.886

O Governo do Estado do Piauí encaminha para a Assembleia Legislativa nesta semana um projeto de lei estabelecendo que o menor valor pago para os professores 40 horas da rede estadual de ensino seja no valor de R\$ 3.167,17.

Com isso, o piso estadual se manterá acima de R\$ 2.886,24, que é o valor definido nacionalmente pelo Governo Federal. A lei permitirá incorporar ao salário o percentual de 4,17%, concedido ano passado, com auxílio, em acordo com a categoria.

A medida do Governo visa manter o compromisso de pagar um valor sempre acima do piso, como feito nos últimos anos, e garantir aos professores um diferencial positivo em relação ao valor definido como piso nacional. Além do piso acima do valor nacional, o Governo do Estado irá manter o auxílio alimentação pago aos professores ativos, já no contracheque de fevereiro.

O valor aplicado será de 4,31%, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Vale ressaltar que, atualmente, o menor vencimento do professor 40 horas, que está em sala de aula, é R\$ 3.451,20, acrescido de 4,17% em forma de auxílio alimentação.

Esse valor também é o definido para quem inicia a carreira na rede pública estadual. Desde que o piso nacional dos professores foi instituído em 2008, o Piauí vem pagando um salário acima do referencial nacional, sendo o valor do estado o 11º maior do país. Em 2019, enquanto o piso nacional era no valor de R\$ R\$ 2.557,74, o Piauí já pagava R\$ 2.910 como menor valor da categoria para professores 40 horas. A lei enviada pelo Governo do Estado terá valor após sua aprovação. Entre os estados que não pagam o piso nacional estão SP, PR, MG, RS, ES, GO, SE e PA.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - POLÍTICA Municípios gastam 30% com a Educação

Panorama divulgado pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) aponta que as Prefeituras do Piauí gastam, em média, 30% do orçamento municipal com o setor da educação. Os dados são referentes ao ano de 2018, com o indicativo, os entes do Estado

aparecem com número superior à média nacional (29%).

O levantamento ainda sintetiza que as Prefeituras do Piauí aplicam 71% de tudo que recebem do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério (Fundeb) para o pagamento de pessoal. A média nacional é de 78%.

De acordo com a entidade municipalista, do total que cada ente recebe do Fundeb, 60% devem ser gastos com o pagamento do magistério ativo e 40% com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE).

No entanto, o percentual médio de gasto com os salários é de 78%, sendo que mais de 600 Municípios já comprometem 100% do recurso do Fundo apenas com salários, tendo que complementar com recursos próprios a gestão da educação.

Importante lembrar que as administrações locais já comprometem, em média, 28% do orçamento municipal para a área de Educação, enquanto a Constituição Federal determina 25%.

A Confederação defende a alteração no critério de reajuste anual do piso nacional do magistério, com a adoção do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), cujo percentual acumulado nos últimos doze meses foi de 3,37%. (F.T).

topo ↕

O DIA - RJ - OPINIÃO

Base Nacional Comum Curricular impõe desafio de adequar diretrizes comuns às diferentes realidades do Brasil

Embora tenha havido um período de transição para se adaptar às mudanças, alguns professores e gestores relatam que, na prática, há uma dificuldade de alinhar a BNCC à rotina escolar

As escolas públicas e particulares de todo o país começam o ano letivo de 2020 com uma missão: adaptar-se em definitivo à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O documento já vinha sendo trabalhado nas salas de aula da educação infantil e ensino fundamental, mas este ano passa a ser exigência obrigatória. A normativa define o que deve ser aprendido a cada etapa da vida escolar. Em 2022, será a vez do ensino médio.

A BNCC foi aprovada em dezembro de 2017 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Referência para a construção dos currículos de todas as instituições de ensino, foi elaborada com a participação de especialistas e estabelece como pilares dez competências gerais que norteiam o trabalho das escolas e dos professores em todos os anos e componentes curriculares da Educação Básica. Esses pilares são um fio condutor e não uma regra rígida, logo, a escola terá autonomia para adaptar essas competências à sua própria realidade.

Entre os pilares, estão o conhecimento, os pensamentos crítico e criativo, a comunicação, a cultura digital, o projeto de vida, a argumentação, o autoconhecimento, a cooperação, a responsabilidade e a cidadania.

A BNCC aponta que a grade curricular deve ir além das disciplinas tradicionais, como matemática, português e ciências. Um exemplo de novidade introduzida no currículo de algumas escolas já antes de o documento entrar em vigor é o ensino de educação financeira. Essas aulas têm o objetivo de transmitir consciência sobre consumo e a

construção de uma base equilibrada na relação com o dinheiro na vida adulta. Uma das possibilidades é criar atividades lúdicas para que os alunos lidem com situações, como aprender a dar troco e calcular o valor do custo e do lucro.

Um dos desafios da BNCC é adequar diretrizes comuns às diferentes realidades do Brasil. Embora tenha havido um período de transição para se adaptar às mudanças, alguns professores e gestores relatam que, na prática, há uma dificuldade de alinhar a BNCC à rotina escolar. A solução para evitar esse abismo entre teoria e prática é a oferta, por parte dos governos, de cursos e capacitações para os profissionais.

Espera-se que a resistência à BNCC seja vencida com o passar do tempo. É necessário um novo caminho pedagógico, o qual estimule o protagonismo dos alunos, que devem compreender os vínculos interdisciplinares do que estão aprendendo. Para isso, é primordial haver um ambiente de aprendizagem desafiador e motivador, o qual estabeleça conexões entre os distintos contextos.

A proposta é inovadora, mas talvez cause desconforto. Enfim, um novo começo para a reforma educacional.

*Isa Colli é escritora e jornalista

topo ↕

O LIBERAL - PA - CLAUDIO HUMBERTO

Educação e Turismo

Jair Bolsonaro não promoverá reforma ministerial, mas a hora dos ministros da Educação e do Turismo vai chegar, e sem demora, dizem políticos governistas, animados com a possibilidade de influenciarem na escolha dos substitutos. O presidente reconhece a lealdade dos ministros Abraham Weintraub e Marcelo Alvaro Antonio, mas a dupla virou um problema que lembra a situação de cadáveres insepultos. "Não tem prazo", avisa importante líder, "mas esses dois vão rodar".

A demissão mais difícil

Apesar de usina de problemas, Weintraub agrada o presidente por encarar setores hostis. De quebra, ainda arranca risadas do chefe.

Placa "saída" é logo ali

Do tipo que "não abandona os seus", Bolsonaro decidiu dar nova chance ao ministro da Educação, mas a porta de saída está próxima.

Quieto, mas nas últimas

O ministro do Turismo, mais esperto, evita fazer marola, esperando que o esqueçam. Até a próxima operação da Polícia Federal.

Caprichando na escolha

Assim como celebra a ideia de Rogério Marinho no Desenvolvimento Regional, o presidente quer acertar em cheio no MEC e no Turismo.

topo ↕

O POPULAR - GO - CIDADES

Dificuldade para matrículas

UEG Instituição informa que elevado volume de acesso no site causou instabilidade e que problema foi resolvido. Mas falta de professores deixa estudantes receosos sobre continuidade

Alunos da Universidade Estadual de Goiás (UEG) estão com medo de não terem o ano letivo iniciado por falta de professores. Na sexta-feira (7), depois de instabilidade no sistema da instituição, alguns chegaram a ser informados de que o problema teria sido resolvido, mas na maioria dos casos, o que inviabilizava as aulas é a falta de corpo docente para ministra-las. Em alguns casos, já foi informado que aulas à distância substituirão as presenciais. A UEG informou que tem trabalhado para agilizar as contratações a tempo do início do ano letivo, em 20 de fevereiro.

Estudante de Gastronomia em Caldas Novas, Regislane Lúcia Rosa, de 24 anos, teme por não concluir o curso iniciado há um ano e meio. "Ainda não sabemos exatamente como vai ficar. Estudar é um projeto de vida, é um sonho. A gente fica receoso de ter esse plano interrompido por falta desses professores. Eu só consegui, até agora, fazer matrícula em apenas um curso."

Aluna de Ciências Contábeis no campus de Morrinhos, Maria Eduarda da Silva, 22 anos, também tem o mesmo receio. "Estou no quinto período e terei 11 matérias, mas só consegui me matricular em uma", diz.

Aluna de Farmácia do campus de Itumbiara, que preferiu não ter o nome divulgado, disse que está prestes a se formar. "Ainda não tivemos certeza do que vai acontecer. Esses dias antes do início do ano letivo está sendo um martírio. Nosso medo é, nesse momento, faltando dois semestres para conclusão do curso, ter o processo interrompido ou atrasado. Por ser um curso integral, a gente não pode trabalhar, então atrasar essa conclusão, além de complicado para todos os alunos por questões burocráticas, será muito caro. Muitos alunos são de outra cidade, moram de aluguel, pagam muita despesa e não podem esperar mais", comenta.

Outro aluno, que prefere não ter o nome publicado, cursa Ciências Contábeis em Porangatu. Ele diz que foi informado extraoficialmente que a gestão da universidade está tentando organizar a contratação dos professores, mas que caso não seja possível, os estudantes poderão ter em sino das disciplinas à distância. "Eu não concordo com isso. Ingressamos na universidade de ensino presencial. Acredito que essa mudança seja até inconstitucional. Mas o fato é que estamos nos mobilizando para impedir que isso ocorra. Acreditamos que será um grande prejuízo para o nosso aprendizado."

AULAS À DISTÂNCIA

Um professor ouvido pela reportagem, que também pediu para não ter seu nome publicado por receio de punições na instituição, confirma que as aulas à distância serão utilizadas em cursos que a instituição não conseguiu novos contratos. "Além disso, ainda temo fator financeiro. Essas mudanças recentes que ocorreram na universidade ainda terão desdobramentos. Infelizmente os alunos estão sendo prejudicados. Alguns professores estão recorrendo à justiça. Tem caso, por exemplo, de professor que ministrava 12 horas de aula e tinha um prazo para se dedicar à pesquisa e aprimoramento. Agora, todas as horas são para aulas. Não teremos mais prazo para aperfeiçoamento, o que é uma previsão legal."

SOLUÇÃO

Em nota, a UEG informou que o Processo Seletivo Simplificado (P55) para a contratação de docentes substitutos está em andamento. Segundo a instituição, em alguns casos, os aprovados no PSS não apresentaram os documentos necessários para

comprovar suas qualificações e a universidade convocou os candidatos subsequentes para preenchimento de seu quadro de profissionais.

A universidade ressaltou na resposta que nenhum curso ou turma será fechado por falta de professores. "Nos casos circunstanciais de disciplinas cujas matrículas ainda não estão disponíveis no sistema, a liberação ocorrerá automaticamente na medida em que os professores aprovados no PSS forem contratados", diz trecho da resposta.

A UEG ainda diz que reforça seu compromisso com a educação superior pública de qualidade e que, por isso, passa a oferecer algumas disciplinas por ensino à distância (EAD), "o que segue uma tendência nacional que aponta o crescimento da oferta de cursos superiores nessa modalidade", segundo a nota.

A instituição ainda descreve na resposta que "a carga horária dos professores efetivos foi adequada de forma a atender toda a demanda existente de aulas, garantindo que os estudantes veteranos da Universidade continuem seus estudos".

INSTABILIDADE

Sobre a instabilidade no sistema registrada na manhã da última sexta (7), a UEG disse, também em nota, que ocorreu por conta de problema técnico no Sistema de Gestão Acadêmica Fênix, além de elevado volume de acessos, o que dificultou a realização da matrícula de alunos veteranos. O problema foi resolvido ainda na manhã de sexta e foi repassada a informação de que os alunos que tiverem disciplinas indisponíveis no ato da matrícula deveriam aguardar a liberação da referida matéria, o que ocorrerá nos próximos dias, à medida que os professores aprovados no Processo Seletivo de Docentes substitutos sejam contratados, o que deve ocorrer até o início do semestre.

Redução havia sido informada em janeiro

Em 17 de janeiro, o POPULAR mostrou que a Universidade Estadual de Goiás (UEG) anunciou para este ano a redução do número de câmpus de 41 para apenas 8, a demissão de 47% do total de servidores e professores contratados e a possibilidade de reduzir o número de cursos com o encerramento de novas matrículas. As medidas fazem parte de um pacote anunciado pelo reitor interino na instituição, Rafael Borges, que também anunciou a nova data para a eleição para o cargo, que deveria ter ocorrido no segundo semestre do ano passado: novembro.

O reitor frisou na data que nenhum dos outros 33 câmpus seriam fechados, mas se transformarão em unidades subordinadas ao câmpus de suas respectivas regiões. O reitor também anunciou a criação de institutos que vão responder pelas discussões de cunho acadêmico. Os institutos foram divididos em cinco categorias, que correspondem a uma área da educação, que ficarão na administração central da universidade.

O reitor também anunciou a chegada de 300 professores temporários por meio de um processo simplificado seletivo feito no final do ano passado e garantiu que este número de professores seria suficiente para atender a demanda de alunos. Nos últimos meses, a UEG reduziu seu quadro de funcionários (administrativos e docentes) em 47%, exonerando 1.469 temporários, sendo 705 professores e 764 administrativos.

Dos temporários, o novo reitor manteve apenas 5% dos que encontrou quando assumiu o cargo, em setembro. Em 30 de novembro foram demitidos os servidores da limpeza e técnico-administrativos. Já no dia 15 de dezembro, os docentes.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Design inteligente

O artigo "Resgata a ciência do dogma materialista" (Tendências / Debates, 8/2), de Marcos Eberlin, em linguagem pseudocientífica, sobre o qual foram aspergidos nome e títulos de autores e obras na maioria desconhecidos, revela o nível de obscurantismo que hoje ousa dizer seu nome sem ficar vermelho. Pretender que a teoria do design inteligente seja científica contraria todo o conhecimento acumulado de Darwin a nossos dias e abre caminho para introduzir a religião no ensino público e a censura nos meios acadêmicos.

Parece-me um sério equívoco trazer a questão sobre se o DI é uma "teoria científica válida" para a seção "Tendências / Debates". Colocar a questão nesse formato — "sim" ou "não" —, inevitavelmente sugere que se trata de um debate científico real e que haveria alguma divisão a respeito no campo científico. Não é o caso. O químico a quem a Folha deu espaço não tem nenhuma qualificação na área. Dar-lhe voz é amplificar o horror de ter um criacionista dirigindo a **Capes**.

Eduardo Ottoni, professor titular do Instituto de Psicologia da USP (São Paulo, SP)

topo ↕

A TRIBUNA DE SANTOS - SP - TEMPO REAL

Capex e pesquisa

Circulou recentemente proposta de fusão de dois órgãos de pesquisa, que acabou não indo adiante

Há, na estrutura federal, duas agências destinadas a promover e financiar a pesquisa acadêmica no Brasil. Uma é a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, ligada ao Ministério da Educação, a outra é o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Circulou recentemente proposta de fusão dos dois órgãos, que acabou não indo adiante, tendo em vista que suas ações, embora complementares e convergindo para o fomento da pesquisa científica, têm características diferentes: a **Capex** é ligada à expansão, à consolidação e à avaliação da pós-graduação stricto sensu (cursos de mestrado e doutorado) e na formação dos professores do ensino básico, enquanto o CNPq é mais voltado ao desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica, além de incentivar a formação de pesquisadores.

O corte dos orçamentos das duas agências em 2019 atingiu bastante a atividade científica no País. No caso da **Capex**, houve redução importante na concessão de bolsas de pós-graduação, que afetou diversos programas. E o cenário não é animador: para 2020, o orçamento da **Capex** foi fixado inicialmente em R\$ 2,4 bilhões (em 2019 foram R\$ 4,25 bilhões), que aumentou para R\$ 3,07 bilhões, mas ainda insuficiente para atender às demandas, principalmente de bolsas de estudo, que representam 80% dos gastos do órgão.

A nomeação recente do novo presidente da **Capex**, Benedito Guimarães Aguiar Neto, provocou reações e controvérsias, diante de posições assumidas por ele de defesa da teoria do "design inteligente", ligada ao criacionismo, vista como anticientífica pela comunidade acadêmica. Ele tem se esquivado do assunto, e suas declarações foram no sentido que pretende expandir "o apoio à pesquisa voltada à solução dos problemas

nacionais”.

Ele foi além e defendeu o diálogo com a academia, mostrando-se aberto ao debate com a comunidade científica e defendendo a livre atuação dos pesquisadores. Outro ponto importante destacado foi que não concorda com discriminações quanto a áreas de conhecimento, linhas de pesquisas ou convicções dos acadêmicos, além de defender a discussão interdisciplinar na construção do conhecimento científico.

Anunciou que a **Capes** deve manter os atuais programas de apoio à pós-graduação e fomento à educação básica, insistindo que as licenciaturas (que formam professores) devem ser fortalecidas e estimuladas.

O discurso é positivo, mas há enorme desafio para a gestão de Aguiar Neto à frente da **Capes**. Ele precisará demonstrar, de modo efetivo e concreto, que o órgão trabalha para o desenvolvimento da ciência e da pesquisa no Brasil com pluralismo e abertura à comunidade acadêmica, e principalmente mantendo e ampliando bolsas de estudo e financiamento ao setor, que são essenciais.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Concursos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS (UNIFAL)

Inscrições até 13 de abril no site: bit.ly/390Ou3D. Concurso com uma (1) vaga para professor de magistério superior da área de avaliação da medicina I, medicina II e medicina III ou áreas afins que possuam programas de pós-graduação que tenham a Medicina em sua multi/inter disciplinaridade, conforme avaliação **CAPES**. Salários: entre R\$ 3.130,85 e R\$ 5.831,21. Taxa: R\$ 90. Edital: bit.ly/37OuxIy.

topo ↕

FOLHA PA - TEMPO REAL

Capes lança edital para doutorado pleno nos EUA

Serão concedidas até 20 bolsas em oito áreas do conhecimento

Interessados em se candidatar para o programa **Capes** – Fulbright de doutorado pleno nos Estados Unidos, podem se candidatar até o dia 11 de março, por meio de um formulário eletrônico, no site do programa disponível na página da **Capes**.

Serão concedidas até 20 bolsas em oito áreas do conhecimento como Engenharias, Ciências Exatas e da Terra, Biológicas, Saúde, Agrárias, Sociais Aplicadas, Humanas e Linguísticas. O programa forma recursos humanos de alto nível nos EUA.

O resultado final será divulgado após o processo de seleção dividido em análises técnica e de mérito, entrevista com os candidatos, seleção da parte americana e identificação da universidade.

As bolsas terão duração de até seis anos e a **Capes** vai apoiar cada bolsista com até US\$ 165 mil por ano. O início das atividades está previsto para agosto de 2021.

Reportagem, Tainá Ferreira

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Weintraub não quer desistir de carteirinha estudantil e enviará projeto após fracasso com MP

Dificuldade na relação com o Congresso, porém, torna pouco provável que tema seja levado adiante

BRASÍLIA - O Ministro da Educação, Abraham Weintraub, não quer desistir de seu projeto da nova carteirinha de estudante, a ID Estudantil. A iniciativa foi criada por medida provisória no ano passado, mas como o Congresso nem sequer instalou a comissão mista para debater o tema, a proposta perderá validade no próximo domingo, 16 de fevereiro.

Em entrevista a um canal do Youtube, republicada em sua conta no Twitter, o ministro afirma que o governo insistirá no tema com o envio de um projeto de lei ao Congresso.

— Estamos pensando em uma solução, que não é ótima. Eu não posso encaminhar outra MP este ano. Vamos encaminhar um projeto de lei. Vai demorar algum tempo pra tramitar, não vai ser rápido. Estamos pensando em alguma ação para mitigar — afirmou o ministro.

A tentativa de retomar a ideia por meio de um projeto tem poucas chances de avançar no Congresso. O ministro não tem bom relacionamento no meio político e nesta semana o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que não dialoga mais com Weintraub porque ele carrega a "bandeira do ódio".

Na entrevista, Weintraub faz ataques à União Nacional dos Estudantes (UNE), órgão que tem na emissão de carteirinhas uma de suas fontes de renda. O ministro diz que não há transparência da entidade e usa o termo "tigrada" a se referir à organização.

— Vamos tentar mitigar isso, tirar essa grana da tigrada. Primeiro, porque não tem transparência. Segundo porque são de centenas de milhões de reais que a gente está falando. A gente nem tem transparência de saber quantas pessoas tiram essas carteirinhas — afirmou.

Weintraub conclui a entrevista recomendando aos estudantes utilizarem até o dia 16 o aplicativo disponibilizado pelo governo para solicitar sua carteirinha. De acordo com os ministros, quem conseguir obter a nova ID até esta data poderá utilizá-la o ano todo.

topo ↕

CORREIO 24 HORAS - TEMPO REAL

Programa ambiental vai reforçar vínculo entre crianças nas escolas municipais O lançamento do programa vai contar com o show do cantor Carlinhos Brown nesta segunda

Para fortalecer o vínculo das crianças com a natureza, a prefeitura vai lançar o programa Pertencimento Ambiental, nesta segunda-feira (10), às 14h30, no Anfiteatro do Parque da Cidade. Serão inseridas atividades e um material pedagógico na rede municipal.

O lançamento do programa vai contar com o show do cantor Carlinhos Brown com os personagens protetores do meio ambiente Paxuá e Paramim, protagonistas das histórias que vão mostrar aos meninos e meninas da Educação Infantil a importância de valorizar a natureza e transformar atitudes e comportamentos em defesa do meio ambiente.

O lançamento vai ter as presenças do prefeito ACM Neto; do titular da Smed, Bruno

Barral; do idealizador do projeto, e de dois mil estudantes da rede municipal.

Segundo a prefeitura, o projeto é composto de material educacional, proporcionando às crianças pequenas e aos educadores importantes subsídios para contribuir no aprendizado e conhecimento. O conteúdo está em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010); e a Lei nº 9.795, 27 de abril de 1999, que dispõe sobre educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

A proposta é fornecer kits de Educação Ambiental para crianças, educadores e coordenadores pedagógicos da Educação Infantil do 1º período da rede municipal de ensino. Os educadores também terão uma capacitação através de Curso de EaD (educação à distância) Auto Instrucional, para que sejam elementos multiplicadores do tema nas salas de referência.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Escolas do DF iniciam ano letivo sem implementar programa cívico-militar do MEC

Ministério da Educação prevê início das atividades dos militares em abril. Instituições no Gama e Santa Maria recebem projeto piloto; saiba como vai funcionar.

Nesta segunda-feira (10) começa o ano letivo das escolas da rede pública do Distrito Federal. No entanto, as duas unidades que vão participar do programa cívico-militar do Ministério da Educação (MEC) ainda não terão atuação dos militares.

Segundo a pasta, o grupo que vai participar do projeto no Centro Educacional 416 de Santa Maria e no Centro de Ensino Fundamental 05 do Gama ainda nem foi selecionado. A previsão é que as equipes só cheguem às escolas em abril.

Segundo a Secretaria de Educação do DF, "não há prejuízo" no início das aulas sem a implementação do programa. Já o MEC afirma que projeto será aplicado "em etapas" ao longo do primeiro semestre (veja mais abaixo).

Expectativa

A lista de escolas que recebem o programa cívico-militar do MEC em 2020 foi anunciada em novembro do ano passado, com a estimativa de início das atividades no começo do ano letivo.

Escola cívico-militar: veja perguntas e respostas sobre o modelo defendido pelo governo Bolsonaro

As duas unidades já tinham aprovado em outubro o modelo de gestão compartilhada com a Polícia Militar, que é coordenado pelo governo do Distrito Federal. Contudo, as mudanças só viriam em 2020. Com o encaminhamento para o programa do MEC, nenhuma alteração será implementada até o momento, segundo a Secretaria de Educação do DF (saiba mais abaixo).

Em Santa Maria, desde que a comunidade escolar aprovou a entrada de militares na escola - por 87% dos votos - a expectativa era iniciar o ano com mudanças.

O desejo levou a estudante Gabriela Maria, de 12 anos, até a escola ainda no período de férias. Ela chegou com a mãe, dizendo que queria "ver a reforma".

"Eu acho a ideia ótima, mais pela segurança. Dentro da escola têm pessoas que influenciam para caminhos errados", afirma.

Do lado de fora da instituição, um lado do muro já está pintado de branco - um padrão do modelo cívico-militar. Já do outro lado, o grafite ainda estampa o concreto da fachada. Na parte interna, a escola também foi pintada de branco.

Um funcionário do CED 416, que preferiu não se identificar, afirmou que a visita de pais e alunos que moram perto da escola tem sido comum. "Elas estão com essa expectativa, mas até agora...", disse. Já a diretoria da instituição, se recusou a falar com a reportagem.

A direção do CEF 05 do Gama também foi procurada pela reportagem, mas os representantes negaram entrevista.

Modelo Cívico-Militar

O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares é coordenado pelo Ministério da Educação em parceria com o Ministério da Defesa. Segundo o MEC, "os militares irão atuar, prioritariamente, na área educacional e vão prestar assessoramento nas áreas administrativa e didático-pedagógica", sendo:

Didático-pedagógica: "Com atividades de supervisão escolar e psicopedagogia para melhorar o processo de ensino e de aprendizagem preservando as atribuições exclusivas dos docentes";

Educacional: "Pretende fortalecer os valores humanos, éticos e morais";

Administrativa: "Para aprimorar a infraestrutura e a organização da escola e, consequentemente, a utilização de recursos disponíveis na unidade escolar".

Ainda de acordo com o MEC, "o governo preservará a exclusividade das atribuições dos profissionais da educação previstas na Lei de Diretrizes e Bases (LDB)", que inclui a definição do conteúdo das aulas.

Não há previsão de uniforme diferenciado nestas escolas. O diretor de Políticas para as Escolas Cívico-Militares, Aroldo Cursino, diz que manter vestimentas convencionais "faz com que os estudantes tenham identidade com o ambiente escolar e a autoestima elevada a partir de um sentimento de pertencimento".

Recursos

O modelo do MEC possui duas formas de investimento de recursos: em um, a escola recebe militares aposentados do Ministério da Defesa e, em outro, recebe R\$ 1 milhão. Segundo a Secretaria de Educação, o GDF optou pelos recursos humanos.

"Será um profissional a cada 60 estudantes, atingindo o máximo de 18 pessoas, todas das Forças Armadas", afirmou a Secretaria de Educação.

Na quarta-feira (5), o governo federal publicou as regras para inscrição e seleção dos militares que vão atuar nas escolas. Segundo o texto, os militares tem até o dia 16 de fevereiro para apresentar a ficha de inscrição.

Só poderão se candidatar militares inativos que não tenham pendências com a Justiça. As vagas são para militares da reserva remunerada e, excepcionalmente, reformados da Aeronáutica.

Defesa vai analisar histórico de inativos antes de contratar para escolas cívico-militares

A Secretaria de Educação e o MEC foram questionados pelo G1 sobre quantas pessoas devem integrar a equipe de cada escola, mas não responderam a pergunta.

Modelo em etapas

De acordo com o MEC, "ainda em fevereiro ocorrerá a primeira etapa de capacitação dos militares". A pasta afirma que a implementação do programa vai ocorrer "em etapas".

"A transformação da escola é um processo que será conduzido ao longo do primeiro semestre, o que não impedirá que a escola já aplique as ações passíveis de implantação logo no início do ano."

Ao G1, a Secretaria de Educação negou que há prejuízos ao iniciar o ano sem o modelo federal implementado.

"Todas as escolas públicas do DF, incluindo as Escolas de Gestão Compartilhada, estão seguindo o planejamento previsto pela Secretaria de Educação. A chegada dos militares representa um aporte à questão disciplinar, o que pode ocorrer no decorrer do ano letivo", afirmou.

Gestão Compartilhada com a PM

Desde o início de 2019, a Secretaria de Educação executa o projeto piloto da gestão compartilhada com a PM. As escolas são escolhidas por critérios de vulnerabilidade social e criminalidade na região, e são consultadas sobre a mudança em votação que inclui funcionários, responsáveis pelos estudantes e alunos.

Corte de cabelo em escolas militarizadas terá regras flexibilizadas, diz GDF

O modelo de gestão compartilhada é coordenado pela Secretaria de Educação em parceria com a Secretaria de Segurança Pública. Na prática, cada escola recebe uma equipe composta por policiais militares, chamados de monitores. Eles ficam responsáveis por controlar o comportamento dos alunos.

Tanto no modelo do GDF quanto no do MEC, o governo atribui como principal função dos militares a gestão disciplinar dos estudantes e nega interferências no conteúdo das aulas.

Há quantas escolas de gestão compartilhada no DF?

Há 10 escolas no modelo de gestão compartilhada no Distrito Federal. São elas:

Com projeto já implementado:

CED 3 de Sobradinho
CED 1 da Estrutural
CED 7 de Ceilândia
CED 308 do Recanto das Emas
CED Condomínio Estância III de Planaltina
CEF 407 de Samambaia
CED 1 do Itapoã
CEF 19 de Taguatinga
CEF 1 do Núcleo Bandeirante

Em processo de implementação

CEF 1 do Riacho Fundo II

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Novo cartão-creche vai oferecer 10 mil bolsas de R\$ 803 mensais no DF, diz governo

Governo pretende superar demanda reprimida em 2 anos. Benefício será ofertado de forma fracionada, por semestre; entenda como vai funcionar.

G1 DF

Para tentar suprir uma demanda reprimida de cerca de 25 mil crianças com entre 0 e 3 anos, o governo do Distrito Federal anunciou a criação de um cartão-creche que será distribuído a 10 mil famílias até o fim do ano.

O auxílio será de R\$ 803,57 mensais para matrícula em unidades da rede privada (entenda abaixo). Com isso, a previsão é que o governo invista R\$ 8 milhões na primeira etapa, em 2020. O benefício é destinado, exclusivamente, ao pagamento de mensalidade.

Para reforçar a rede pública de creches, cinco novos Centros de Educação de Primeira Infância (CEPIs) serão inaugurados ainda em fevereiro em São Sebastião, Ceilândia, Plano Piloto e Samambaia. Juntos, eles vão ofertar 900 vagas. Outras 8 mil serão abertas com a saída de crianças que completaram 4 anos.

Ao todo, o GDF tem 131 creches conveniadas que atendem cerca de 22 mil crianças. No entanto, o número de inscritos no sistema da Secretaria de Educação à espera de uma vaga "passa de 60 mil no DF", segundo o assessor de relações institucionais da pasta, Gerson Vicente de Paula Júnior.

20 mil vagas em 2 anos

Com o cartão-creche, o governo espera superar o déficit de atendimento em dois anos. A distribuição do benefício será fracionada em semestres, sendo entregues 5 mil até junho, e mais 5 mil até dezembro de 2020. O mesmo procedimento se repetirá no ano que vem.

"Com o dinheiro, os responsáveis vão pagar a mensalidade em uma creche privada escolhida por eles", explicou o assessor da Educação. Segundo Gerson, os R\$ 803,57 foram definidos com base no valor pago pelo GDF para cada aluno matriculado em creches conveniadas.

"Respeitando as regras, a família terá mais protagonismo na escolha."

Mas, afinal, como vai funcionar?

Os responsáveis serão escolhidos entre aqueles que já estão na fila de espera, organizada por pontuação com base em critérios definidos pelo Cadastro Único.

Já as creches serão selecionadas por meio de chamamento público – somente as credenciadas pelo GDF poderão se inscrever. "Não podemos permitir que qualquer instituição participe, porque há regras e protocolos a seguir", explicou o subsecretário de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação, Cláudio Amorim.

Segundo ele, até o fim de janeiro, havia entre 400 e 500 instituições regulares no DF, com mensalidades variadas. "Enquanto na Asa Sul ou na Asa Norte pode chegar a R\$ 2 mil, em Ceilândia e no Paranoá, por exemplo, cobra-se de R\$ 600 a R\$ 800."

Cláudio afirma que os pais ou responsáveis podem complementar o valor da mensalidade, se quiserem ou puderem. Ele destaca, porém, que a maioria das creches fora das regiões mais nobres da capital têm preços acessíveis e próximos do que será ofertado pelo GDF.

"Nas regiões administrativas mais afastadas do centro, o valor é muito aquém do que cobram no Plano Piloto. Mesmo assim, muitas dessas mais caras tem vagas ociosas, então preferem garantir mesmo que por um valor mais baixo."

A Secretaria de Desenvolvimento Social ficará responsável por abrir o chamamento público para as instituições privadas. Pelas regras, cada creche poderá disponibilizar até 40% do total de vagas para beneficiários do programa.

Como se inscrever?

A inscrição para tentar uma vaga em creches da rede pública do DF pode ser feita a qualquer momento. Segundo a Secretaria de Educação, o primeiro passo é ligar para a Central de Atendimento (156), opção 2. O atendimento é feito de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h, e aos sábados, domingos e feriados, das 8h às 18h.

Uma vez validada na Coordenação Regional de Ensino da região indicada pelo responsável, a inscrição receberá uma pontuação com base no local onde a mãe ou o pai da criança trabalham, a renda familiar, se há ou não medida protetiva decretada, risco nutricional, se mãe é adolescente, além do tempo de espera na fila.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Universidades federais do Sul de MG começam 2020 com ajustes no orçamento e adotam cautela

Após incertezas com contingenciamento por parte do Governo Federal em 2019, instituições entram ano com contas em dia, mas temem problemas.

O ano de 2019 foi de reorganização nas finanças por parte dos gestores de universidades federais em todo o país. Com o anúncio de contingenciamento dos orçamentos por parte do Governo Federal, que foi suspenso em outubro, foi preciso adequar as contas. Agora, com expectativas para 2020, as universidades do Sul de Minas adotam cautela em relação a investimentos e contratações.

É o caso da Universidade Federal de Alfenas (Unifal), que deve começar o ano com um orçamento previsto um pouco menor comparado a 2019. O valor de mais de R\$ 242 milhões caiu para pouco mais de R\$ 241 milhões.

“Já perdemos aproximadamente R\$ 1 milhão para 2020. Então, já estamos fazendo ajustes. Na prática já é menor porque temos a inflação, uso de materiais, a própria mão de obra teve ajustes.

A fala é do reitor Sandro Amadeu Cerveira que comentou os rumos da universidade após os impactos de 2019. Segundo Cerveira, a liberação do capital veio no fim do ano, mas deixou rastros.

Assim que o Ministério da Educação anunciou o contingenciamento, em abril, a universidade tomou medidas como demissão de quase 100 funcionários terceirizados e diminuição de bolsas.

“Para 2020, temos alguns problemas para normalizar isso. Vai recontratar essas quase 100 pessoas que foram demitidas? Na verdade, não. E a princípio, não vamos demitir mais ninguém. A gente vai ter que remanejar internamente e escolher onde fazer cortes. Os cortes não serão, neste momento, na mão de obra porque é impossível cortar mais mão de obra sem precarização”.

Segundo o reitor da Unifal, no meio acadêmico os reitores não têm informações se novos contingenciamentos vão acontecer. Mas os gestores temem mudanças.

“Se um novo bloqueio acontecer, e nos não temos notícia nenhuma sobre isso, nós teremos problemas muito graves. Porque nós estamos com o orçamento que já há alguns anos não tem crescido, não tem repostado nem a inflação. Teremos problemas gravíssimos pra pagar contas e manter o bom funcionamento da universidade. Então qualquer contingenciamento que possa ser feito no ano de 2020, dado o fato que estamos no fio da navalha, eu usaria essa palavra – será trágico e vai nos colocar numa situação dramática”.

Unifei

A Unifei adota um discurso otimista para o início desenvolvimento das atividades de 2020, por conta de equilíbrio das receitas e as metas de obras cumpridas, segundo o reitor Dagoberto Alves de Almeida.

A universidade tem um orçamento anual que fica em torno de R\$ 220 milhões e R\$ 230 milhões. Ainda conforme o reitor, assim como a Unifal, o desbloqueio do orçamento por parte do Ministério da Educação foi feito no fim do ano.

“Estamos muito bem do ponto de vista das receitas que nós recebemos para nossas atividades. Aliás, nós temos recebido recursos adicionais e fechamos as contas sem problemas”.

A universidade informou que além do valor que estava contingenciado, recebeu um adicional de R\$ 4 milhões. A expectativa é completar um prédio que está em construção que, com a verba, deve ser entregue antes do prazo previsto.

Universidades federais do Sul de MG começam 2020 com ajustes no orçamento e adotam cautela — Foto: Reprodução/EPTV
Universidades federais do Sul de MG começam 2020 com ajustes no orçamento e adotam cautela — Foto: Reprodução/EPTV

Universidades federais do Sul de MG começam 2020 com ajustes no orçamento e adotam cautela — Foto: Reprodução/EPTV

No entanto, Almeida destacou algumas dificuldades que as instituições públicas federais têm enfrentado nos últimos anos. “É claro que nós [as universidades federais] temos sofrido os constantes cortes e contingenciamento, desde gestões passadas do Governo. Infelizmente, a gestão é conduzida de uma forma peculiar. O ano se conclui e a conclusão pra nós na Unifei não foi diferente do que tem sido nos anos anteriores. Acabamos tendo uma série de declarações e posicionamentos extremamente negativos, que causam uma celeuma desnecessária”.

Ainda conforme o reitor, a instituição trabalha para conseguir novos investimentos, como novas bolsas de graduação e pós graduação, além de verbas para um laboratório de pesquisa de petróleo do pré-sal para pesquisas de extração em alta profundidade. O investimento está estimado de R\$ 400 milhões.

"Estamos otimistas, apesar das dificuldades. O custo anual da educação pública no Brasil é mais barato do que universidades de referência mundo afora. Dizer que a universidade pública é cara e inefetiva é um erro. Nós custamos pouco à sociedade e entregamos muito. É preciso investir em educação, ciência e tecnologia".

A Universidade Federal de Lavras (Ufla) foi procurada para comentar sobre o balanço de 2019 e as expectativas para 2020, mas até esta publicação não havia enviado retorno.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

MEC diz que lista de espera do Sisu será divulgada na segunda, 10

Convocação era aguardada para sexta, 7, mas foi adiada após estudantes relatarem erro do sistema; prazo para manifestar interesse foi encerrado no dia 4

Depois de ter a divulgação adiada, a lista de espera do Sistema de Seleção Unificada será divulgada pelo Ministério da Educação na próxima segunda-feira, 10. O mecanismo é usado para alocar interessados em vagas que não foram ocupadas durante a primeira chamada. A convocação era esperada a partir de sexta, 7, mas desde quinta, 6, estudantes reclamam nas redes sociais que o Sisu não considerou inscrições dos alunos que escolheram apenas uma opção de curso.

O prazo para manifestar interesse em entrar na lista de espera foi encerrado na terça-feira, 4. Os resultados das provas, aplicadas nos dias 3 e 10 de novembro do ano passado, foram divulgados em janeiro na Página do Participante e no aplicativo do

Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Esse não é o primeiro problema envolvendo o Enem enfrentado pelo MEC. Dias após afirmar que a última edição do exame era a “melhor de todos os tempos”, o ministro Abraham Weintreub precisou lidar com a insatisfação de estudantes que encontraram erros nas notas divulgadas. De acordo com a pasta, o problema no gabarito foi causado por um erro da gráfica responsável pela impressão das provas. O MEC admitiu problemas na correção de 6 mil das 3,9 milhões de notas.

Com Agência Brasil

topo ↕

TNONLINE - TEMPO REAL

Lista de espera do Sisu será publicada nesta segunda-feira

Por Agência Brasil, TNonline

Estudantes que fizeram a inscrição nas listas de espera de instituições de nível superior que usam o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) poderão conferir na próxima segunda-feira (10) a ordem de chamada para matrícula que será publicada pelo Ministério da Educação.

A lista de espera é um mecanismo para alocar estudantes em vagas que não foram ocupadas durante a primeira chamada. A escolha de duas opções de curso assinaladas durante o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), continua valendo.

Para o primeiro semestre de 2020 valerão as notas do Enem 2019. Os resultados das provas, que foram aplicadas nos dias 3 e 10 de novembro serão divulgados em janeiro na Página do Participante e no aplicativo do Enem. Para acessar, é preciso informar CPF e senha. Ao todo, 3,9 milhões de candidatos participaram de pelo menos um dia de prova do Enem.

O Sisu oferece vagas em instituições públicas de ensino superior. A seleção é feita com base no desempenho no Enem. Para participar é preciso ter obtido nota acima de zero na redação do exame.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Bolsonaro e Maia se reuniram no Alvorada neste domingo

Brasília

O presidente Jair Bolsonaro e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), se reuniram neste domingo, 9, por quase uma hora no Palácio do Alvorada. O encontro, segundo confirmou a assessoria do parlamentar, foi para tratar a agenda da semana.

Duas Medidas Provisórias (MPs) do governo devem perder a validade sem ser analisadas pelo Congresso neste período. Os textos, que tratam da emissão de carteirinhas estudantis e da publicação de editais de licitações em jornais, devem ser arquivadas. Para não caducarem elas teriam de ser analisadas até o próximo domingo, dia 16.

As duas MPs são consideradas atos de retaliação do governo. Em agosto, o presidente assinou uma MP para pôr fim à divulgação de balanço de empresas de capital aberto em

jornais. Bolsonaro chegou a dizer que a MP era uma "retribuição" à forma como foi tratado pela imprensa durante a campanha.

Já a MP da Liberdade Estudantil retira o monopólio da UNE (União Nacional dos Estudantes) e da Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) para emissão dos documentos, utilizados principalmente para o pagamento de meia entrada em eventos culturais e esportivos.

Em conversa com o "Estado" na última semana, Bolsonaro reconheceu que as medidas devem perder a validade. Questionado se ele pretende reapresentá-las daqui a um ano, Bolsonaro disse que iria avaliar.

Já a medida provisória que determina o pagamento de pensão vitalícia para crianças com microcefalia por causa do vírus da zika deve ser aprovada. O benefício já foi aprovado pela Câmara e precisa passar pelo crivo dos senadores até a próxima quarta, 12.

Na mesma entrevista, Bolsonaro, ao ser questionado sobre como avalia sua relação com o Congresso, disse que "tem alguma briguinha", mas, ao final, todos dormem "embaixo dos meus cobertores." "A gente dorme junto. É o preço para a gente ser feliz."

FOLHA DE S. PAULO - SP - CIÊNCIA

Museu Nacional do Rio teme não ter dinheiro para reabrir em 2022

Quase um ano e meio após incêndio, doações de pessoas ou empresas representam apenas 1% do total coletado

Rio de Janeiro

Em 7 de setembro de 2022, o Brasil completará os 200 anos de sua independência. Um lugar-símbolo da história do país, porém, poderá ainda estar fechado nessa data após ter sido devastado por um dos incêndios mais marcantes do país.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2020/02/museu-nacional-do-rio-teme-nao-ter-dinheiro-para-reabrir-em-2022.shtml>

Citação de **Capex** no gráfico.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - CIÊNCIA

Se Deus não mente, a evolução é um fato, caro presidente da Capes

Pluralidade de pensamento é ótimo, mas é também dever do cristão procurar a Verdade com V maiúsculo

Caro professor Benedito,

Confesso que fiquei preocupado com sua nomeação para a presidência da **Capex**, um dos principais órgãos de fomento à ciência no Brasil.

E não foi por causa da sua posição como homem de fé. Nesse ponto, gostaria de acreditar que o senhor e eu temos muito em comum, como evangélico e católico, respectivamente. (Foi-se o tempo em que papistas e calvinistas cortavam as gargantas uns dos outros por causa de questiúnculas teológicas, graças a Deus —embora haja gente por aí que adoraria ver esses dias retornarem.)

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldojoselopes/2020/02/se-deus-nao-mente-a-evolucao-e-um-fato-caro-presidente-da-capes.shtml>

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA

Relação conflituosa

O “entrosamento entre os Poderes” destacado na mensagem que o presidente Jair Bolsonaro enviou ao Congresso na abertura do novo ano legislativo, na segunda-feira, ainda está longe de ser uma realidade para muitos parlamentares. Eles têm demonstrado insatisfação com o distanciamento que marcou a relação com o Executivo em 2019, sobretudo pela falta de engajamento do Planalto nas discussões da reforma tributária, citada como prioridade por Bolsonaro.

Nesta semana, membros da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado rejeitaram a ideia de criação de uma comissão mista de deputados e senadores para unificar os projetos de reforma tributária que tramitam nas duas Casas do Congresso. Segundo eles, de nada adianta esse esforço antes que se saiba qual é a proposta do governo.

Outro motivo de desconforto foi a ausência do chefe do governo na cerimônia de retomada dos trabalhos legislativos, realizada na Câmara dos Deputados, na segunda-feira. Nesse dia, Bolsonaro esteve em São Paulo, para o lançamento da pedra fundamental do Colégio Militar. Muitos parlamentares avaliaram como um “desprestígio” a escolha do ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, para representar o presidente no evento.

Além dos prejuízos que esse distanciamento pode trazer para a articulação política do governo, Bolsonaro tem pela frente um mar de cobranças por deficiências na administração federal, a exemplo do que ocorreu com a correção das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem 2019). Um primeiro movimento nesse sentido ocorreu na quarta-feira, quando um grupo de parlamentares protocolou, no Supremo Tribunal Federal (STF), um pedido de impeachment do ministro da Educação, Abraham Weintraub.

Nos bastidores, congressistas articulam a convocação de uma série de integrantes do Executivo para sabatinas. Além de Weintraub, tanto Câmara quanto Senado podem chamar o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência, Fabio Wajngarten, para falarem, respectivamente, sobre os problemas na concessão de benefícios do INSS e suspeitas de corrupção na relação com empresas de comunicação.

“Existe um clima perene de conflito entre o governo e o Congresso Nacional. O Executivo não está ajudando. As principais pastas são comandadas por ministros que são muito mais fanfarrões do que realmente pessoas que executam alguma coisa. Isso acaba gerando um clima permanente de debate e de embate com o parlamento”, analisa o cientista político Enrico Ribeiro, coordenador legislativo da Queiroz Assessoria em Relações Institucionais e Governamentais.

Pontos negativos

O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), lamenta a falta de “pulso firme” de Bolsonaro quanto aos deslizes dos ministros. “É uma demonstração de que sempre que surge uma situação de crise, o presidente prefere não dar satisfações à sociedade e ao Congresso Nacional. Isso demonstra o pouco-caso que ele faz do Poder Legislativo no Brasil”, critica. Ainda de acordo com o parlamentar, a falta de harmonia entre Presidência e parlamento atrapalha o andamento de qualquer assunto que possa ser relevante não só ao governo, mas também ao país.

Mas há quem não veja descuido de Bolsonaro com o Poder Legislativo. “Nos momentos mais importantes, ele esteve no Congresso. Veio aqui para entregar a reforma da Previdência e o Plano Mais Brasil. Mas temos de lembrar que ele também tem os seus compromissos. Na segunda-feira, eu não me senti ofendido pelo fato de ser o Onyx que estava aqui. Para mim, não tem problema nenhum. Isso (reclamar da ausência de Bolsonaro) é frescura”, sentencia o deputado Coronel Tadeu (PSL-SP).

“No primeiro ano de governo, o relacionamento do presidente com o Congresso Nacional foi bem diferente dos governos anteriores e marcado por várias facetas”, diz Paulo Calmon, professor de ciência política da Universidade de Brasília (UnB). “Por um lado, há um tom de confrontação no dia a dia, demonstrando que o presidente mantém uma certa distância das negociações e acordos que eram firmados entre parlamentares e o Executivo. Quase todos os dias temos notícias de desentendimentos entre o presidente e sua equipe versus congressistas e governadores. Mas, enquanto muitos estão entretidos com essas manchetes, são estabelecidos canais de diálogo e barganha com o Congresso, muitas vezes por meio de ministros ou seus auxiliares, que permitem a aprovação de algumas reformas importantes”, acrescentou.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Censura de livros em Rondônia é produto de uma máquina reacionária Com poder nas mãos, grupos trabalham por agenda baseada em arbítrio e moralismo barato

Os dados do último Censo Escolar apontaram que só 8% das unidades estaduais de ensino de Rondônia estavam ligadas à rede pública de esgoto. Quatro em cada dez não tinham nem biblioteca, mas o governo local decidiu gastar seu tempo com uma batida para confiscar livros de autores consagrados.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/bruno-boghossian/2020/02/censura-de-livros-em-rondonia-e-produto-de-uma-maquina-reacionaria.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Pescando um ministério

Já dizia Shaw: há um idiota em cada ponta da vara

Para o Ministério de Educação teríamos que procurar no universo universitário um apoucado, com um passado de fracassos acadêmicos. Além de escasso em neurônios deveria ser este senhor inteiramente destituído de qualquer traço de civilidade. Sei que é quase impossível encontrar tanta animalidade em um único ser, mas talvez com muita tenacidade seja possível encontrar um tal exemplar. Eu diria uma espécie de piranha.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2020/02/pescando-um-ministerio.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

Na linha

Depois da Saúde, mais dois ministérios regulamentaram a concessão de passagens e diárias a seus servidores na última semana. Na quarta (5), a Defesa definiu que somente o alto oficialato pode conceder pagamento de diária aos fins de semana, por exemplo. Na Educação, a portaria saiu na sexta (7).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2020/02/09/economia-mais-fraca-no-fim-do-ano-e-coronavirus-desafiam-guedes-em-2020/>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ELIO GASPARI

O caótico MEC de Weintraub

Não seria muito pedir que se faça ao menos um Enem por ano sem desastres

Depois de ter anunciado “o melhor Enem” e de ter entregue o pior, o Ministério da Educação de Abraham Weintraub saiu-se com uma ideia nova, fatiando-o em três exames que seriam aplicados a partir do primeiro do ensino médio.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/eliogaspari/2020/02/o-caotico-mec-de-weintraub.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES

As prioridades de cada um

Na reabertura dos trabalhos legislativos, o Congresso informou quais são as suas prioridades para este ano. No topo da lista estão a reforma tributária, a reforma administrativa e o pacote do governo para conter despesas obrigatórias e ampliar a discricionariedade da União, de Estados e de municípios na alocação de recursos públicos. Além disso, as lideranças parlamentares esperam aprovar um projeto que transforma o Fundeb, fundo do qual depende o funcionamento da educação básica em quase todo o País, em mecanismo permanente. Também aparecem entre as prioridades os novos marcos legais do saneamento básico e das parcerias público-privadas, entre outros temas – alguns dos quais espinhosos, como a possibilidade de prisão após condenação em segunda instância e mudanças no processo de escolha de ministros do Supremo Tribunal Federal.

Por fim, há 25 medidas provisórias aguardando votação. Dez delas precisam ser apreciadas já, porque estão obstruindo a pauta de votações. Outras cinco vão obstruir a pauta a partir de março.

O governo de Jair Bolsonaro não participou das deliberações que levaram, pela ordem, a essa extensa lista. Isso acontece porque o próprio governo parece não saber o que deve ser considerado essencial e o que pode esperar. Sua relação com o Congresso é distante: o Palácio do Planalto

envia seus projetos e medidas provisórias de cambulhada, sem estabelecer qualquer

ordem de importância ou orientar os parlamentares governistas, na presunção de que essas matérias devem ser aprovadas simplesmente porque emanaram da autoridade do presidente da República. Foi assim ao longo do primeiro ano do mandato de Bolsonaro e nada indica que será diferente no segundo.

Bolsonaro, como se sabe, rejeita o presidencialismo de coalizão, sistema em que o presidente entrega Ministérios a partidos aliados em troca de apoio no Congresso – modelo em que a capacidade gerencial do ministro indicado vale menos do que sua representatividade como parte da aliança de sustentação do governo, o que compromete a governança e abre espaço para a corrupção. Eleito com a promessa de acabar com o fisiologismo na relação entre Executivo e Legislativo, Bolsonaro montou seu Ministério sem levar em conta o peso dos partidos políticos, supostamente para privilegiar a excelência administrativa dos escolhidos. As seguidas trapalhadas de seus ministros em áreas importantes, como a Educação, o Meio Ambiente e as Relações Exteriores, mostram que o fim do presidencialismo de coalizão não resultou na montagem de um Ministério competente – e vem causando contratempos para Bolsonaro no Congresso.

Reportagem do Estado mostrou que a proporção entre o tamanho dos partidos na Câmara e sua participação no governo é a mais baixa desde que o País voltou a ter eleições diretas, e essa equação apresenta dois problemas importantes: o primeiro é que, a julgar pela história recente, presidentes têm dificuldade de se manter no cargo com tão pouca participação dos maiores partidos no governo; o segundo é que nenhum partido, nem mesmo os naturalmente governistas, se sente obrigado a apoiar as iniciativas do governo, já que este não dividiu o poder.

Por ora, o governo obteve uma importante vitória, a aprovação da reforma da Previdência, mas também colheu numerosas derrotas. Está claro, a esta altura, que o Congresso está atuando conforme critérios próprios, a partir da visão reformista de seus líderes, e não segundo os objetivos do presidente Bolsonaro – que, a rigor, ninguém sabe muito bem quais são.

Não é um quadro tranquilizador, ante a miríade de projetos que o Congresso pretende analisar neste ano – que, ademais, tem eleições municipais, cujo potencial para influenciar o jogo federal não é pequeno. A pulverização de interesses parlamentares, sem qualquer articulação com o governo, torna a incerteza uma regra, o que é um risco enorme para o País.

O governo parece não saber o que deve ser considerado essencial e o que pode esperar

topo ↕

O GLOBO - RJ - EDITORIAL

Weintraub é ministro só dele mesmo

À frente do MEC, o militante extremista não está à altura das responsabilidades do cargo

O bolsonarismo não inova ao reservar no governo espaços para especialistas e delimitar áreas destinadas a quem trata de forma direta da execução de projetos relacionados a objetivos políticos e ideológicos do grupo no poder. O Ministério da Economia, de Paulo Guedes, por exemplo, enfrenta questões objetivas. Por exemplo, das reformas, em que estão em jogo pontos fundamentais relacionados à estabilidade econômica, ao crescimento e à geração de empregos. Bolsonaro e filhos, porém, reservaram temerariamente cargos importantes também para ideólogos orgânicos da extrema

direita. Entre eles, o economista e professor Abraham Weintraub, o segundo ministro da Educação do governo, substituto de Ricardo Vélez, de perfil semelhante. Um sério erro. Weintraub tem se destacado pela absoluta incompreensão da importância do cargo. Dedicar-se a travar a chamada “guerra cultural”, um tipo de briga de rua no mundo virtual. Os erros crassos de ortografia de

Weintraub são menos graves do que a sua incapacidade de administrar o MEC num momento em que o Brasil precisa acelerar projetos para impulsionar a educação, quando persiste grande evasão no ensino médio, existe um contingente preocupante de analfabetos funcionais, e os cuidados com a primeira infância, cruciais para uma boa formação, continuam sendo negligenciados.

Os problemas que se repetem no Enem foram enfrentados de forma canhestra, e restou um forte golpe na já debilitada confiabilidade no exame, a única porta de entrada de milhões de jovens para o ensino superior. Além de gerenciar o reparo do Enem, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep), ligado ao MEC, o ministro precisa cuidar da implementação do currículo único (a partir da Base Nacional Comum Curricular) e da reforma do ensino médio, aprovada no Congresso, e da qual nada se fala no MEC de Weintraub. E é preciso encaminhar proposta ao Congresso da renovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que vence este ano. É a única fonte de recursos para a grande maioria das secretarias de Educação de estados e municípios. Especialistas dizem que o MEC tem de ser um polo de aglutinação técnica e política, para fazer um trabalho amplo e constante de estimulação junto a governadores e prefeitos, cujos secretários e professores são os responsáveis por melhorar o ensino em cada sala de aula. Este é um papel estratégico do MEC. Weintraub não consegue exercê-lo. Não procura dialogar. É apenas um militante de causas extremadas. Não tem perfil para o cargo. Não pode transitar na Câmara dos Deputados, devido à compreensível repulsa do presidente da Casa, Rodrigo Maia, e não apenas deste: acaba de chegar ao STF pedido de impeachment do ministro encaminhado por deputados e senadores. Não transita no meio universitário, nem tem diálogo com a comunidade de especialistas no setor, está isolado no MEC, bajulado apenas pelo presidente Bolsonaro e filhos. Weintraub é só ministro dele mesmo. O MEC está à deriva, e a educação também.

topo ↕

O GLOBO - RJ - MERVAL PEREIRA

O fundo do poço

O vídeo em que o jornalista Alexandre Garcia sugere que uma troca de população entre Brasil e Japão faria com que os japoneses transformassem o Brasil em potência mundial, e os brasileiros estragariam o Japão, só viralizou porque o presidente Bolsonaro avalizou, compartilhando-o em suas redes sociais.

O melhor do Brasil é o brasileiro, ou é o brasileiro que prejudica o desenvolvimento do Brasil? A questão é outra, a meu ver: a diferença educacional dos países mais desenvolvidos. Os especialistas lembram que as escolas do Brasil são historicamente deficientes.

Em 1850, 90% da população dos EUA estavam alfabetizados e no Brasil, naquele ano, tínhamos 90% de analfabetos. O Chile, em 30 anos, aumentou a produtividade graças à educação, a Malásia e a China vão na mesma direção. A Coreia do Sul deu ênfase à tecnologia, e hoje precisamos de mais de três brasileiros para produzir o que um

coreano produz, quando em 1980 estávamos no mesmo patamar.

Na mesma época, eram precisos dez chineses para produzir o que um brasileiro produzia, já em 2010 bastava um chinês, e hoje um brasileiro já não produz o mesmo que um chinês. A correlação entre escolaridade e renda foi constatada em trabalhos científicos na década de 1950, quem estuda mais, ganha mais.

A diferença entre a produtividade de um empregado nos Estados Unidos e no Brasil — uma hora trabalhada por um brasileiro produz 1/5 que de um americano—é explicada em boa parte pelo atraso da educação.

Os especialistas são unânimes em afirmar que nunca houve no Brasil uma educação de qualidade para todos. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Japão é o país com o maior nível de igualdade na educação, e apenas 9% da variação de desempenho entre os alunos são ocasionados por diferenças socioeconômicas.

O Japão tem um dos menores índices de evasão escolar: 96,7% dos jovens terminam o ensino médio, quando a média nos países analisados pela OCDE é de 76%, e no Brasil, é de 46%. A importância dada aos professores é uma das explicações para os bons resultados. Assim como a distribuição de professores para diversas áreas do país, criando equilíbrio no nível de ensino. Professores mais experientes são enviados a locais menos desenvolvidos.

O ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso considera que a educação é dos principais itens de uma “verdadeira agenda patriótica”. Ele escreveu no último número da revista acadêmica “Direitos Fundamentais e Justiça”, da PUC/RS, o artigo “Educação Básica no Brasil: Do Atraso Prolongado à Conquista do Futuro”, com base em estudos e contatos com diversos especialistas em educação. Como a universalização da educação básica no Brasil “se deu com grande atraso, um século depois dos EUA”, mesmo com o progresso da inclusão nas últimas décadas, os problemas ainda são dramáticos: a escolaridade média é de 7,8 anos, inferior à média do Mercosul (8,6 anos) e do Brics (8,8 anos).

Um dos “pontos nevrálgicos” é a pouca atratividade da carreira do magistério. “É preciso tratar o magistério como uma das profissões mais importantes do país, elevar a capacitação dos professores e aumentar a atratividade da carreira, com incentivos de naturezas diversas”, afirma Barroso.

A ampliação do tempo de permanência na escola de cinco para oito horas é providência reconhecida como decisiva para o avanço da educação básica, diz ele. “Os Estados da Federação que adotaram programas de escolas em tempo integral, como Espírito Santo e Pernambuco, destacaram-se nos resultados do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica)”. Segundo Luís Roberto Barroso, documentos do Banco Mundial e pesquisadores reconhecidos internacionalmente atestam que o principal investimento a ser feito em educação básica é “a partir das primeiras semanas de vida da criança. Nessa fase, o cérebro é uma esponja que absorve todas as informações que lhe são transmitidas”. Pesquisas indicam que as boas creches contribuem de maneira significativa para o desenvolvimento do potencial das crianças, assegurando que recebam nutrição adequada, afeto, respeito, valores e conhecimentos básicos. Como se

vê, não é preciso mudar o povo para transformar o Brasil em potência mundial. Depende de nós, como aliás disse Alexandre Garcia no final de sua palestra. Enquanto o ministro da Educação considerar que é a ideologia que atrapalha o país, não sairemos da situação em que estamos, o fundo do poço, como ele mesmo definiu.

Os especialistas são unânimes em afirmar que nunca houve no Brasil uma educação de qualidade para todos

topo ↕

O GLOBO - RJ - LAURO JARDIM

Advogados em apuros...

Alguns escritórios de advocacia vão se encrencar quando vier a público a delação premiada de Sérgio Cabral, homologada na semana passada pelo STF. Cabral nomeia, sempre segundo sua delação, algumas bancas que foram usadas para o recebimento de propinas direcionadas a dois ministros do STJ —um deles, Humberto Martins, atual corregedor nacional de Justiça.

Apoio comprado 1

Cabral, em um dos anexos, detalha ainda a compra do apoio do PSD à candidatura de Luiz Fernando Pezão ao governo do Rio de Janeiro em 2014. A negociação dos valores da propina foi feita diretamente com Gilberto Kassab e Índio da Costa.

Apoio comprado 2

As chuteiras de Romário devem queimar os seus pés com a delação de Cabral. E o motivo é também o apoio do senador à eleição de Pezão no 2º turno em 2014.

Tormentas de março 1

A negociação de delação premiada de Eike Batista com a PGR está adiantada. Dentro do MPF estima-se que ela pode ser fechada em março.

Tormentas de março 2

Eike Batista entrega executivos de três bancos que teriam participado de esquemas heterodoxos quando os seus negócios começaram a naufragar. Nenhuma deles é presidente dessas instituições. Os anexos que tratam do mercado financeiro de Aécio Neves são tidos como o filé mignon da colaboração.

A reforma de Maia

O imposto sobre grandes fortunas e a cobrança de Imposto de Renda sobre lucros e dividendos está na agenda de Rodrigo Maia para a reforma tributária.

É uma agenda, aliás, que une a esquerda e parte do centrão. E, para a felicidade de Paulo Guedes, Maia deve trabalhar também para começar a desmontar os benefícios fiscais dados há décadas à Zona Franca de Manaus.

O ‘desastre’

A Câmara vai derrubar a medida provisória editada em dezembro que reduziu a autonomia das universidades para a escolha dos reitores.

É mais um carinho que o Parlamento fará em Abraham Weintraub, que recentemente foi definido por Rodrigo Maia como “um desastre”.

topo ↕

O GLOBO - RJ - ELIO GASPARI

O caótico MEC de Weintraub

Depois de ter anunciado “o melhor Enem” e de ter entregue o pior, o Ministério da Educação de Abraham Weintraub saiu-se com uma ideia nova, fatiando-o em três exames que seriam aplicados a partir do primeiro ano do ensino médio. Trata-se de uma parolagem típica de burocratas que não fazem seu serviço e, diante do fracasso, propõem uma reforma. Se os educatecas não conseguem fazer um exame que preste, como farão três?

O Enem é uma praga que aflige a juventude brasileira há mais de 50 anos, desde quando se chamava vestibular. Em julho passado, o ministro Weintraub pôs luz nessa questão anunciando que a partir deste ano as provas seriam feitas por meio eletrônico. Prometeu tudo direitinho, dizendo que até 2026 a nova modalidade estaria implantada em todo o país: “Há cem anos a gente faz exame do mesmo jeito, em papel. Queremos fazer como é feito lá fora”.

Lá fora, tomando-se o exemplo do SAT americano, o exame é feito por meio eletrônico e os jovens têm sete oportunidades a cada ano para fazer a prova. Foi mal num, tenta outro. Se a promessa de Weintraub fosse adiante, algum dia seria possível fazer mais de um exame por ano.

Passaram-se oito meses e um fracasso. O que se vê é o início de uma discussão maluca para esquecer o que foi dito. Não se pode pedir que Weintraub faça o que prometeu, mas não seria muito pedir que faça pelo menos o que está combinado, um Enem por ano, mesmo no papel, sem desastres como o das últimas semanas.

Weintraub foi o quarto ministro a prometer o Enem digital. Ele e todos os outros seguiram a mesma metodologia: prometeram a mudança e nunca mais tocaram no assunto.

topo 

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE MINISTÉRIO DA CRISE

Enfraquecido por falhas no Enem, Weintraub tem apoio da família Bolsonaro para seguir no MEC

Em meio a seguidas polêmicas à frente do Ministério da Educação (MEC) e desgastado após uma sucessão de erros no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), Abraham Weintraub vê sua permanência no cargo cada vez mais questionada. O presidente Jair Bolsonaro, no entanto, foi convencido pelo ministro de que os problemas são decorrentes do “aparelhamento” na pasta, que teria ocorrido nos governos do PT. Weintraub tem dito a auxiliares mais próximos que, a despeito das especulações sobre sua saída, está cada vez mais forte.

A tese de complô, no entanto, não deve ser suficiente para garantir a permanência do ministro no cargo caso a relação do titular do MEC com o Congresso se esgarce a ponto de atrapalhar a pauta econômica. É exatamente da equipe liderada pelo ministro Paulo Guedes que vêm os clamores internos pela troca de Weintraub.

Além de azedar as relações já nada amistosas com a Câmara, Weintraub divulga projetos com impacto na economia sem consultar Guedes. Foi o caso do prometido Future-se, principal programa do governo Bolsonaro para a educação superior pública e

que mexe diretamente com o patrimônio das universidades. Não há sequer um desenho do Future-se finalizado. A proposta passou por duas consultas públicas, foi rejeitada por entidades como a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e agora está justamente com a equipe econômica para avaliação.

BANDEIRA DO ÓDIO

A omissão e a falta de habilidade de negociação em torno da PEC do Fundeb são outros temas que exasperam a equipe econômica. A proposta vinda da Câmara aumenta drasticamente a contribuição da União ao principal meio de financiamento da educação básica. Guedes entrou em campo para tentar afinar com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), um complemento menor para o fundo.

Atualmente, o governo federal destina 10%. A equipe de Weintraub admite escalonar o percentual até 15%. No Congresso, o primeiro relatório propôs uma elevação de 40%. Maia, no entanto, disse nesta semana que colocará na pauta em março a PEC dos deputados em uma versão negociada, que deve ficar entre 20% e 25%. O presidente da Câmara não dará tramitação ao projeto enviado pelo governo, alegando urgência, já que o Fundeb vence no fim deste ano. A decisão pode resultar no primeiro desgaste concreto para Weintraub dentro do próprio governo, decorrente de sua péssima relação com o Legislativo. A disputa em torno do Fundeb tem como pano de fundo uma crise protagonizada por Maia e Weintraub. Aliados de Bolsonaro avaliam que parte da irritação de Maia se dá pela demissão de um apadrinhado seu do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), da qual ele não foi previamente avisado. Nesta semana, o presidente da Câmara, depois de bater duro na atual gestão do MEC, afirmou que não pode negociar com quem “representa a bandeira do ódio”. Segundo interlocutores, Maia alertou Bolsonaro da dificuldade em se relacionar com o ministro. Na conversa, o presidente tentou acalmar os ânimos. E deixou claro para Maia que as questões sobre educação poderiam ser tratadas diretamente com ele. Apesar das críticas duras de Maia a Weintraub, Bolsonaro repete a aliados que “gosta” do ministro da Educação. Weintraub conseguiu criar tanta antipatia com a maioria do Congresso quanto conquistou seguidores no Twitter (quase meio milhão em dez meses). As redes sociais se tornaram, na visão de uma ala mais pragmática no entorno do presidente, uma “arma” do titular do MEC. Eles acreditam que ela pode ser usada para angariar apoio para a criação do Aliança pelo Brasil, novo partido de Bolsonaro. Weintraub já assinou ficha de inscrição da legenda que Bolsonaro tenta criar. Sua conexão com o público bolsonarista é sempre apontada como um motivo para a permanência, com direito à hashtag #ficaWeintraub.

ATRASO NO SISU

Mas a presença midiática do ministro também pode ter efeito oposto ao desejado. Após usar os holofotes digitais para anunciar que o primeiro do governo Bolsonaro foi “o melhor Enem” de todos, falhas seguidas no Sisu — com notas erradas de milhares de estudantes, confusão nas listas de espera das federais e atraso nos resultados — minaram ainda mais a imagem de Weintraub. A deputada federal Bia Kicis (PSL-DF), no entanto, minimiza os problemas. Ela diz ter levado um dossiê a Weintraub e ao presidente detalhando erros que teriam sido cometidos na correção de exames em gestões passadas.

—São milhares de casos (de erros no Enem) . A diferença é que este governo admitiu o erro —defendeu. Também pesa para a permanência de Weintraub a relação do ministro com a área ideológica do governo. Ele foi aluno de Olavo de Carvalho, e já fez elogios públicos ao guru do grupo, com a ressalva de que não segue à risca a cartilha olavista. Além da tese comprada por Bolsonaro de que o “aparelhamento” do MEC dificulta a apresentação de melhores resultados, o presidente e seus filhos têm uma simpatia genuína por Weintraub, sobretudo o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP). Na última semana, Eduardo Bolsonaro encampou a defesa de Weintraub nas redes sociais. “Só o pessoal do (educador) Paulo Freire está falando mal da educação, na verdade falando mal do ministro Weintraub. Sem argumentos para fazê-lo, se agarram no ‘ele é ministro, tem a liturgia do cargo’. Enquanto governos anteriores roubavam até as cuecas e merendas a liturgia do cargo estava ok né?”, disparou no Twitter. Já o vereador Carlos Bolsonaro (PSC-RJ) saiu em defesa do ministro compartilhando no Twitter um comentário do Movimento Brasil Conservador (MBC) que diz ser o MEC “seguramente a pasta mais aparelhada pela esquerda”. No governo Michel Temer, os ministros da Educação foram Mendonça Filho (DEM) e Rossieli Soares, atual secretário estadual em São Paulo na gestão João Doria (PSDB). Caso o desgaste torne a permanência insustentável, uma saída honrosa para Weintraub, que já circula de forma reservada, seria a presidência da fundação do futuro partido bolsonarista.

Ele comandaria a "guerra cultural" que tem tomado boa parte do seu tempo à frente do MEC. Um outro cargo na administração, mas que não lide diretamente com o Congresso, também já é cogitado. O que está claro é que o governo não deixará Weintraub “sair por baixo”. Mas antes mesmo de uma eventual derrota na votação do Fundeb, se a PEC da Câmara avançar, Weintraub amargará um dissabor pessoal com a perda de validade da medida provisória que cria a carteirinha estudantil digital emitida pelo MEC. A iniciativa foi divulgada por Weintraub para minar a maior fonte de renda de entidades estudantis, como a UNE, percebida como foco de oposição ao MEC. A organização vem sendo comandada há décadas por estudantes ligados a partidos de esquerda. Mas a medida termina em 16 de fevereiro, sem que tenha havido nem mesmo instalação de comissão para analisá-la. Outra MP ligada à pauta do ministro é a que muda as regras para a escolha de reitores de universidades federais, cuja validade termina em meados do ano e segue sem avanços concretos no Congresso, onde o ministro tem cada vez menos interlocução.

“São milhares de casos (de erros no Enem). A diferença é que este governo admitiu o erro”

Bia Kicis, deputada federal (PSL-DF)

topo ↕

CARTA CAPITAL - SP - SEU PAÍS

Do banco escolar ao banco dos réus

As mudanças no Fies incentivam a cobrança judicial dos financiamentos estudantis

Em 2017, o governo Michel Temer concedeu perdão de 47 bilhões de reais em dívidas com a União a 131 mil contribuintes, pelo programa de recuperação fiscal, o Refis. Permitiu ainda o parcelamento de 59,5 bilhões, pouco mais da metade da dívida original, em até 175 prestações. Desde outubro de 2019, por meio da Medida Provisória do Contribuinte Legal, o governo Bolsonaro oferece semelhante “mamata”. A dívida ativa supera a cifra de 1,4 trilhão de reais e envolve 1,9 milhão de devedores, vários deles contumazes especialistas na arte de burlar o Fisco. A mesma generosidade não se

vê quando se trata dos débitos estudantis. Em dezembro de 2019, o Ministério da Educação anunciou novas regras para o Fies, o programa de financiamento estudantil, que em princípio passam a valer a partir do segundo semestre deste ano. Uma delas atinge diretamente os inadimplentes, que poderão ser cobrados judicialmente pelas dívidas. Até a publicação das novas normas, as cobranças ocorriam no âmbito administrativo. São passíveis de processos judiciais os contratos firmados até o segundo semestre de 2017, com dívida mínima de 10 mil reais e 360 dias de inadimplência na fase de amortização, período em que os estudantes começam a pagar as parcelas. De fato, a taxa de inadimplência do programa não para de crescer. Em abril do ano passado, a dívida total do Fies atingiu a marca de 13 bilhões de reais, segundo dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

À época, três em cada cinco estudantes que recorreram ao programa estavam inadimplentes, 45% há mais de 90 dias. Apesar dos dados preocupantes, causados em grande medida pela recessão e pela dificuldade do País em retomar o crescimento, resolver o problema na Justiça é uma “perversidade”, avalia Salomão Ximenes, doutor em Direito pela Universidade de São Paulo e professor da Universidade Federal do ABC. Não se pode desconsiderar, diz o especialista, a baixa capacidade orçamentária dos jovens, “sobretudo com a realidade do desemprego”. Nos últimos cinco anos, os empregos minguaram e a renda despencou em quase todos os níveis, mas quem está na faixa dos 20 anos sofreu mais. Enquanto os grupos marginalizados perderam duas vezes mais do que a média geral, entre os jovens de 20 a 24 anos o declínio foi cinco vezes maior. É o que aponta um estudo da Fundação Getúlio Vargas publicado em novembro de 2019, que toma como base os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE. O estudante paulistano Igor Silva, de 27 anos, acumula uma dívida de mais de 18 mil reais como Fies. Em um relato nas redes sociais, o jovem conta que aderiu ao financiamento em 2013, para cursar Direito, mas um transtorno de ansiedade obrigou-o a largar a faculdade dois anos e meio depois. Desempregado, Silva não foi capaz de iniciar o pagamento e o débito só acumula desde então. “Fiquei na esperança de um plano de renegociação da dívida que foi ventilado no fim do governo Dilma em todoo governo Temer”,

lamentava. Exatos 700 mil estudantes têm prestações atrasadas.

A possibilidade de renegociar as dívidas só foi aberta em 2019. Antes, os estudantes eram obrigados a quitar o valor à vista, o que também pode ter contribuído para a manutenção dos níveis de inadimplência. A renegociação vale para os contratos assinados até o segundo semestre de 2017 e que estejam com parcelas atrasadas a, no mínimo, 90 dias. As regras da renegociação incluem uma entrada de 10% do saldo devedor ou mil reais (o maior valor). As parcelas mensais mínimas não podem ficar abaixo de 200 reais.

O governo Bolsonaro tem dado sequência ao enxugamento do Fies, movimento observado desde que o programa atingiu o auge, em 2014, com mais de 700 mil novos contratos. Neste ano serão oferecidos 100 mil financiamentos a juros zero; 70 mil no primeiro semestre e 30 mil no segundo semestre, a estudantes que tenham renda familiar de até três salários mínimos. Não bastasse, os candidatos precisam agora obter uma nota mínima de 400 pontos na redação do Enem, além da média mínima de 450 pontos no exame, para ter acesso ao programa.

Enquanto dificulta de um lado, o ministério abre as portas de outro. A modalidade P-Fies, que opera com o risco de crédito determinado pelos bancos privados, com livre fixação de juros, não estabelece limites de vagas e renda. Segundo Inadimplência crescente. 700 mil estudantes estão em atraso como Fies.

Dívida do programa supera 13 bilhões Ximenes, a situação atual acentua a ambiguidade da política de financiamento, que teve forte incentivo público no fim do segundo mandato de Lula. Entre 2010 e 2014, o gasto com o programa passou de 1,6 bilhão para 12 bilhões de reais. “Se, por um lado, o Fies permitiu maior acesso ao ensino superior por intermédio da rede privada, por outro, também serviu ao processo de financeirização da educação, observado pelo crescimento das universidades e dos oligopólios educacionais”, analisa. “Há de se considerar que, em nome da massificação do ensino superior, o Fies garantiu ofertas de baixo custo, mas de baixa qualidade.”

A solução, pontua Ximenes, depende da mudança no acesso ao Ensino Superior, que deveria se concentrar na expansão das vagas na rede pública. Quando foi criado, o Fies integrava um sistema misto, mas acabou por monopolizar a estrutura e a incentivar a mercantilização do ensino, tornando-se insustentável com o passar dos anos. “Isso se deu também pelo fim da perspectiva de ampliação da oferta direta, dados os impeditivos trazidos pelo Teto de Gastos.”

O que se vê deste então é um movimento do mercado financeiro para empacotar novos mecanismos de financiamento, impulsionado pelo lobby dos bancos, “É o caso do próprio Future-se, que nem sequer cita a expansão do parque de universidades institutos federais, mas defende a ideia de financiamentos alternativos para a sua manutenção”, lembra Ximenes. A ambição esbarra, porém, na falta de demanda. Para a maioria dos brasileiros, o sonho do diploma será adiado outra vez. *

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - CULTURA

Polêmica da semana: a razão e a fé

Em tempos de chuvas e da polêmica da renaturalização dos rios da nossa cidade querida, o que apoio totalmente, embora saiba das dificuldades reais em desfazer tanto feito, temos outras polêmicas não menos importantes. A polêmica é secular. E nesse caso se vai pela fé ou pela razão. Trata-se da questão do Criacionismo x Teoria da Evolução, vinda à tona depois da nomeação de Benedito Guimarães Aguiar Neto para presidir a **Capes**, órgão de fomento e condução das políticas públicas de pesquisa, pós-graduação e formação e qualificação de pesquisadores e docentes do país. A discussão se dá porque a ética que rege uma e outra das versões apresentadas é completamente oposta e divergente. Vejam que a ética religiosa desafia a razão ao tomar o mito de Adão e Eva, conforme a Bíblia, como fato – e não como metáfora. Todo mito é contado verbalmente com a finalidade de explicar nossas origens. O próprio Jesus falava aos cristãos por meio de diversas metáforas para que todos compreendessem a mensagem. No caso do mito criacionista, digamos que explica que viemos de ancestrais comuns, no caso, um homem e uma mulher, que vieram de mutações genéticas adaptativas. A ética científica, ao contrário, adota a Teoria Darwinista da evolução, que afirma que descendemos da evolução da espécie, conforme revelações de material genético estudado em laboratórios tanto quanto provas materiais de restos arqueológicos encontrados em escavações.

Daí a discussão. O que se discute é como será que a **Capes**, órgão radicalmente aliado e

fomentador da pesquisa científica, poderá ser dirigida por alguém que defende a ética religiosa, o que significa que a pesquisa ficaria ameaçada pela ética que norteia o novo presidente. Notas de repúdio coletivas surgiram de variadas fontes; cito aqui duas: a Freduc (Frente nacional em Defesa da Universidade e da Ciência) e o Grupo de Psicanalistas Unidos pela Democracia, esta assinada por Luciano Elia, do Laço Analítico/Escola de Psicanálise do Rio de Janeiro. A primeira prevê consequências devastadoras para a ciência e a universidade brasileira por ter como representante alguém com visão reconhecidamente pré ou anticientífica, recusando evidências amplamente validadas e respeitadas pelo intelecto humano. A comunidade científica considera esta nomeação um retrocesso e exige a revogação imediata da nomeação. Também as escolas de psicanálise lançaram seu repúdio pelos mesmos motivos, uma vez que sua fundação vem de bases restritamente científicas e racionais, já que ela só foi inaugurada a partir do advento da ciência moderna, isto é, a partir do sujeito moderno conforme pensado por Descartes.

Sujeito que dispensa qualificativos e simplesmente se reduz ao: Penso, logo sou. Do advento do sujeito cartesiano da ciência moderna surgiu a psicanálise. A descoberta do inconsciente só foi possível a partir do sujeito cartesiano. Ele abriu caminho para a descoberta do inconsciente com a afirmação: Sou, onde não penso, indicando aí a concepção da existência de um inconsciente, para além da consciência, como um estranho, uma vez que está fora da nossa capacidade saber tudo sobre nós próprios. Isso aponta para os porquês de muitos comportamentos e repetições, que não podemos explicar. Assim, veio a público um grande impasse que tem razões mais que lícitas e justificáveis pelos profissionais diretamente afetados pelas consequências de nomeações para cargos públicos sem respeito aos critérios da competência técnica e notório saber. Demanda absolutamente lógica.

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - BRASIL

Validade do Fundeb pode ser de 10 anos

EDUCAÇÃO Proposta do governo Bolsonaro vem sendo formulada pelo ministro Paulo Guedes

O governo Jair Bolsonaro (sem partido) quer estabelecer um prazo de validade para o novo Fundeb, principal mecanismo de financiamento da educação básica. O fundo teria vigência por dez anos. A iniciativa representa mudança de posicionamento do Executivo em um dos poucos consensos que havia sobre o tema. Até agora, o Ministério da Educação (MEC) concordava com a inclusão do mecanismo na Constituição de forma permanente, como prevê o texto em tramitação no Congresso. A área econômica, no entanto, quer estabelecer o prazo – a exemplo do modelo atual, cuja validade termina neste ano. Congressistas e especialistas criticam a proposta do governo, que pode trazer insegurança para as redes de ensino no planejamento de longo prazo.

O Fundeb responde por R\$ 4 de cada R\$ 10 investidos na educação básica (que vai da creche ao ensino médio). O fundo reúne parcelas de impostos e recebe uma complementação da União para Estados e respectivos municípios que não atingem o valor mínimo a ser gasto por aluno – definido todo ano. Esse complemento federal é de 10%, cerca de R\$ 15 bilhões atualmente. As discussões sobre uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para sua renovação estão no Congresso desde 2015. No ano passado, o tema passou por forte debate nas Casas. Uma minuta do texto foi apresentada pela deputada Professora Dorinha (DEM-TO) com a previsão de elevar para 40% essa complementação.

O MEC defendia que o percentual chegasse a 15%. A pasta decidiu, ainda no ano passado, encaminhar uma PEC própria sobre o tema. Até agora, no entanto, o MEC, comandado pelo ministro Abraham Weintraub, divergia de alguns pontos, sobretudo do percentual, mas defendia sua constitucionalização. O Ministério da Economia propõe um limite de tempo para o Fundeb seguindo as diretrizes de Paulo Guedes. Ele tem buscado desvincular o orçamento público de despesas, que, segundo argumenta, se perpetuam ao longo do tempo e diminuem o poder decisório do governo. Por isso, a existência permanente do Fundeb é interpretada como uma medida que vai na direção contrária das propostas do ministro. Entre as iniciativas de Guedes no chamado Plano Mais Brasil – pacote de três PECs que alteram regras fiscais e orçamentárias – está a eliminação de 248 fundos públicos.

A argumentação do projeto foi justamente eliminar vinculações de receitas a despesas específicas e usar o dinheiro para outras necessidades. Além disso, Guedes queria eliminar o mínimo de recursos destinados a educação e saúde por municípios, Estados e União. Foi convencido por integrantes do governo a flexibilizar a proposta, mas acabou sugerindo a soma dos pisos das duas áreas – o que pode reduzir a verba para a educação. Nos bastidores, Weintraub já abriu mão da inclusão do fundo na Constituição de forma permanente, mas ainda defende um prazo maior de validade, de cerca de 20 anos. Questionado, o MEC não respondeu. RECURSOS Fundo é o principal mecanismo de financiamento da educação básica de Estados e municípios. Paulo Guedes tem buscado desvincular o orçamento público de despesa

topo ↕

O LIBERAL - PA - NOTÍCIAS

Sem o aval do Mec, instituições encerram cursos

PARÁ - Balanço é referente aos últimos 15 anos. Muitas fecharam por decisão da Justiça a pedido do MPF.

Nos últimos 15 anos, 47 casos de empresas que ofereciam cursos de ensino superior no Pará de maneira irregular foram comprovados. Eles resultaram em decisões da Justiça Federal para que a atuação dessas instituições fosse suspensa ou as próprias instituições atenderam a recomendação do Ministério Público Federal (MPF) para interromper suas atividades. Há ainda 15 empresas citadas em processos ajuizados pelo MPF que aguardam decisões na Justiça Federal e 70 situações sendo investigadas pelo órgão ministerial ou Polícia Federal, no território paraense. O levantamento atualizado contabiliza os processos de 2005 a 2020 e foi solicitado por O LIBERAL, ao MPF. No caso mais recente, com sentença publicada no Diário Oficial da Justiça do dia 22 de janeiro, foi determinada a suspensão. Ela tinha autorização do Ministério da Educação (MEC) para ofertar curso de Licenciatura em Pedagogia, na modalidade presencial, apenas na sua sede em Teresina, capital do Piauí, e atuava sem credenciamento nem autorização MEC em diversos municípios paraenses.

SITUAÇÕES

Conforme o levantamento feito pelo MPF, algumas empresas aparecem em mais de um processo e há ações que envolvem mais de uma instituição. O procurador da República Alan Mansur, procurador-chefe do Ministério Público Federal no Pará, explica que diferentes situações são identificadas. Existem casos, por exemplo, de instituições de ensino superior que possuem autorização para funcionar em uma determinada cidade de fora do Pará, mas querem funcionar no restante do país. Para saber se e criam campus de

educação a instituição é à distância em municípios credenciada paraenses, sem a devida autorização, funcionando nesses municípios de forma irregular e chamando, inclusive, professores reconhecidos e na internet ou respeitados nessas localidades. Outros casos envolve empresas que não possuem autorização nenhuma para funcionar, nem mesmo em outros Estados.

Há prejuízos para a nossa sociedade

De acordo com Alan Mansur, o MPF atua na área cível e o que chegam são informações da sociedade, por meio de denúncias. "(Se identificada a irregularidade) O MPF pede fechamento, ressarcimento das pessoas prejudicadas, que se tire o site da instituições do ar e que ela pare de fazer propaganda dos cursos", explica. Algumas dessas empresas tinham estratégias para continuar funcionando, mesmo sem as condições exigidas. Havia, por exemplo, o caso de uma faculdade com autorização para funcionar em Goiânia, com alunos matriculados em municípios do Pará. A faculdade busca simular que esses alunos estudaram em Goiânia, para entregar o diploma. Outras faziam o aproveitamento extraordinário, abreviando o tempo do curso quando a pessoa já tinha experiência em determinada área, mas sem qualquer controle de qualidade. "Outros são cursos de extensão, aperfeiçoamento em alguns assuntos que não tem qualquer tipo de fiscalização do MEC. Fazem sem autorização, fingem que são nível superior, tentam buscar parceria com outra universidade", ressalta o procurador. Mais do que o prejuízo aos alunos que foram enganados ao se matricularem nessas instituições, Alan Mansur chama a atenção para os problemas que isso pode provocar à sociedade em geral, com o acesso de profissionais que não foram capacitados de maneira adequada em determinadas áreas. Em 2013, por exemplo, a Justiça Federal suspendeu as atividades de uma faculdade não credenciada pelo MEC, que oferecia curso de Administração, Ciências Contábeis, Farmácia e até Enfermagem, no município de Altamira. "Há prejuízos para a sociedade, porque quando colocam pessoas com nível superior para trabalhar em uma determinada área, pressupõe que essas pessoas tiveram uma preparação, passaram por um curso regular, quando na verdade não houve nenhuma preparação acadêmica", diz Mansur.

topo ↕

O TEMPO - MG - BRASIL

Portaria do MEC é revogada Medida limitava viagens

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, revogou na quinta-feira passada a portaria que limitava o número de participantes brasileiros em congressos científicos nacionais e internacionais. A mudança ocorre após críticas de pesquisadores e associações científicas.

topo ↕

AGÊNCIA DO RÁDIO - NOTÍCIAS

Capex lança edital para doutorado pleno nos EUA

Serão concedidas até 20 bolsas em oito áreas do conhecimento

Interessados em se candidatar para o programa **Capex** – Fulbright de doutorado pleno nos Estados Unidos, podem se candidatar até o dia 11 de março, por meio de um formulário eletrônico, no site do programa disponível na página da **Capex**.

Serão concedidas até 20 bolsas em oito áreas do conhecimento como Engenharias, Ciências Exatas e da Terra, Biológicas, Saúde, Agrárias, Sociais Aplicadas, Humanas e Linguísticas. O programa forma recursos humanos de alto nível nos EUA.

O resultado final será divulgado após o processo de seleção dividido em análises técnica e de mérito, entrevista com os candidatos, seleção da parte americana e identificação da universidade.

As bolsas terão duração de até seis anos e a **Capes** vai apoiar cada bolsista com até US\$ 165 mil por ano. O início das atividades está previsto para agosto de 2021.

Reportagem, Tainá Ferreira

topo ↕

A TRIBUNA DE SANTOS - SP - EDITORIAL

Capex e pesquisa

Há, na estrutura federal, duas agências destinadas a promover e financiar a pesquisa acadêmica no Brasil. Uma é a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, ligada ao Ministério da Educação, a outra é o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Circulou recentemente proposta de fusão dos dois órgãos, que acabou não indo adiante, tendo em vista que suas ações, embora complementares e convergindo para o fomento da pesquisa científica, têm características diferentes: a **Capex** é ligada à expansão, à consolidação e à avaliação da pós-graduação stricto sensu (cursos de mestrado e doutorado) e na formação dos professores do ensino básico, enquanto o CNPq é mais voltado ao desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica, além de incentivar a formação de pesquisadores.

O corte dos orçamentos das duas agências em 2019 atingiu bastante a atividade científica no País. No caso da **Capex**, houve redução importante na concessão de bolsas de pós-graduação, que afetou diversos programas. E o cenário não é animador: para 2020, o orçamento da **Capex** foi fixado inicialmente em R\$ 2,4 bilhões (em 2019 foram R\$ 4,25 bilhões), que aumentou para R\$ 3,07 bilhões, mas ainda insuficiente para atender às demandas, principalmente de bolsas de estudo, que representam 80% dos gastos do órgão.

A nomeação recente do novo presidente da **Capex**, Benedito Guimarães Aguiar Neto, provocou reações e controvérsias, diante de posições assumidas por ele de defesa da teoria do “design inteligente”, ligada ao criacionismo, vista como anticientífica pela comunidade acadêmica. Ele tem se esquivado do assunto, e suas declarações foram no sentido que pretende expandir “o apoio à pesquisa voltada à solução dos problemas nacionais”. Ele foi além e defendeu o diálogo com a academia, mostrando-se aberto ao debate com a comunidade científica e defendendo a livre atuação dos pesquisadores.

Outro ponto importante destacado foi que não concorda com discriminações quanto a áreas de conhecimento, linhas de pesquisas ou convicções dos acadêmicos, além de defender a discussão interdisciplinar na construção do conhecimento científico. Anunciou que a **Capex** deve manter os atuais programas de apoio à pós-graduação e fomento à educação básica, insistindo que as licenciaturas (que formam professores) devem ser fortalecidas e estimuladas. O discurso é positivo, mas há enorme desafio para a gestão de Aguiar Neto à frente da **Capex**. Ele precisará demonstrar, de modo efetivo e concreto, que o órgão trabalha para o desenvolvimento da ciência e da pesquisa no Brasil com pluralismo e abertura à comunidade acadêmica, e principalmente mantendo e ampliando bolsas de estudo e financiamento ao setor, que são essenciais.

topo ↕

CAMPO GRANDE NEWS - TEMPO REAL

Inscrição no mestrado em Letras da UEMS termina na terça-feira

Ao todo são 9 vagas em Dourados e mais 10 em Campo Grande

Termina na terça-feira (10) o prazo para inscrição no mestrado em Letras da UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul), oferecido na Capital e em Dourados. O Mestrado, realizado em rede nacional, é um programa de pós-graduação stricto sensu em Letras, reconhecido pela **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** do Ministério da Educação.

Ele tem como objetivo capacitar professores de Língua Portuguesa para o exercício da docência no Ensino Fundamental, com o intuito de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino no País.

O curso é semipresencial, com aulas presenciais, com oferta simultânea em rede nacional, no âmbito do Sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB), conduzindo ao título de Mestre em Letras. Ele é coordenado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Ao todo são 9 vagas em Dourados e mais 10 em Campo Grande. As inscrições podem ser realizadas, exclusivamente, pelo endereço www.comperve.ufrn.br, no qual estão disponíveis o Edital e o Formulário de Inscrição. A taxa de inscrição é de R\$ 90.

topo ↕

FATO AMAZÔNICO - TEMPO REAL

Brownies com produtos amazônicos, livre de glúten, lácteos e conservantes é desenvolvido no Amazonas

Desenvolver um produto alimentício funcional que favorecesse os indivíduos com intolerância ao glúten e à lactose e ao mesmo tempo atendesse às expectativas dos consumidores do ponto de vista nutricional, sensorial (aparência, aroma, consistência e sabor) e que tivesse propriedades benéficas à saúde foi a base de uma pesquisa desenvolvida pela doutora em Alimentos e Nutrição e professora da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), no município de Coari, Geina Faria. Ela criou brownies funcionais, isentos de glúten, lácteos, conservantes e, com redução de gordura, a partir de produtos oriundos da região Amazônica como o açaí, a castanha da Amazônia e o extrato de cumaru.

O projeto “Brownies de açaí e castanha sem glúten, sem leite e com redução lipídica: perfil sensorial e estudo de consumidores” foi desenvolvido na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp-SP), e o teste de consumidor aplicado também na Universidade Federal do Amazonas (Ufam) para comparação de dados e, amparado pelo Programa de Apoio à Formação de Recursos Humanos Pós-Graduados para o Interior do Estado do Amazonas (RH-Interiorização–Fluxo Contínuo), edital N° 003/2015.

“A pesquisa mostrou que utilizando ingredientes amazônicos com propriedades funcionais é possível produzir, para o público celíaco e intolerante às proteínas do leite de vaca, um alimento viável, acessível, saboroso, nutritivo e, mais saudável que as opções existentes no mercado”, explica Geina.

Diante da necessidade que esses indivíduos têm de aderir a uma dieta restritiva, a pesquisadora propôs a fabricação de um alimento funcional, com características que permitissem o consumo tanto pelo público celíaco e intolerante à lactose, quanto de

consumidores que buscam produtos saudáveis.

Pessoas com doença celíaca, caracterizada por uma intolerância permanente ao glúten, um tipo de proteína que pode ser encontrada nos cereais como trigo, centeio ou cevada e, com intolerância à lactose, principal açúcar do leite, precisam excluir esses componentes da dieta alimentar.

Preparo – Para o preparo dos brownies, a pesquisadora substituiu a farinha de trigo por um mix de farinhas sem glúten, com composição mais nutritiva, o açúcar refinado pelo demerara e, da manteiga pelo açaí e, acrescentou castanha da Amazônia e cacau 100%. Houve também a substituição da essência de baunilha pelo extrato de cumaru, produto natural, amplamente utilizado na confeitaria para aromatizar alimentos. Por não possuir conservantes adicionados à formulação, a durabilidade do produto em média é de 72 horas.

Valor nutritivo dos brownies – Para avaliar a formulação foi realizada análise da composição centesimal – g/100g (proteínas, gorduras e carboidratos). Os brownies possuem cerca de 56g de carboidratos, 6g de proteínas, 4,5g de gordura em 100g dos produtos. Com isso, foi possível comprovar que os brownies possuem quantidade de gordura quase quatro vezes menor quando comparados aos brownies comerciais, vendidos com o mesmo apelo (sem glúten e lácteos).

Para a comparação da composição nutricional dos produtos foram analisados os rótulos de sete marcas comerciais de brownies. Cada 40g de brownie comercial tem cerca de 160 kcal e 7g de gordura enquanto que o valor energético dos bolinhos fabricados para o estudo, também com 40g, ficou em 117 kcal e 1,9g de gordura.

Os brownies desenvolvidos podem ser classificados como light e baixo em gorduras, por apresentarem uma diferença relativa mínima de 25% no valor energético e no conteúdo desse nutriente dos alimentos comparados e, ainda, uma diferença absoluta mínima no conteúdo de gordura de 3g de gorduras/100g, estipulado pela legislação vigente.

As substituições dos ingredientes resultaram produtos com baixa quantidade de gordura, devido à utilização somente do açaí como aporte lipídico, gerando um menor valor calórico. Em relação ao custo, se caracterizaram como acessíveis quando comparados aos comerciais com o mesmo apelo (sem glúten e lácteos).

Aceitação – Os testes sensoriais para avaliar atributos como a aparência, o aroma, o sabor, a textura e a impressão global, dos brownies desenvolvidos, foram divididos em oito etapas e, cerca de 1000 pessoas, entre as cidades de Campinas (SP) e Manaus (AM), participaram do estudo.

Os produtos obtiveram cerca de 76% de aceitação em todos os atributos sensoriais avaliados em ambas cidades estudadas, e a intenção de compra foi de aproximadamente 85%.

RH-Interiorização – O Programa RH-Interiorização foi substituído pelo Programa de Apoio à Formação de Recursos Humanos para o Interior do Estado do Amazonas (Proint). O objetivo é conceder bolsa de mestrado e doutorado a profissionais graduados

residentes no interior do estado do Amazonas há no mínimo 4 (quatro) anos ou que mantenham relação de trabalho ou emprego com instituição municipal, estadual ou federal sediada ou com unidade permanente no interior do Estado, interessados em realizar curso de pós-graduação stricto sensu, em programa credenciado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, em instituições do Amazonas localizadas em município diferente de onde reside o candidato.

topo ↗

PARAÍBA URGENTE - TEMPO REAL

Campus Jacobina do IFBA representa a Rede Federal na Espanha

Aproveitar resíduos da indústria mineradora na produção de massa cerâmica para a fabricação de blocos, placas de revestimento e telhas. Esse é o objetivo dos trabalhos desenvolvidos por pesquisadores do Instituto Federal da Bahia, Campus Jacobina, e aprovados para apresentação no Qualicer 2020, evento internacional de referência no âmbito da qualidade de produtos cerâmicos, que acontecerá nos dias 10 e 11 de fevereiro, em Castellón, na Espanha. Esta é a 2ª vez que o IFBA - Jacobina participa do evento representando a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Autoria de professores e alunos, os três estudos serão compartilhados com o grande público em formato de pôster (2) e comunicação oral (1). Tércio Machado (eng. mecânico), Talita Gentil (geóloga), Jonei Marques (eng. de minas), Beliato Campos (físico), além dos docentes Raimison B. de Assis, que hoje leciona no campus Lauro de Freitas, Flanelson Monteiro, do Campus Irecê, e Naedja Pontes, atualmente professora do Instituto Federal do Piauí (IFPI), são os docentes envolvidos com os trabalhos, ao lado dos estudantes Jaédson Santos, do curso técnico integrado de mineração, e Jander Lopes (eletromecânica). Todos são integrantes do grupo de pesquisa Automação, Eficiência Energética e Produção do IFBA.

A utilização dos resíduos provenientes da exploração de esmeralda, granito Mairi, caulim e mármore bege Bahia é destaque nos trabalhos. “A exploração de esmeralda da Serra da Carnaíba, por exemplo, gera grande volume de resíduos, constantemente abandonados no meio ambiente. No processo de queima, uma das etapas da produção de peça cerâmica, a partir dos resíduos da esmeralda, a flogopita (mineral do grupo das micas) se oxida, conferindo coloração dourada ao produto. Nesse sentido, nossa proposta é estudar a incorporação desses resíduos, usados como aditivo na produção de material cerâmico, na tentativa de obter característica estética única, permitindo diversas aplicações e agregando valor econômico. Dessa maneira, ainda contribuímos para o equilíbrio ambiental da região”, destaca a profa. Talita Gentil, que representará a equipe na Espanha.

Segundo o professor Tércio Machado, líder do referido grupo de pesquisa, os anais do Qualicer são classificados com Qualis A pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, “o que reforça a qualidade técnica da produção intelectual dos pesquisadores envolvidos, incluindo estudantes”.

Fruto de trabalhos como esses, o Campus Jacobina do IFBA estabeleceu parceria, recentemente, com empresa integrante da indústria ceramista da região para produzir material de construção de baixo impacto ambiental, incorporando resíduos da exploração mineral em massa cerâmica. “Nosso intuito é unir experiências e

informações técnicas que favoreçam o desenvolvimento sustentável, com benefícios para o setor da construção civil e sociedade em geral”, conclui Tércio.

Verusa Pinho de Sá
Jornalista DRT/BA 3546
Mestra em Educação e Diversidade
Especialista em Ensino da Comunicação
Instituto Federal da Bahia (IFBA) - Campus Jacobina
Departamento de Comunicação (Decom)
(74) 3621-8727 | 8700

topo ↕

PBAGORA - TEMPO REAL

Programa seleciona bolsistas para doutorado nos Estados Unidos

O Programa **Capés**/Fulbright de doutorado vai selecionar 20 bolsistas para ampliar o acesso de pesquisadores brasileiros em universidades de excelência dos EUA. As inscrições seguem abertas até as 17h do dia 11/03/2020.

Para realizar a candidatura é preciso ler o edital e preencher um formulário eletrônico na página do programa. Durante o curso será oferecido um auxílio anual, cerca de US\$ 165 mil (aproximadamente R\$ 700 mil), mediante avaliação anual para renovação, podendo ser oferecido por um prazo de até seis anos. O início das aulas está previsto para agosto de 2021.

O Programa **Capés**/Fulbright de doutorado atende áreas de conhecimento como Ciências Biológicas; Ciências Exatas e da Terra; Engenharias; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas; e Linguística, Letras e Artes.

Para conseguir uma bolsa de estudo pelo programa, é preciso atender aos seguintes critérios:

- Ter nacionalidade brasileira e não possuir nacionalidade norte-americana;
- Residir no Brasil no momento da candidatura e durante todo o processo de seleção;
- Ter cursado e possuir diploma de bacharelado ou equivalente, com duração regular mínima de quatro anos;
- Não ter cursado ou estar cursando doutorado ou ter título de doutor em qualquer área do conhecimento;
- Não acumular bolsa ou benefício financeiro, de qualquer natureza, concedido por agência pública federal durante o período de vigência da bolsa pleiteada.

topo ↕

SBNOTÍCIAS - TEMPO REAL

Professores da rede estadual podem concorrer a bolsa de estudos nos EUA

O Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Língua Inglesa nos Estados Unidos (PDPI) continua a receber inscrições de professores da rede estadual. Os interessados têm até o dia 14 de fevereiro para manifestar o interesse de participar do programa. O edital está disponível na internet, bem como o formulário de inscrição.

Parceria da Diretoria de Relações Internacionais e da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica na Secretaria da Educação com a Embaixada dos Estados Unidos da América no Brasil e com a Comissão Fulbright, o programa oferece

um curso intensivo em universidade norte-americana, com atividades acadêmicas e culturais para capacitar os docentes para se comunicarem na segunda língua e melhorarem a aprendizagem dos alunos.

“Recomendo a todos os professores que façam o curso, que mudou minha forma de aprender e também de ensinar. Tivemos novas metodologias de ensino, novas formas de ver as coisas e passar aos jovens. É um curso bastante intenso, mas vale a pena”, pontua José Carlos, professor da rede que fez o programa em 2013.

Requisitos

É preciso cumprir alguns requisitos para participar da formação. O docente precisa ser concursado, com estágio probatório concluído e estar ministrando, no ato da inscrição e até a implementação da bolsa, aula de língua inglesa na rede pública estadual, municipal ou distrital de educação básica; e realizar teste de avaliação de nível de proficiência em língua inglesa TOEFL ITP.

Os cursos duram seis semanas e a bolsa contempla vários benefícios: passagem aérea; ajuda de custo; reembolso da taxa de solicitação de visto (MRV); seguro saúde; deslocamento nos Estados Unidos: trajeto aeroporto/universidade/aeroporto; alojamento em instalações do campus universitário onde o curso será realizado; alimentação; taxas escolares; materiais didáticos a serem utilizados nos cursos e a passagem aérea nacional e hospedagem para participação na orientação pré-partida.

“O programa é muito bom. Tivemos assessoria de todo mundo e conhecemos novas culturas e formas de aprender o inglês. Eu me senti estudante de novo e conheci muita gente legal”, revela Caroline Gomes, professora de inglês na Prefeitura de São Paulo e bolsista da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)/Fullbright**.

topo 

G1 - TEMPO REAL

40% dos professores de ensino médio não são formados na disciplina que ensinam aos alunos

No Nordeste e no Centro-Oeste, porcentagem chega a 50%. Baixa atratividade da carreira docente é a principal explicação para o problema.

Nas escolas brasileiras, cerca de 40% dos professores que atuam no ensino médio não têm formação adequada nas disciplinas que lecionam. São docentes que fizeram a graduação em outra área, não possuem licenciatura ou sequer se formaram na universidade.

Os 5 pilares de mudança na formação de professores que revolucionou a educação da Finlândia

Cresce a participação da educação a distância entre o total de bolsas do Prouni para futuros professores

Segundo dados do Censo Escolar 2019, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), há uma grande disparidade entre as cinco regiões. O quadro mais crítico é no Centro-Oeste, onde apenas 50,7% dos professores de ensino médio e 50,2% de ensino fundamental II têm a formação apropriada.

No Nordeste, o índice também é baixo: 53,9% dos docentes na última etapa de ensino possuem diplomas de graduação e de licenciatura na disciplina que ensinam.

Mesmo nas regiões com melhores números, a situação não é satisfatória. No Sul, 70,6% dos professores de ensino médio têm bacharelado e licenciatura na área em que trabalham – ou seja, 29,4% ensinam, diariamente, um conteúdo em que não são especializados.

Mas qual o prejuízo de ter um professor de matemática ensinando física? Ou um bacharel em química que não fez a licenciatura? Segundo especialistas, a formação inadequada traz um impacto direto na qualidade das aulas.

“Mesmo que sejam áreas parecidas, aquele profissional não se dedicou a estudar o assunto. O tipo de conhecimento que vai trabalhar com os alunos será superficial”, explica Ângela Soligo, professora colaboradora da pós-graduação da Unicamp.

“Se você sabe pouco, ensina pouco, mesmo que tenha boa vontade. Os alunos são curiosos, querem saber mais, mas o docente não será capaz de aprofundar o conhecimento. Ele está colocado num campo que não o pertence”, completa. Gabriela Moriconi, pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, relata que, para o professor, também é desconfortável entrar na sala de aula e não ter segurança sobre o conteúdo a ser ensinado. “Ele acaba tendo de se virar para buscar outras fontes, como materiais didáticos ou colegas da área. Mas, claro, não terá o mesmo repertório e a mesma capacidade de lecionar que um formado. Os alunos serão prejudicados”, afirma.

Sem licenciatura

Os dados do Inep detalham qual o grau de formação dos professores. No ensino fundamental II, por exemplo, 30,8% dos docentes possuem licenciatura – mas em outro campo. É o caso, por exemplo, de um professor de história que dá aula de filosofia.

No ensino médio do Nordeste, 8,9% não têm nem graduação, nem licenciatura na disciplina que ensinam aos alunos. Na mesma região, mas no ensino fundamental I, um quadro ainda mais grave: 26,9% dos professores não concluíram o curso superior. Do sexto ao nono ano, 15% não frequentaram a universidade.

Para que o processo de aprendizagem seja adequado, é necessário que o docente tenha feito tanto a graduação, quanto a licenciatura. Ambas são imprescindíveis, conforme explica Soligo. “A pessoa pode até dominar o conteúdo, mas sua formação deve abarcar as estratégias de ensino: conhecimentos de como lecionar, preparar um plano de aula, elaborar uma avaliação e um cronograma”, afirma a professora da Unicamp.

Causas do problema

Há dois motivos principais para o alto índice de professores com formação inadequada:

número insuficiente de formandos em determinadas graduações;
baixa atratividade da carreira docente.

Por causa dos baixos salários e das condições ruins de trabalho, menos estudantes se interessam pela licenciatura. E, para quem escolhe a carreira de professor, a remuneração insatisfatória obriga que o indivíduo dê aula em mais de uma escola.

“Ele precisa de uma renda complementar, então não vai recusar ensinar uma disciplina que não corresponda à sua formação”, explica Soligo. “Há professores com jornada tripla de trabalho. É cruel com ele e com o aluno.”

Segundo o indicador de esforço docente, medido pelo Inep, 43% dos professores de ensino médio no Brasil têm de 50 a 400 alunos, trabalham em dois turnos, em uma ou duas escolas e em duas etapas de ensino diferentes (ensino fundamental e ensino médio, por exemplo). Nos colégios municipais do Pará, por exemplo, 36,8% dos docentes de ensino médio têm mais de 400 alunos e trabalham de manhã, à tarde e à noite, em duas ou três instituições de ensino diferentes.

Com uma carga horária intensa, sobra menos tempo para o docente investir em formação continuada. Ou seja: ele terá mais dificuldade para se instrumentalizar e melhorar a qualidade de suas aulas. O número elevado de alunos por professor também precariza a educação, já que será mais difícil elaborar planos de ensino individualizados.

Além disso, há casos de formandos em cursos como o de química que não desejam trabalhar em colégios. “Há os bacharéis e os licenciados em química. O bacharel vai ter um emprego em uma grande empresa, com salários altos. O licenciado atuará em escolas, com remuneração defasada. É claro que a pessoa tenderá a optar pelo que dá melhores condições de vida”, afirma Soligo.

“Faltando professor na disciplina, os colégios procurarão alguém com formação em área próxima. Mas já vi até docente de inglês dando aula de biologia”, complementa.

Possíveis soluções

Para melhorar a qualidade do ensino, é necessário tornar a carreira de professor mais atrativa. “As condições de trabalho são decisivas. O profissional precisa saber que conseguirá atuar apenas em uma escola e se dedicar a ela, com salário razoável. Não adianta nem investir em programas de formação continuada. São cursos que não vão ensinar os conhecimentos básicos da disciplina”, afirma Moriconi. “Não dá para contratar e, depois, querer arrumar.”

A valorização da educação é o caminho para atrair mais profissionais para a docência. “As escolas públicas são patrimônio da nação. Se você contratar um professor que só tem domínio superficial da área, estará encontrando uma solução artificial para o problema. É a formação dos jovens que está em jogo”, diz Soligo.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

O que Weintraub, Santos Cruz e Bebianno têm em comum

Todos receberam o mesmo conselho do presidente

Jair Bolsonaro disse a Abraham Weintraub que não pensa em demiti-lo. Trata-se da mesma garantia dada a Gustavo Bebianno e Santos Cruz.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Estudantes querem psicólogo na escola, mas falta regulamentação

Mesmo com a lei aprovada em dezembro, ainda não está claro como vai funcionar na prática. Municípios têm até o fim do ano para se adequar

Uma pesquisa da ONG Porvir ouviu mais de 250 mil adolescentes e jovens sobre a expectativa deles com relação a escola. 64% dos estudantes que responderam perguntas

da "Nossa Escola em Re(Construção)" afirmaram que gostariam de contar com o apoio de psicólogos na vida escolar. Essa lacuna deve ser preenchida até o fim do ano, tempo que os municípios têm para se adequar a lei 13.935/2019 promulgada em dezembro do ano passado. No entanto, não está definido como será esse processo.

Ao todo, a pesquisa ouviu 258.680 estudantes com idade entre 11 e 21 anos de todas as regiões do Brasil, sendo a maior parte do Sudeste (63.52%). Participaram do levantamento jovens de escolas públicas (93.9%) e privadas (6.1%).

Essa pesquisa é o retrato da realidade dos estudantes brasileiros, que gostariam de se sentir mais acolhidos pela escola. Para a psicóloga Milene Ribeiro, do Núcleo de Atendimento Psicológico e Pedagógico da Universidade Brasil, "nunca vimos tantas pessoas sofrendo com depressão e ansiedade, inclusive os mais jovens, ter um apoio a saúde mental é fundamental hoje."

Milene destaca que a figura de profissionais de saúde na rotina da escola deve diminuir a evasão e contribuirá, também, para identificar casos de maus tratos, abusos ou problemas familiares. "Muitas vezes um aluno é agitado, agressivo e quando o ouvimos, percebemos que eles têm problemas em casa", explica. "Uma pessoa só sabe o que é violência quando ela é bem tratada, quando tem referência. O psicólogo tem o papel de capacitar a escola e a família para lidar com as crianças e adolescentes."

PublicidadeFechar anúncio

Os municípios têm até o fim do ano para colocar a lei em prática, no entanto, como observa Adib Abdouni, especialista em Direito Constitucional e Penal, falta regulamentação. "O texto é sucinto e não deixa claro como vai funcionar, provavelmente haverá algum regimento ou norma para definir, na prática, como a lei será implementada."

Lei

De acordo com o texto, as redes públicas de educação básica deverão contar com serviços de psicologia e de serviço social para atender as necessidades e desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar e de equipes multiprofissionais. A determinação está prevista na Lei 13.935/2019, promulgada pelo governo federal e publicada no Diário Oficial da União em dezembro.

O governo federal havia vetado a lei no mês de novembro. O poder Executivo alegou que a lei é inconstitucional, mas o veto foi derrubado pelo Congresso.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC revoga portaria que limitava participação de cientistas em congressos

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, revogou na quinta-feira, 6, a portaria que limitava o número de participantes brasileiros em congressos científicos nacionais e internacionais, datada de 31 de dezembro. A mudança ocorre após uma série de críticas de pesquisadores e associações científicas.

O artigo 55 da antiga portaria 2.227 impedia que mais de dois representantes da mesma entidade ou órgão participassem de um congresso ou outro evento científico dentro do

País, limitação que era reduzida para uma pessoa no caso de viagens internacionais.

A restrição era imposta mesmo para viagens não pagas pelo governo federal. Ela poderia ser flexibilizada apenas após autorização especial do Ministério da Educação (MEC), em "caráter excepcional" e quando houvesse "necessidade devidamente justificada, por meio de exposição de motivos dos dirigentes das unidade."

Em janeiro, a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) chegaram a enviar uma carta ao ministro, na qual diziam que a antiga portaria acarretaria em um "um risco iminente para missões bilaterais e grandes colaborações internacionais, nas quais a participação brasileira tem tido grande destaque."

HOJE EM DIA - MG - HORIZONTES

CAPES SELECIONA BOLSISTAS PARA CURSO DE DOUTORADO NOS ESTADOS UNIDOS

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** vai selecionar até 20 bolsistas para fazer doutorado pleno nos Estados Unidos. As inscrições podem ser feitas até as 17h de 17 de março. Para se candidatar, é preciso preencher o formulário eletrônico no site do programa. São oito áreas contempladas: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e Linguística, Letras e Artes. A duração da bolsa é de até seis anos, mediante avaliação anual para renovação. O início das atividades está previsto para agosto de 2021.

[topo](#)

HOJE EM DIA - MG - HORIZONTES

PRAZO DA REPESCAGEM DO SISU SERÁ ABERTO HOJE

ALUNO DEVE FICAR ATENTO AO CALENDÁRIO DAS UNIVERSIDADES

Estudantes que não foram classificados na chamada regular do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) devem ficar atentos. A convocação dos que estão na lista de espera será feita a partir de hoje. Esta é a segunda chance para tentar ingressar no ensino superior público ainda neste primeiro semestre.

A relação dos alunos que ficaram na lista de espera, mas acabaram sendo convocados, será divulgada pelas próprias universidades, que têm cronogramas de matrículas distintos. Por isso, é necessário verificar periodicamente as listas divulgadas pelas instituições. O último prazo é 30 de abril.

O local, o horário e os procedimentos a serem realizados serão informados pelas universidades. Se o candidato não cumprir os prazos, perderá a vaga, e outro aluno será chamado no lugar dele. Daí as listas serem sucessivas. A cada nova chamada, a listagem anterior é extinta.

MINAS

A UFMG vai começar a divulgar a lista de espera no próximo dia 11, tanto para o campus em BH quanto para o de Montes Claros. Com a oferta de 6.309 vagas para o primeiro e o segundo semestres letivos, a maior Federal de Minas ainda não consolidou o número de vagas a ser disponibilizado para a segunda chance. É necessário contabilizar as matrículas on-line e as presenciais previstas para a próxima semana.

REQUISITOS

O prazo para manifestar interesse em participar da repescagem do Sisu terminou na

última terça-feira. A segunda chance é possível para quem não foi selecionado em nenhuma das opções escolhidas no momento da inscrição.

A edição 2020 disponibiliza 237.128 vagas em 128 instituições de ensino superior públicas em todo o país.

De acordo como Ministério da Educação (MEC), quase 1,8 milhão de pessoas se cadastraram no processo. Elas realizaram pouco mais de 3,4 milhões de inscrições — cada candidato pode fazer até duas opções de graduações.

topo ↕

HOJE EM DIA - MG - HORIZONTES ESTUDANTES TÊM ATÉ DIA 12 PARA TENTAR FIES; SÃO OFERTADAS 100 MIL VAGAS

As inscrições da primeira edição do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) 2020 já começaram. O prazo vai até 12 de fevereiro. As inscrições podem ser feitas por meio do site do programa, a partir de um cadastro vinculado ao CPF. Quem quiser participar não pode ter zerado a redação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A pessoa ainda precisa ter obtido pelo menos 450 pontos nas outras provas. A relação dos selecionados no programa será divulgado em 26 de fevereiro. Segundo o Ministério da Educação (MEC), quem não se classificar terá uma segunda chance, ficando em uma lista de espera para o caso de desistências.

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - SOCIAL 1

Um sucesso em sala de aula

Entre expressivas participações em festivais mundo afora e destaques em inúmeras mostras nacionais, o cinema produzido em Pernambuco segue, nos últimos anos, sendo motivo de muito orgulho e atraindo olhares dos outros estados brasileiros. Um dado, revelado nesta quarta-feira (5) em meio às celebrações de centenas de estudantes com o resultado do Sisu 2020, apontou que o curso de Cinema da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) é o que tem a maior procura por alunos de outros lugares em termos percentuais, com 54% dos aprovados.

Esta é uma realidade que tem sido percebida com maior intensidade nos últimos três anos segundo o coordenador interino da graduação, Cid Vasconcelos. Assim como a antiga coordenadora, Fernanda Capibaribe — que está atualmente afastada devido ao pós-doutorado—, ele acredita que o ótimo momento da produção audiovisual pernambucana é um dos fatores para tal fenômeno e que a pluralidade é muito benéfica para a academia.

"De certa forma, a repercussão que o cinema pernambucano está tendo acaba formando uma vitrine para nosso curso. Embora não haja uma relação tão direta entre a universidade e a produção dos filmes, dá para traçar um paralelo pois muitos dos nossos alunos têm contato com o mercado de trabalho e conseguem estágios em produtoras, então sem dúvidas isso atrai", analisa o professor, que leciona no Centro de Artes e Comunicação (CAC) desde 2012. É também alto o percentual de professores que, além das atividades acadêmicas, atuam dirigindo, roteirizando e produzindo filmes que circulam pelo Brasil.

O curso de Cinema da UFPE é um dos mais recentes da instituição e celebrou, em 2019, 10 anos. Em meio às comemorações, uma grande conquista foi alcançada com a inauguração da sala de cinema que fica dentro da universidade. "Essa demanda era

antiga e termos conseguido pode ter sido outro atrativo para os novos alunos, é um diferencial", avalia Fernanda. "O fato de Pernambuco ter um edital público, o Funcultura Audiovisual, voltado exclusivamente para o cinema e da nossa nota no MEC ter subido de 4 para 5 ano passado também devem ser levados em conta".

FATORES DIVERSOS

A estudante Letícia Bastos, de 22 anos, está prestes a se formar. Ela veio de São Paulo, onde nasceu e cresceu, para estudar Cinema da UFPE em 2016. "O Enem é uma grande porta de entrada que permite essa mobilidade entre os estados. Eu conhecia os clássicos do cinema pernambucano e filmes mais recentes como Tatuagem. Apesar de não pensar tanto em mercado de trabalho na época que tentei o vestibular, a grade curricular do curso da UFPE me atraiu e hoje já conheço muita gente do meio, estou agora filmando um curta fora dos trabalhos da faculdade".

Aluno da primeira turma de Cinema da UFPE, Vitor Lima conta que, quando entrou no curso, não havia estudantes de outros estados. "Acredito que o trabalho dos cineastas, como o de Kleber Mendonça Filho, contribuiu muito para a divulgação no cenário nacional. Quando eu estava no início da faculdade, ele veio na minha turma para dar palestras. Não tinha lançado nenhum longa-metragem ainda, era 2009, mas já trabalhava na área e tinha os curtas", conta.

É impossível, portanto, apontar apenas um ou dois fatores isolados que resultam nesta alta procura de estudantes de todo o Brasil para a UFPE. São diversos atrativos, que incluem atividades curriculares da universidade e a efervescência da produção vinda do Estado. Pernambuco sempre fez parte das vanguardas cinematográficas, desde o Ciclo do Recife, nos anos 20, até os dias de hoje, com o sucesso dos filmes de cineastas como Kleber Mendonça Filho (dos filmes Bacurau e Aquarius e que atualmente está compondo o júri da 70ª edição do Festival de Berlim), Cláudio Assis (Amarelo Manga, A Febre do Rato), Camilo Cavalcante (A História da Eternidade), Renata Pinheiro (Amor, Plástico e Barulho; e Açúcar) e atores como Irandhir Santos, Hermila Guedes, Jesuíta Barbosa, Renato Goes e Fabiana Karla.

[topo](#)

J. DO COMMERCIO - PE - POLÍTICA

A primeira peça da reforma ministerial

PLANALTO Bolsonaro tira Gustavo Canuto e nomeia Rogério Marinho no Desenvolvimento Regional

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) decidiu nesta quinta-feira (6) exonerar o ministro Gustavo Canuto do Desenvolvimento Regional. Ele será substituído pelo atual secretário de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho (PSDB-RN), principal articulador da reforma da Previdência, no Congresso Nacional. Esta é a quinta demissão de um ministro desde que Bolsonaro assumiu o governo, em janeiro de 2019. E, segundo interlocutores do Palácio do Planalto, a saída de Canuto é o primeiro passo para a reforma ministerial que o presidente da República pretende fazer.

A troca foi oficializada em edição extra do Diário Oficial da União, publicada no fim da tarde de ontem. Embora a publicação no DOU afirme que a exoneração foi feita a pedido do agora ex-ministro, nos bastidores comentava-se que Canuto estava desgastado com Bolsonaro. Desde o ano passado, o presidente vinha se queixando de seu desempenho e cogitava retirá-lo da pasta.

Segundo aliados do presidente, o movimento deve dar início a uma reforma ministerial. A saída de Onyx Lorenzoni (DEM) da Casa Civil já é dada como certa, mas o Planalto ainda procura um substituto para o cargo diante da negativa de Jorge Oliveira, da Secretaria-Geral, em assumir o posto.

Pelo desenho que vem sendo feito, Onyx deve ir para a Cidadania, hoje ocupada por Osmar Terra (MDB), seu aliado. O futuro de Terra ainda é incerto, mas a possibilidade é de que ele reassuma o mandato de deputado na Câmara. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, também está ameaçado depois dos erros na correção do Enem. Para a pasta, vem sendo cogitado o pernambucano Mendonça Filho (DEM), que já esteve à frente do MEC na gestão de Michel Temer (MDB).

Uma outra mudança prevista é no Ministério de Minas e Energia. Em maio, Bento Albuquerque assumirá a vaga destinada à Marinha no Superior Tribunal Militar (STM) e, para o seu lugar, o nome mais forte é de outro pernambucano: Fernando Coelho Filho (DEM), que também comandou a pasta na gestão Temer. Como Bolsonaro não é afeito a grandes mudanças de uma só vez, as próximas substituições devem ser feitas lentamente nas próximas semanas.

Canuto assumirá a presidência do Dataprev, uma empresa pública vinculada ao Ministério da Economia. A decisão foi tomada em reunião no Palácio do Planalto na tarde desta quinta, da qual participaram o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o próprio Rogério Marinho.

O agora ex-ministro já estava desgastado no governo desde maio do ano passado. Ele estava perto de perder o cargo quando o Legislativo negociou com a Casa Civil mudanças na estrutura do governo, para que fossem recriadas as pastas das Cidades e da Integração Nacional. Na época, a ideia era entregar o comando das duas estruturas para partidos políticos. O presidente cogitava entregar a estrutura ao Republicanos ou ao PP, na tentativa de consolidar a base do governo no Congresso. Com a disputa dos partidos pelo cargo, no entanto, Bolsonaro recuou.

Em meio a críticas, a ideia foi abandonada, mas a insatisfação com Canuto persistiu. A avaliação tanto do Planalto quanto do Congresso é a de que o cargo é eminentemente político e, por isso, precisa ser ocupado por alguém que saiba desempenhar essa função.

A mudança, segundo assessores presidenciais, teve o apoio de Guedes e das bancadas do Norte e do Nordeste. A pasta é responsável pela liberação de verba para Estados e municípios - um afago a congressistas que querem destinar recursos a suas bases eleitorais, ainda mais em ano de eleições municipais.

O Ministério do Desenvolvimento Regional é estratégico: responsável pelo MCMV, programa que Bolsonaro pretende turbinar, a pasta tem grande influência nas políticas municipais. Ainda estão sob a alçada da pasta, por exemplo, a Transposição do Rio São Francisco e o Plano de Desenvolvimento Regional do Nordeste (PRDN). O movimento do Planalto, agora, é para ter uma marca social e entrar no Nordeste, reduto petista.

"Ele [Rogério Marinho] é nordestino, é do Rio Grande do Norte, conhece bem as dificuldades do Nordeste e, sobretudo, as potencialidades da região. Acho que ele tem todas as condições de fazer um bom trabalho à frente do ministério, não só por ter esse

conhecimento, mas por ser uma pessoa de capacidade já comprovada, não apenas como deputado federal, mas no próprio governo Bolsonaro", comemorou o superintendente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Douglas Cintra.

O JC procurou o governador de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB), mas ele não quis se pronunciar sobre a troca de comando. A reportagem também tentou contato com o governador da Bahia e presidente do Consórcio Nordeste, Rui Costa (PT), mas não conseguiu localizá-lo até o fechamento desta edição.

Após a nomeação, Marinho que será o primeiro nordestino na Esplanada dos Ministérios do governo Bolsonaro - se pronunciou no Twitter. "Agradeço a confiança e o apoio do Presidente @jairebolsonaro, que nos convoca para assumir a importante e honrosa missão de conduzir as políticas públicas ligadas à integração e ao desenvolvimento regional e urbano de nosso País". "Agradeço ao ministro Paulo Guedes e a toda equipe da Economia, em especial da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, pelo privilégio de termos juntos construído um legado para o Brasil. Vamos adiante", concluiu.

Também pelas redes sociais, Bolsonaro disse estar certo de que Rogério Marinho fará um "brilhante trabalho" como ministro do Desenvolvimento Regional. "Tenho certeza que ele fará um brilhante trabalho e dará continuidade ao trabalho feito pelo Canuto", disse o presidente durante transmissão semanal nas redes sociais. "Foi escolhido por sua competência", afirmou Bolsonaro.

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - POLÍTICA

Lewandowski vai relatar impeachment

A denúncia contra o ministro da Educação, Abraham Weintraub, impetrada, na quarta-feira (5), por um grupo de parlamentares — entre deputados federais e senadores — no Supremo Tribunal Federal (STF) por crime de responsabilidade já tem relator: ministro Ricardo Lewandowski. O pedido de impeachment, que conta com o apoio de mais de 20 congressistas, incluindo os deputados federais pernambucanos João Campos (PSB), Raul Henry (MDB) e Danilo Cabral (PSB), se baseia no relatório feito pela Comissão Externa de Acompanhamento do Ministério da Educação (MEC).

O colegiado, presidido pela deputada federal Tabata Amaral (sem partido-SP) e que tem o deputado Felipe Rigoni (PSB-ES) como relator, elenca uma série de ações do ministro que são "contrárias às finalidades do órgão que comanda, promovendo uma série de desmontes". O grupo, representado por dez partidos, critica a ausência de políticas de alfabetização, que foram colocadas como prioridades quando o presidente Jair Bolsonaro assumiu o cargo.

As falhas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019, foi outro ponto enfatizado pelos parlamentares, além da perda de R\$ 1 bilhão oriundo do montante resgatado pela Operação Lava Jato e que havia sido destinado ao MEC. "O ministro teve a capacidade de perder R\$ 1 bilhão da Lava Jato. O Enem foi uma tragédia anunciada que colocou em risco o futuro dos estudantes. O volume de assinaturas mostra que, mesmo discordando no dia a dia, o que nos une é a busca por soluções para a Educação", afirmou Tabata.

"A denúncia é baseada em quase um ano de reuniões, requerimentos e análises. Há um

relatório robusto comprovando a ineficiência. A Educação é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico do País, mas vem sendo tratada com irresponsabilidade", declarou Rigoni.

Para João Campos, coordenador da Comissão Externa, o pedido de impeachment de Weintraub se dá "por todo retrocesso que ele representa à educação do Brasil". "Se o cenário já era difícil antes de sua gestão, hoje se consolida a conclusão de que não temos um planejamento estratégico para o MEC", declarou Campos em seu Instagram, no dia que o pedido foi protocolado.

"Até aqui não existe uma proposta objetiva do governo Bolsonaro para a educação brasileira. Não existiu com o ex-ministro Ricardo Vélez e não existe com Abraham Weintraub. Só o que temos visto é o ministro agredir educadores, estudantes, quem milita a favor da educação", declarou Danilo Cabral, que já havia protocolado nesta semana um requerimento para que o ministro comparecesse à Câmara dos Deputados para prestar esclarecimentos sobre as inconsistências do Enem.

VIRAL

O nome de Tabata Amaral esteve no trending topics do Twitter, na manhã de ontem, depois que apoiadores do presidente Bolsonaro teceram críticas à deputada por erros de português em um vídeo divulgado em suas redes sociais.

No vídeo em questão, quando argumentava para a saída do ministro da Educação, Tabata falou que "a gente está comprometidos com a educação". Isso foi o suficiente para que o erro de concordância da deputada viralizasse na rede social.

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - 2º CADERNO

Pesquisadora cria adesivo à base de semente de mamona

Uma pesquisa realizada na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da Universidade de São Paulo (USP), em Piracicaba, produziu uma cola sustentável à base de óleo de mamona. O produto pode ser utilizado também para impermeabilização de madeiras de reflorestamento. Conhecido como poliuretano, o adesivo impermeabilizante é resultado da busca por produtos de baixo impacto ambiental e processos industrialmente menos sofisticados.

O estudo foi conduzido num laboratório piloto que foi, no início da pesquisa, equipado com um extrator idealizado no próprio laboratório e fabricado por uma empresa parceira. Com esse equipamento foi otimizado o processo de extração de óleo de qualquer lote de sementes de mamona.

A pesquisa de Aline Maria Faria Cerchiari foi apresentada para obtenção do título de doutora em Ciências, pelo Programa de Pós-Graduação em Recursos Florestais da Esalq, e teve orientação de José Nivaldo Garcia. "O objetivo foi produzir o adesivo de maneira simplificada. Extraímos o óleo da semente em prensa mecânica no laboratório e não utilizamos processos químicos. A grande vantagem foi não precisar comprar o óleo comercial, que é o maior componente na fabricação da cola", diz.

O produto pode ser utilizado como adesivo na fabricação de vigas de Madeira Lamelada Colada (MLC) e também para atuar contra ação negativa da variação do teor de

umidade da madeira, quando utilizado como impermeabilizante. Os poliuretanos de mamona também têm propriedades térmicas e mecânicas. (Jornal da USP)

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - 2º CADERNO

Projeto de urbanismo em prol da sociedade recebe prêmio

Ir além da formação técnica, capacitando profissionais para atuar em prol da sociedade. Foi com base nessa filosofia que um grupo nascido no Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU) da Universidade de São Paulo (USP) em São Carlos decidiu criar o PExURB - sigla para Práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão em Urbanismo. No final do ano passado, o grupo foi reconhecido quando um de seus principais projetos venceu o Iabsp 2019, prêmio oferecido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento de São Paulo.

Com o auxílio de um drone, os pesquisadores utilizaram tecnologias de processamento e análises de dados geográficos para dar visibilidade à comunidade do Banhado, em São José dos Campos, que está ameaçada de remoção. Coordenado pelos professores Marcel Fantin e Jeferson Tavares, ambos do IAU,

o trabalho teve como foco a regularização da terra, da moradia e da infraestrutura da comunidade, situada em uma área de preservação ambiental. (Jornal da USP).

topo ↕

MEIO NORTE - PI - CIDADES

UESPI teve mais de 56 mil inscritos no SISU

A instituição ofertou este ano 3.460 vagas, sendo 1.038 para cotistas, distribuídas em 91 cursos de modalidade presencial

A Universidade Estadual do Piauí (UESPI) obteve 56.792 inscritos de todo o Brasil no Sistema de Seleção Unificada (SISU) 2020. A instituição ofertou este ano 3.460 vagas, sendo 1.038 para cotistas, distribuídas em 91 cursos de modalidade presencial, nos 12 campi, nas cidades: Teresina (Poeta Torquato Neto, Clóvis Moura e Centro de Ciências de Saúde), Bom Jesus, Campo Maior, Corrente, Floriano, Oeiras, Parnaíba, Picos, Piripiri, São Raimundo Nonato e Uruçuí.

Os três cursos mais concorridos da instituição foram da área de Saúde, campus Poeta Torquato Neto. O curso de Medicina contou com 2.644 inscritos, Psicologia com 1.919 e Enfermagem com 1.788. Os 34 cursos de bacharelado ofertados receberam 30.500 inscritos no SISU.

A Ravena Castelo Branco foi aprovada no curso de Psicologia, ela relata que desde pequena quis fazer o curso e foi nutrindo a ideia, principalmente, no Ensino Médio.

"A área de Psicologia sempre me encantou. Eu espero me dar bem com o curso e aprender muito. Acredito que esse é o momento da ansiedade com as expectativas altas para conhecer mais da instituição", fala.

Nos 57 cursos de Licenciatura ofertados, a UESPI recebeu 26.792 inscritos. Felipe Silva ingressará no curso de Licenciatura em Geografia. Segundo ele, sua maior motivação foi ter nascido em uma família de professores. "Sempre sonhei em estudar na UESPI. As expectativas são muito grandes para conhecer meus novos colegas, a metodologia do curso em si e a adaptação dentro da universidade", conta.

A Pró-reitora de Ensino e Graduação (PREG), Nayana Pinheiro, destaca que a universidade está pronta para receber os novos alunos. "Foram finalizadas ontem, no dia

05 de fevereiro, as matrículas do Sisu e tudo ocorreu dentro do esperado, sem nenhuma intercorrência. No momento, estamos aguardando o Ministério da Educação (MEC) disponibilizar a Lista de Espera para que possamos organizar as convocações entre o período de 07 de fevereiro a 30 de abril", finaliza.

Os alunos matriculados na chamada regular devem, ainda, realizar a matrícula curricular de 16 a 18 de março no Sistema Aluno Online ou na coordenação do curso.

topo ↕

O ESTADO DO MARANHÃO - MA - PH

Para professores

O plenário da Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou projeto que dispõe sobre o valor do vencimento-base dos servidores públicos estaduais do Subgrupo Magistério da Educação Básica. O projeto garante a recomposição salarial de até 17,5% nos vencimentos dos professores efetivos do Subgrupo Magistério da Educação Básica, contemplando diretamente 45.204 servidores, entre ativos e inativos, com impacto anual de R\$ 198 milhões na folha de pagamento estadual.

topo ↕

O ESTADO - MS - PAINEL

Bugalhos

Os institutos federais querem ficar de fora da nova seleção de reitores imposta por medida provisória baixada na véspera de Natal. A avaliação do Conif, conselho dos dirigentes dos institutos, é que, ao tentar interferir na escolha das universidades federais, o MEC desarrumou a sucessão nos institutos, cuja eleição tem regras próprias.

Parado

A MP deixou indefinida a eleição em quatro institutos federais -IFMA (Maranhão), IFRR (Roraima), IFNMG (Norte de Minas) e IFFAR (Farroupilha, em Santa Maria-RS) -cujo mandato dos reitores acaba neste ano.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Manifesto aponta preconceito contra evangélicos no governo

Evangélicos que ocupam posições de destaque no governo sofrem preconceito?

O assunto vem sendo debatido com intensidade crescente desde o início do mandato de Jair Bolsonaro.

Na verdade, desde antes, quando a pastora Damares Alves, ainda nem empossada como ministra dos Direitos Humanos, foi ridicularizada por dizer que viu Jesus numa goiabeira.

No final de janeiro, outra notícia jogou lenha nesse debate incandescente, com a revelação pela Folha de que o novo presidente da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, Benedito Guimarães Aguiar Neto, defende a abordagem educacional do criacionismo em contraponto à teoria da evolução.

Ex-reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Aguiar Neto é adepto do chamado design inteligente, uma espécie de criacionismo gourmetizado.

Como agora ele é responsável por um órgão que cuida dos cursos de pós-graduação, choeram críticas de que o ensino no Brasil poderia ser ameaçado em razão de sua

crença pessoal.

Nos últimos dias, a discussão seguiu. Na terça-feira (4), em artigo no jornal O Estado de S. Paulo, o economista Pedro Fernando Nery apontou a existência de uma certa “crentefobia” no país, citando os episódios de Damares e do novo chefe da **Capes**, entre outros.

No mesmo dia, um artigo no site The Intercept Brasil usou o gancho da nomeação de Aguiar Neto para denunciar que esse fato “marca a presença cada vez maior e influente no núcleo do governo de um grupo evangélico tão reacionário quanto discreto: os calvinistas”.

A tese é de que os calvinistas, um dos chamados ramos históricos do protestantismo, são menos histriônicos que os neopentecostais, mas não menos influentes. E até mais perigosos, por agirem em silêncio.

Citado na reportagem do Intercept, um grupo evangélico divulgou nessa quinta (6) um manifesto (clique aqui para ler a íntegra).

A Coalizão Pelo Evangelho, que reúne diversos líderes evangélicos pelo país, reclama de “ataques em determinadas mídias” e um “perceptível aumento das demonstrações de desprezo contra os cristãos nas redes sociais em nosso país”.

No final de 2019, esse grupo, ligado à organização americana The Gospel Coalition, notabilizou-se por ter iniciado a campanha contra o especial de Natal do Porta dos Fundos, que satirizava Jesus Cristo e apontava uma relação homossexual dele. Houve uma campanha online de cancelamento de assinaturas da Netflix, que veiculou o filme.

“Repudiamos o abandono do campo das ideias e o uso de ataque através da plantação de mentiras e do assassinato de reputações, bem como a difusão de difamações como meio de produzir conteúdo, vencer debates, ou atrair adeptos”, diz o manifesto, assinado por 17 líderes evangélicos de estados como São Paulo, Rio, Pernambuco, Ceará e Paraíba, entre outros.

O texto afirma que religião e Estado “são esferas distintas da sociedade”. Os signatários asseguram que não são adeptos de qualquer forma de teonomismo, ou seja do governo da sociedade pela lei cristã.

“A religião não deve ser imposta pelo Estado, e nem o Estado e a sociedade devem ser subjugados pela religião”.

Ao mesmo tempo, dizem os pastores, Estado laico não é sinônimo de Estado ateu. “Ninguém deve ter opiniões diminuídas ou exercício político limitado por conta de sua religião”, prega o manifesto.

“Defendemos o direito de cidadãos de viés filosófico e ideológico diverso de se reunirem com a finalidade de propagar aquilo no qual acreditam”, prossegue o texto.

A controvérsia é, em larga medida, esperada, dado que Bolsonaro elevou os evangélicos a parte fundamental de sua coalizão política.

Existem realmente sinais preocupantes de que ser crente virou o pré-requisito mais importante para ocupar determinados cargos públicos no atual governo.

Por outro lado, não é porque a pessoa é evangélica que necessariamente aplicará suas crenças no campo político.

A pessoa pode acreditar em Adão e Eva e ser um gestor técnico. Mesmo o criacionista no comando da **Capes** merece o benefício da dúvida.

topo ↕

CENTRAL DE NOTÍCIAS - NOTÍCIAS

Gênero e Número lança plataforma de mulheres protagonistas na ciência

A Gênero e Número lançará o Open Box da Ciência, uma plataforma inédita de dados sobre mulheres protagonistas na ciência brasileira. O lançamento será no dia 12 de fevereiro, em São Paulo, em homenagem ao Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência, celebrado um dia antes. O projeto tem apoio do Instituto Serrapilheira.

A coordenadora do projeto e diretora da Gênero e Número, Giulliana Bianconi, explica que a partir de base de dados da Plataforma Lattes, a Gênero e Número identificou mulheres que têm contribuições importantes para a pesquisa em cinco áreas do conhecimento.

“As mulheres estão na ciência, isso é fato, mas ainda não nas mesmas condições que os homens. Já fizemos uma edição especial sobre isso na Gênero e Número, em 2018, mas há algo tão importante quanto que é visibilizar o que essas mulheres cientistas fazem, produzem, quem são. Então decidimos trabalhar num projeto que mostrasse isso com a nossa identidade, a partir de dados. Não temos a pretensão de mostrar todas as mulheres protagonistas da ciência brasileira, mas mapeamos um universo de 250 mulheres, divididas em cinco áreas, e entendemos que essa plataforma, a Open Box da Ciência, contribui para que essa produção científica repercuta, tenha mais alcance, em espaços de debate sobre gênero, ciência e educação”, afirma.

Giulliana explica ainda que a plataforma contará com recursos visuais e narrativos. Além de estudos com links de cada uma das 250 mulheres, onde haverá busca por palavra-chave. O objetivo é criar um repositório de produção científica de autoras que já são referências nas suas áreas.

As cinco áreas do conhecimento são: Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, Ciências Biológicas e Ciências da Saúde. Há também entrevistas com mais de 20 cientistas, assim como duas reportagens que contextualizam, com dados, a presença das mulheres negras na pesquisa brasileira.

“Também entendemos que é uma forma de inspirar mais iniciativas de visibilidade do trabalho científico. Além disso, temos um banco de dados bem interessante, onde estão listadas todas as mulheres que têm pelo menos doutorado no Brasil, também divididas por áreas, o que é uma excelente forma de visualizar onde há maior ausência de mulheres ainda”, complementa.

Crédito: Divulgação Gênero e Número

Metodologia

Para chegar ao grupo destacado no Open Box da Ciência, foi aplicada uma metodologia de extração e análise de dados em toda a base de dados que compõe a plataforma Lattes. Em seguida, tendo como referência critérios da **Capes** para a concessão de bolsas de apoio à pesquisa, a equipe de dados e desenvolvimento produziu um algoritmo para que todas as pesquisadoras que já alcançaram o doutorado pudessem ser listadas.

“Isso foi interessante porque para além da plataforma digital que vamos lançar, que traduz o objetivo do projeto, de visibilizar um grande grupo de mulheres que contribuem enormemente com a ciência, organizamos e temos uma base de cada nome que consta no Lattes com doutorado, o que nos permite ver a divisão dessas mulheres por regiões, e tantos outros filtros”, explica Giulliana.

Ainda na plataforma, um termômetro permitirá a qualquer usuária inserir suas próprias informações (as mesmas usadas pelo algoritmo para listar as mulheres doutoras no Open-Box da Ciência). O cálculo será feito em tempo real e será possível visualizar no termômetro onde a pesquisadora encontra-se numa escala de produção científica que vai de zero ao maior número localizado pelo algoritmo do Open-Box entre todas as doutoras listadas anteriormente.

Lançamento

O evento de lançamento será realizado no Sprace (o Centro de Pesquisa e Análise de São Paulo), em evento aberto ao público, no Auditório do IFT-Unesp, onde também será apresentada a Agência BORI, organização que trabalha a divulgação científica promovendo a ponte entre institutos e centros de pesquisa e a mídia.

Evento Lançamento Open Box da Ciência

Quando: 12 de fevereiro de 2020

Onde: Auditório Instituto de Física Teórica/Unesp: Rua Dr. Bento Teobaldo Ferraz, 271, Barra Funda. São Paulo

Metrô de acesso: Metrô Estação Palmeiras/Barra Funda

Horário: 9h às 13h (início das mesas às 10h)

topo ↕

CENTRAL DE NOTÍCIAS - NOTÍCIAS

Manifesto aponta preconceito contra evangélicos no governo

Evangélicos que ocupam posições de destaque no governo sofrem preconceito?

O assunto vem sendo debatido com intensidade crescente desde o início do mandato de Jair Bolsonaro.

Na verdade, desde antes, quando a pastora Damares Alves, ainda nem empossada como ministra dos Direitos Humanos, foi ridicularizada por dizer que viu Jesus numa goiabeira.

No final de janeiro, outra notícia jogou lenha nesse debate incandescente, com a

revelação pela Folha de que o novo presidente da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, Benedito Guimarães Aguiar Neto, defende a abordagem educacional do criacionismo em contraponto à teoria da evolução.

Ex-reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Aguiar Neto é adepto do chamado design inteligente, uma espécie de criacionismo gourmetizado.

Como agora ele é responsável por um órgão que cuida dos cursos de pós-graduação, choveram críticas de que o ensino no Brasil poderia ser ameaçado em razão de sua crença pessoal.

Nos últimos dias, a discussão seguiu. Na terça-feira (4), em artigo no jornal O Estado de S. Paulo, o economista Pedro Fernando Nery apontou a existência de uma certa “crentefobia” no país, citando os episódios de Damares e do novo chefe da **Capes**, entre outros.

No mesmo dia, um artigo no site The Intercept Brasil usou o gancho da nomeação de Aguiar Neto para denunciar que esse fato “marca a presença cada vez maior e influente no núcleo do governo de um grupo evangélico tão reacionário quanto discreto: os calvinistas”.

A tese é de que os calvinistas, um dos chamados ramos históricos do protestantismo, são menos histriônicos que os neopentecostais, mas não menos influentes. E até mais perigosos, por agirem em silêncio.

Citado na reportagem do Intercept, um grupo evangélico divulgou nessa quinta (6) um manifesto ([clique aqui para ler a íntegra](#)).

A Coalizão Pelo Evangelho, que reúne diversos líderes evangélicos pelo país, reclama de “ataques em determinadas mídias” e um “perceptível aumento das demonstrações de desprezo contra os cristãos nas redes sociais em nosso país”.

No final de 2019, esse grupo, ligado à organização americana The Gospel Coalition, notabilizou-se por ter iniciado a campanha contra o especial de Natal do Porta dos Fundos, que satirizava Jesus Cristo e apontava uma relação homossexual dele. Houve uma campanha online de cancelamento de assinaturas da Netflix, que veiculou o filme.

“Repudiamos o abandono do campo das ideias e o uso de ataque através da plantação de mentiras e do assassinato de reputações, bem como a difusão de difamações como meio de produzir conteúdo, vencer debates, ou atrair adeptos”, diz o manifesto, assinado por 17 líderes evangélicos de estados como São Paulo, Rio, Pernambuco, Ceará e Paraíba, entre outros.

O texto afirma que religião e Estado “são esferas distintas da sociedade”. Os signatários asseguram que não são adeptos de qualquer forma de teonomismo, ou seja do governo da sociedade pela lei cristã.

“A religião não deve ser imposta pelo Estado, e nem o Estado e a sociedade devem ser subjugados pela religião”.

Ao mesmo tempo, dizem os pastores, Estado laico não é sinônimo de Estado ateu. “Ninguém deve ter opiniões diminuídas ou exercício político limitado por conta de sua religião”, prega o manifesto.

“Defendemos o direito de cidadãos de viés filosófico e ideológico diverso de se reunirem com a finalidade de propagar aquilo no qual acreditam”, prossegue o texto.

A controvérsia é, em larga medida, esperada, dado que Bolsonaro elevou os evangélicos a parte fundamental de sua coalizão política.

Existem realmente sinais preocupantes de que ser crente virou o pré-requisito mais importante para ocupar determinados cargos públicos no atual governo.

Por outro lado, não é porque a pessoa é evangélica que necessariamente aplicará suas crenças no campo político.

A pessoa pode acreditar em Adão e Eva e ser um gestor técnico. Mesmo o criacionista no comando da **Capes** merece o benefício da dúvida.

topo ↕

FOLHA DA REGIÃO - TEMPO REAL

FOA da Unesp firma parceria com universidade holandesa

Nesta semana, a FOA (Faculdade de Odontologia de Araçatuba) da Unesp, recebeu dois professores da Europa para firmar parcerias em pesquisas acadêmicas.

Johannes Jacob de Soet e Catherine Mink Charlotte Volgenant são professores do Academic Center for Dentistry Amsterdam (ACTA), na Holanda e, em visita acadêmica, observaram as atividades de ensino, os laboratórios e clínicas, além de realizarem o planejamento da parceria, como explica o Chefe do Departamento de Odontologia Infantil e Social, o professor Dr. Juliano Pelim Pessan.

“A parceria já ocorria de forma pontual com alguns docentes da Unesp, o professor Alberto Delbem e comigo, por meio de estágios acadêmicos, publicação de artigos científicos e capítulos de livro em conjunto. A Unesp tem estimulado a intensificação de parcerias internacionais, por meio do edital **CAPES-PrInt-Unesp**, o qual permite a mobilidade de estudantes e professores de ambas as instituições (ACTA e Unesp)”, destaca.

Ele diz que, agora, a rede de pesquisa contará com outros docentes do Programa de Pós Graduação em Ciência Odontológica, entre eles Cristiane Duque, Douglas Monteiro e Rogério Castilho, além dos alunos de pós graduação e pós-doutorandos.

“As estratégias de mobilidade permitirão o desenvolvimento de novos estudos em parceria, dentro de temas relevantes para a sociedade, considerando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pela ONU como metas.

“Segundo ele, os estágios de curta e longa duração permitirão a boa execução das atividades planejadas pelos professores envolvidos. Com a parceria, as duas instituições também planejam a inclusão de novos docentes da FOA para intensificar atividades.

“Estas estratégias visam a consolidar a FOA-UNESP como um centro de produção de

conhecimento de renome internacional. Destacamos que, além da rede de pesquisa ACTAUnesp, a FOA conta com outras redes vinculadas ao mesmo edital CAPES-PrInt, incluindo países como Austrália, Canadá, Espanha, Estados Unidos, Itália e Portugal e envolvendo docentes de outros programas de Pós graduação da FOA”, finaliza.

topo ↕

INFONET - TEMPO REAL

Lançado edital para doutorado pleno nos Estados Unidos

A CAPES lançou o Edital nº 8/2020, referente ao Programa CAPES/Fulbright de doutorado pleno nos Estados Unidos, em parceria com a Comissão Fulbright. Os interessados podem se candidatar até o dia 11 de março, preenchendo o formulário eletrônico disponível na página do Programa, conforme documento publicado no Diário Oficial da União da segunda-feira, 03.

Posts relacionados

Parceria entre Capes e a França prevê 1,5 mil bolsas para...

Capex seleciona 12 projetos de estudo e combate ao óleo nas praias

Capex oferece 60 mil bolsas para a formação de professores

Com a concessão de até 20 bolsas em oito áreas do conhecimento – Engenharias, Ciências Exatas e da Terra, Biológicas, da Saúde, Agrárias, Sociais Aplicadas, Humanas e Linguística (Letras e Artes), o Programa forma recursos humanos de alto nível nos EUA. Assim, pretende aumentar a visibilidade internacional sobre a produção científica, tecnológica e cultural brasileira. As bolsas terão duração de até seis anos e o início das atividades está previsto para agosto de 2021.

O resultado final será divulgado após processo seletivo dividido em análises técnica e de mérito, entrevista com os candidatos, seleção da parte americana e identificação da universidade. Cada bolsista do Programa será apoiado pela CAPES com até US\$ 165 mil por ano. A Comissão Fulbright cobrirá os custos administrativos referentes à alocação acadêmica e acompanhamento dos selecionados durante a vigência da bolsa.

Fonte: CCS/CAPES

topo ↕

MAXPRESSNET - NOTÍCIAS

Seleção de colaboradores do Saeb termina ao meio-dia desta sexta, 7

Docentes escolhidos serão responsáveis pela elaboração e revisão de itens dos anos iniciais e finais do ensino fundamental da avaliação.

Corre porque ainda dá tempo! O prazo de inscrição para concorrer a uma vaga de colaborador no Banco Nacional de Itens (BNI) do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) acaba ao meio-dia desta sexta-feira, 7 de fevereiro. Os docentes interessados devem acessar a plataforma virtual do banco. Os selecionados vão participar da elaboração e revisão de itens dos anos iniciais e finais do ensino fundamental da avaliação.

Como explicou o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o item é o nome técnico para a questão de qualquer avaliação e engloba a pergunta, a resposta e os parâmetros. Na avaliação do instituto, a atualização do corpo

de elaboradores e revisores que compõe o BNI é fundamental para produção de itens e manutenção da qualidade das avaliações.

O Banco Nacional de Itens tem o objetivo de armazenar itens com qualidade técnica para a montagem das provas aplicadas pelo Inep, incluindo o Saeb. Para participar da seleção, o docente precisa cumprir os seguintes requisitos:

- possuir graduação em pedagogia ou normal superior, em curso reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC);
- alcançar pontuação mínima de 6 pontos nos requisitos complementares;
- possuir a formação de acordo com o perfil de interesse;
- disponibilidade e aptidão para revisão técnico-pedagógica e elaboração de itens;
- conhecimentos de informática suficientes para acessar, editar e realizar serviços em plataformas na internet;
- não ser do quadro de servidores efetivos ou comissionados do MEC, do Inep, da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), ou neles em exercício;
- não ter sido afastado do quadro de colaboradores do BNI por qualquer razão prevista em editais anteriores ou por razões de desempenho, ou por atitudes julgadas inadequadas.

O cronograma completo está aqui.

BNI – O Banco Nacional de Itens foi criado pelo Inep para fornecer insumos para as diversas avaliações que desenvolve, assegurando acesso a itens de qualidade, elaborados e revisados para cada instrumento de medição, seja prova ou questionário.

Assessoria de Comunicação Social, com informações do Inep

topo 

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Governo Bolsonaro muda de posição e quer Fundeb com prazo de validade de 10 anos

MEC antes defendia constitucionalização do principal mecanismo de financiamento da educação, o que era consenso

Brasília

O governo Jair Bolsonaro quer estabelecer um prazo de validade para o novo Fundeb, principal mecanismo de financiamento da educação básica. O fundo teria vigência de apenas dez anos, de acordo com o defendido por parte do governo.

A iniciativa representa uma mudança de posicionamento do Executivo em um dos poucos consensos que havia sobre o tema.

Até agora, o MEC (Ministério da Educação) concordava com a inclusão do mecanismo na Constituição de forma permanente, como prevê o texto em tramitação no Congresso. A área econômica, no entanto, quis estabelecer o prazo —a exemplo do modelo atual, cuja validade termina neste ano.

Congressistas e especialistas criticam a proposta do governo, que pode trazer

insegurança para as redes de ensino no planejamento de longo prazo.

O Fundeb responde por R\$ 4 de cada R\$ 10 investidos na educação básica (que vai da creche ao ensino médio).

O fundo reúne parcelas de impostos e recebe uma complementação da União para estados e respectivos municípios que não atingem o valor mínimo a ser gasto por alunodefinido todo ano. Esse complemento federal é de 10% —cerca de R\$ 15 bilhões atualmente.

As discussões sobre uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para sua renovação estão no Congresso desde 2015. No ano passado, o tema passou por forte debate na Câmara e no Senado.

Uma minuta do texto foi apresentada pela deputada Professora Dorinha (DEM-TO) com a previsão de elevar para 40% essa complementação. O MEC defendia que o percentual chegasse a 15%.

A pasta decidiu, ainda no ano passado, encaminhar uma PEC própria sobre o tema.

Até agora, no entanto, o MEC, comandado pelo ministro Abraham Weintraub, divergia de alguns pontos, sobretudo do percentual, mas defendia sua constitucionalização.

O Ministério da Economia propõe um limite de tempo para o Fundeb seguindo as diretrizes do titular da pasta, Paulo Guedes. Ele tem buscado desvincular o orçamento público de despesas, que, segundo argumenta, se perpetuam ao longo do tempo e diminuem o poder decisório do governo.

Por isso, a existência permanente do Fundeb é interpretada como uma medida que vai na direção contrária das propostas do ministro.

Entre as iniciativas de Guedes no chamado Plano Mais Brasil —pacotagem de três PECs anunciadas em novembro que alteram regras fiscais e orçamentárias— está a eliminação de 248 fundos públicos. A argumentação do projeto foi justamente eliminar vinculações de receitas a despesas específicas e usar o dinheiro para outras necessidades.

Além disso, Guedes queria eliminar o mínimo de recursos destinados a educação e saúde por municípios, estados e União.

Foi convencido por integrantes do governo a flexibilizar a proposta, e acabou sugerindo a soma dos pisos das duas áreas —o que pode reduzir a verba para a educação.

Nos bastidores, Weintraub já abriu mão da inclusão do fundo na Constituição de forma permanente, mas ainda defende um prazo maior de validade, de cerca de 20 anos. Questionados, MEC e Economia não responderam.

A iniciativa do governo de mandar um texto próprio deve gerar um impasse. Os deputados articulam para votar a matéria até março, com apoio do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

O governo, porém, aposta em adiar a decisão definitiva e postergar a validade do modelo atual. Maia esteve nesta quarta-feira (5) com congressistas e especialistas envolvidos nos debates. Aos presentes, disse que a proposta do governo não irá prosperar na Câmara. Ele afirmou e que vai privilegiar o trabalho já realizado.

Nos últimos dias, Maia tem feito fortes ataques a Weintraub, a quem classificou como um desastre. As críticas expuseram a dificuldade do ministro com o Congresso.

Já há entendimento avançado entre os parlamentares de que o percentual de complementação não ficará em 40%, mas entre 20% e 25% —maior, portanto, do que quer o governo.

Aprovado em 2006, o Fundeb foi incluído nas disposições transitórias da Constituição, com vigência de 2007 a 2020.

O mecanismo teve um efeito muito positivo —sem ele, haveria cidades com menos de R\$ 500 por ano por aluno.

No entanto, as desigualdades persistem. Cerca de 62% dos municípios ainda contam com menos de R\$ 400 por mês por aluno, e o valor investido por estudante ao ano (considerando o Fundeb e todas outras fontes de gastos) varia quase sete vezes no país, entre as cidades que mais e menos investem

Hoje, quase 80% do que é gasto em educação básica sai dos cofres de municípios e estados.

Especialistas defendem o aumento do protagonismo da União no financiamento da etapa para corrigir essa situação, além de uma melhor distribuição.

A deputada Dorinha lamentou a posição do governo, que, para ela, mostra a falta de cuidado com a educação pública.

"Como tornar o Fundeb mais robusto e colocar uma insegurança de que daqui 10 anos ou 20 anos ele vai acabar? Como os estados e municípios criam políticas locais para concurso e ampliação de jornada sem essa segurança?", questiona.

O deputado Bacelar (Pode-BA), presidente da comissão especial que trata do tema, ressalta que já está prevista no texto atual a revisão periódica do fundo. "Quando for fazer revisão de teto de gastos [em 2026], o Fundeb será reavaliado", diz.

João Marcelo Borges, diretor de Estratégia Política do Movimento Todos Pela Educação, diz que a postura do governo é mais uma afronta ao Congresso.

"É óbvio que, se houver algo consagrado na Constituição que precise de revisão, pode-se fazer. Mas, neste momento, dado o grau de consenso em torno da constitucionalização, me parece mais uma afronta."

Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, diz que, "para infelicidade da educação", as sugestões mostram a coerência do governo. "O

Fundeb nunca foi prioridade no governo", diz.

"O complicado com relação ao que será aprovado é que Maia e Paulo Guedes representam ambos o mercado financeiro, que não quer mais recursos para educação."

Além do percentual de complementação, continua em aberto o modelo de distribuição dos recursos. Haverá um formato híbrido: os 10% que já fazem parte do fundo continuarão da mesma forma, com base na realidade de cada estado, o que vale também para os municípios.

Recursos extras acima dos 10% seriam rateados com base na realidade dos municípios, o que atinge cidades pobres em estados ricos.

Têm avançado, no entanto, propostas que reservam parte desse recurso extra para ser distribuído com base na adoção de boas práticas educacionais e também a partir da melhoria de indicadores educacionais.

topo ↕

AGÊNCIA VALOR - TEMPO REAL

Lewandowski relatará pedido de impeachment de Weintraub no STF

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), foi sorteado relator do pedido de impeachment do ministro da Educação (MEC), Abraham Weintraub, protocolado na quarta-feira por um grupo de deputados e senadores.

Como motivos para a perda de mandato a petição lista uma série de episódios recentes protagonizados por Weintraub, como os problemas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o fato de o MEC não ter empenhado o dinheiro do fundo da Lava-Jato.

"Desde logo, ressalte-se que a denúncia não configura pedido de revisão de atos da Administração Pública, dotados de discricionariedade, mas, sim, de pedido de responsabilização de agente público por atos contrários às leis e à Constituição", diz o documento.

Segundo a peça, "não pode um Ministro de Estado agir de forma contrária às finalidades do órgão que comanda, promovendo verdadeiro desmonte".

Em uma versão preliminar do texto, os parlamentares afirmavam que "muitas condutas omissivas" do ministro devem ser responsabilizadas por levarem ao "desmonte" da pasta.

O primeiro motivo apontado é o que eles classificam como "eloquente ineficiência do Ministro da Educação quanto à gestão das políticas de alfabetização, apontada como uma das grandes metas nos 100 dias do Governo e posteriormente ignorada".

O documento ainda afirma que o Plano Nacional de Educação "simplesmente não tem sido observado, com absoluta precariedade na prestação de contas".

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Após suspensão de aulas nas escolas rurais de Uberaba por falta de transporte, secretária de Educação vai ao MPMG

Atividades foram suspensas nesta quinta (6) e sexta (7) por causa de problemas com o serviço de transporte rural prestado pela Expresso RS; G1 entrou em contato com a empresa.

Após a suspensão de aulas nas escolas municipais da zona rural de Uberaba nesta quinta (6) e sexta-feira (7) por causa de problemas com transporte de alunos, a secretária municipal de Educação, Silvana Elias, esteve no Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) para esclarecer a situação. A expectativa da pasta é que o serviço de transporte esteja regularizado a partir da próxima segunda-feira (10).

A decisão pela suspensão das atividades foi tomada depois que a Secretaria Municipal de Educação (Semed) constatou que algumas vans da empresa Expresso RS, contratada em dezembro para fazer o transporte de 1.800 alunos, não prestaram o serviço no primeiro dia de aula da rede municipal, que ocorreu na quarta-feira (5).

O G1 entrou em contato com a Expresso RS, mas não houve retorno até a publicação desta reportagem.

Por causa dessa situação, a Semed informou que o primeiro passo, antes de ir ao MPMG, foi notificar e advertir a empresa para que o serviço seja feito de forma adequada e satisfatória.

A pasta divulgou que, na manhã de quinta-feira (6), o representante da Expresso RS, Daniel Lessa, se reuniu com a equipe da Semed para ajustar a prestação de serviço. Ele explicou que aguarda 30 novos veículos, todos adquiridos em Uberaba, para atender a demanda, mas alegou que a fábrica atrasou em 48 horas a entrega.

Porém, segundo a Semed, as vans já chegaram à cidade e foram submetidas aos procedimentos para emplacamento, adesivação, dentre outras exigências legais.

Na tarde de quinta, a secretária Silvana Elias se reuniu com os promotores de Justiça André Tuma e Maila Barbosa. Ela respondeu esclarecimentos solicitados sobre o transporte escolar e apresentou toda a documentação do processo licitatório de contratação da empresa.

O serviço de transporte é oferecido pela Prefeitura para alunos e professores da zona rural para as escolas municipais Celina Soares de Paiva, Sebastião Antônio Leal, Vicente Alves Trindade, Frederico Peiró, Gastão Mesquita Filho, Totonho de Moraes, José Marcus Cherém, Maria Carolina Mendes, além dos Centros Municipais de Educação Infantil (Cemeis) Maria de Assis Resende, Nicanor Pedro da Silveira e Zita Terezinha Capuço.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UFRN acata decisão da Justiça e matricula em Medicina estudante que questionou classificação no Sisu

Candidata afirmou que teve pontuação maior que a nota de corte, mas não apareceu entre os aprovados para o curso. MEC ainda não se posicionou sobre o caso.

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) acatou uma decisão liminar da Justiça Federal e fez o cadastramento, em Medicina, de uma estudante que questionou classificação no Sistema Unificado de Seleção (Sisu). A informação foi

confirmada pela instituição, que não deu mais detalhes sobre o assunto.

O G1 procurou novamente o Ministério da Educação para saber se foi identificada alguma falha no sistema e se foi constatado, de fato, erro na classificação da estudante, mas o ministério não respondeu aos questionamentos.

De acordo com a decisão do juiz Magnus Delgado, da 1ª Vara Federal de Natal, a candidata comprovou que realizou o Enem 2019 e fez a inscrição em primeiro opção para o curso de Medicina no campus da UFRN em Natal, com pontuação maior que a nota de corte (nota do último candidato aprovado nas vagas de ampla concorrência).

Segundo o processo, com base nos pesos definidos pela UFRN, o sistema informava que a nota dela era de 769,21 - superior a nota de corte definida em 768,12. Porém embora tenha apresentado nota superior aos três últimos candidatos aprovados para o curso de Medicina da UFRN (768,82, 768,58 e 768,12), ela não apareceu na lista de aprovados.

A nota final do candidato é obtida por média ponderada entre as notas adquiridas no Enem e pelo peso de cada disciplina atribuído pela UFRN e pelo SisU. Porém, o juiz afirmou que a autora, teria feito o cálculo e chegado à conclusão de que sua nota, na verdade, deveria ser menor - com 768,79 pontos. A pontuação, porém, ainda seria suficiente para entrar no curso.

"Isto posto, considerando que o desempenho da autora no Enem 2019 foi superior ao do último candidato aprovado pelo SISU/2020 para ingresso no curso de Medicina da UFRN, dentre as vagas destinadas à ampla concorrência, defiro a liminar requerida para determinar que a UFRN se abstenha de impedir o direito da autora de apresentar a documentação necessária e exigida para ingresso no curso de Medicina/2020, assegurando a sua matrícula no referido curso e, conseqüentemente, o acesso da autora às aulas de Medicina/2020, até ulterior deliberação deste juízo, inclusive mediante a reserva ou disponibilização de vaga adicional, se necessária", determinou o magistrado.

[topo](#)

G1 - TEMPO REAL

OAB Rondônia critica documento que mandava recolher 43 livros de escolas estaduais: odiosa censura, diz

Sindicato dos Professores de Rondônia também repudiou ofício: Atentado à educação, ao conhecimento e a liberdade de expressão. Secretário de Educação do estado afirmou que ofício não chegou a ser expedido.

A Ordem dos Advogados do Brasil Seccional de Rondônia (OAB/RO) se pronunciou sobre o documento da Secretaria de Estado de Rondônia (Seduc) que mandava recolher 43 livros nas escolas estaduais. Segundo o órgão a ação representa "odiosa censura".

Ainda conforme a OAB o documento viola os mais caros princípios e garantias fundamentais da Constituição Federal.

"Bem como ofende a democracia e a cultura, que nos dá unidade como nação brasileira", diz a OAB Rondônia.

O pronunciamento é referente a um documento da Seduc que determinou na quinta-feira (6) o recolhimento de livros clássicos como "Memórias Póstumas de Brás Cubas", de

Machado de Assis, "Macunaíma", de Mário de Andrade, e "Os sertões", de Euclides da Cunha, das escolas estaduais de Rondônia.

O Sindicato dos Professores de Rondônia também se manifestou dizendo que a ação, mesmo em "rascunho" é um "atentado à educação, ao conhecimento e a liberdade de expressão".

Para o Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado (Sintero), o ato, se acontecesse, seria um "comportamento ditatorial do Governo".

“Esperamos que essa situação seja esclarecida, pois não podemos tolerar que casos de censura sejam presenciadas nas escolas de Rondônia”, diz a pasta em nota.

A União Nacional dos Estudantes (Une) afirmou nesta sexta-feira que a lista da Seduc "foi uma tentativa de censura à cultura".

O que diz a Seduc sobre recolhimento?

Ao G1, o secretário da Secretaria de Educação de Rondônia (Seduc) confirmou a existência do documento – revelou que tratar-se de um "rascunho" feito por "técnicos" que não chegou a ser expedido. Afirmou ainda não concordar com o teor do memorando e que os livros listados não serão recolhidos.

O trabalho dos técnicos, segundo o secretário, começou porque havia uma denúncia de que os livros continham palavrões:

"[O departamento técnico] Fez uma checagem que não é conclusiva, porque a conclusão vai encerrar quando eles [técnicos] me apresentarem alguma coisa, e, pelo que eu estou vendo, já não querem mais apresentar. Mas, assim, são clássicos da literatura. 'Macunaíma' é filme e o escambau, entendeu? Não seria a Seduc de Rondônia que iria se invocar com um livro desse", afirmou.

Em nota a Seduc informou que "o processo eletrônico que contém a análise técnica foi encerrado imediatamente sem ordem de tramitação para quaisquer órgãos externos, secretarias ou escolas públicas".

O G1 procurou a assessoria do governador Marcos Rocha (PSL), mas não obteve resposta até a última atualização desta reportagem.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Sisu 2020: convocações da lista de espera começam na sexta-feira

Chamadas são organizadas pelas universidades e são consultadas diretamente com as instituições de ensino superior.

Começa na sexta-feira (7) a convocação dos candidatos que ficaram na lista de espera do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Segundo o Ministério da Educação (MEC), quem optou por esta opção deverá acessar os resultados diretamente com as unidades de ensino superior em que manifestaram interesse. Cada instituição tem um cronograma próprio.

O prazo para que os estudantes que não foram classificados na primeira chamada

manifestassem interesse em entrar na lista de espera terminou na terça-feira (4). Na quinta (6), houve relatos em redes sociais de que o sistema não teria considerado as inscrições no caso dos que escolheram apenas uma opção de curso.

Procurado pelo G1 sobre os relatos feitos em redes sociais, o MEC não deu retorno até a mais recente atualização desta reportagem.

Prouni 2020: Resultado da primeira chamada é divulgado; veja como acessar
Filha de diarista é aprovada em medicina na UFRN

Reclamações e questionamentos

A edição do primeiro semestre de 2020 do Sisu teve 1.795.211 pessoas inscritas, que realizaram 3.458.358 inscrições (cada candidato pode tentar até duas opções de curso em busca de uma vaga). Estavam em disputa 237.128 vagas em 128 instituições de ensino superior públicas em todo o país.

A atual edição do Sisu foi marcada por reclamações e questionamentos judiciais. O próprio resultado do Sisu 2020 só foi liberado após o STJ atender um recurso do MEC em ação que questionava a conduta do governo federal na resolução de erros na correção do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Em outro questionamento, o Ministério Público Federal (MPF) de Brasília solicitou esclarecimentos sobre cursos que tiveram um número inferior de vagas destinadas ao percentual da população com deficiência.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Aulas do 1º mestrado indígena do Centro-Oeste são realizadas em MT e contam com 20 alunos

Com 360 horas-aula e duração de 14 a 24 meses, o programa funciona na modalidade presencial.

Por G1 MT

As aulas do 1º mestrado indígena do Centro-Oeste começam nesta sexta-feira (7) no no Câmpus da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), em Barra do Bugres, a 169 km de Cuiabá.

O curso é ofertado pela Faculdade Indígena Intercultural (Faindi).

A Unemat informou que estão matriculados 20 índios de 11 etnias diferentes. A primeira turma de mestrandos conta com índios das etnias Bororo, Chiquitano, Ikipeng, Manoki, Munduruku, Pareci, Surui, Tapirapé, Terena, Umutina e Xavante.

Com 360 horas-aula e duração de 14 a 24 meses, o programa funciona na modalidade presencial. O curso tem a área de concentração em ensino, com linhas de pesquisa 'Ensino e linguagens em contexto intercultural' e 'Ensino, docência e interculturalidade'.

A prova de seleção foi realizada no último dia 20 de outubro e teve 96 inscritos. O processo de seleção contou com as etapas de avaliação de projeto de pesquisa e análise de currículo.

A Unemat é pioneira no atendimento às populações indígenas em cursos superiores específicos e diferenciados, ofertados desde 2001. Desde o início da oferta de educação escolar para indígenas, a universidade já formou 450 professores e especializou 140 deles.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Projeto da UFU oferece exercícios físicos gratuitos para mulheres em Uberlândia
As candidatas devem ter entre 50 e 70 anos e preencher requisitos para participar do projeto Menopausa e Atividade Física. A previsão é que as aulas comecem a partir de março.

A Universidade Federal de Uberlândia (UFU) está com inscrições abertas para projeto “Menopausa e Atividade Física”, que oferece exercícios físicos gratuitos com acompanhamento profissional para mulheres entre 50 e 70 anos.

A iniciativa é da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia (Faefi). As atividades começam em março e têm duração de 16 semanas. O objetivo do treinamento físico é melhorar qualidade de vida, os sintomas da menopausa, pressão arterial e glicérolina dos participantes.

“Quem quiser começar a partir de março precisa se inscrever o quanto antes, pois as vagas são limitadas. As mulheres que preencherem os requisitos, mas não tiverem conseguido a vaga nesta turma, ficarão no nosso cadastro de reserva”, explicou Mateus de Lima Rodrigues, um dos coordenadores do projeto.

De acordo com a universidade, o público-alvo são mulheres hipertensas e diabéticas que estejam na pós-menopausa, não façam terapia hormonal e não sejam fumantes. Além das atividades, serão feitos alguns exames.

Inscrição

As inscrições são feitas por meio do telefone (34) 3218-2965 ou presencialmente na Faefi, localizada na Rua Benjamin Constant, nº 1.286, no Bairro Aparecida. O atendimento é de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 18h.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

“Weintraub não pode continuar”, diz relator do pedido de impeachment

Um ano após protagonizar a sabatina de Vélez-Rodriguez, o deputado federal Felipe Rigoni (PSB-ES) pediu ao STF o impeachment do ministro da Educação

Aos 28 anos, o capixaba Felipe Rigoni (PSB-ES) exerce seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados como o primeiro parlamentar cego a ser eleito para o Congresso. Com mestrado em administração pública na Universidade de Oxford, na Inglaterra, Rigoni é ativista na área da educação e, até agora, acumula episódios de dissidência com os titulares do MEC durante o governo Bolsonaro. No ano passado, ao lado da deputada Tabata Amaral (PDT-SP), destacou-se ao confrontar o então ministro Ricardo Vélez-Rodriguez diante dos colegas. Agora, é relator do pedido de impeachment de Abraham Weintraub entregue ontem (5) ao Supremo Tribunal Federal (STF). A medida ganhou o endosso de dezenas de parlamentares, foi rechaçada por partidários do presidente e recebeu críticas de ativistas da educação. Nesta quinta-feira, Rigoni falou à VEJA sobre a medida. Veja, abaixo, os principais trechos da entrevista:

De quem partiu a iniciativa de pedir o impeachment de Weintraub? A ideia surgiu principalmente de mim, a Tabata e o João Henrique Campos (Republicanos). Fomos todos membros da Comissão Externa de Acompanhamento do MEC e participamos ativamente da elaboração do relatório que saiu ano passado, apontando a ineficiência do ministro. Agora, percebemos que a única ferramenta que dispomos é o impeachment. Mais de trinta parlamentares assinaram o pedido.

Qual é, exatamente, a base legal do pedido? O que embasa qualquer impeachment é a existência de um crime de responsabilidade que, apesar do nome, não pertence à esfera penal. O termo correto é infração político-administrativa, e se dá quando o político viola algum dos princípios que norteiam a administração pública: eficiência, transparência e impessoalidade. A outra possibilidade é a quebra de decoro do cargo.

Como o ministro infringiu esses princípios? Como exemplo de ineficiência, temos a caso do dinheiro recuperado pela Lava-Jato e direcionado para o ministério. A pasta perdeu 1 bilhão de reais porque não foi capaz de apresentar um projeto para uso dos recursos, cujo montante equivale a 17 vezes o que foi gasto com creches no ano passado. No quesito impessoalidade, o ministro errou gravemente ao usar sua conta pessoal no Twitter para responder ao filho de um apoiador, enquanto milhares de alunos que entraram em contato com o MEC não tiveram resposta concreta quanto aos erros no Enem. Até agora não se sabe direito o que aconteceu – o que incorre em falta de transparência. Por fim, os inúmeros ataques contra internautas configuram quebra de decoro.

Publicidade

Pedir o impeachment de um ministro da Educação não pode acabar banalizando o recurso? Dizer que estamos banalizando o instrumento de impeachment é dizer que estamos fazendo isso por qualquer coisa. A execução orçamentária o ano passado foi baixíssima, o Plano Nacional da Educação não existe, poucas creches foram construídas, a política de apoio ao ensino básico foi próxima de zero. Se isso é qualquer coisa eu não sei o que esse pessoal entende por educação.

Fazer pressão no poder executivo não basta? Até o momento, não foi suficiente. É lógico que também é prerrogativa do presidente demitir o ministro, tal como é direito de qualquer brasileiro pedir o impeachment de um servidor público. A diferença é que, ao invés de passar pelo Congresso, como quando se trata de um presidente, o processo é feito pelo STF. Qualquer cidadão poderia ter feito.

O senhor acredita que o mecanismo se aplica a outros ministros do governo? No momento, não. Apesar da ineficiência de vários ministérios – como do Meio Ambiente, Direitos Humanos e Relações Internacionais -, não há, como na Educação, casos tão flagrantes de incompetência por omissão e falta de transparência completa. Há casos de demora e políticas públicas erradas, mas esses casos, sim, é que têm que ser discutidos com o Parlamento.

O senhor se opõe a tudo que vem do governo Bolsonaro? De jeito nenhum. Muita gente acha que fazemos oposição por oposição e isso não é verdade. Entre as pessoas que apoiaram o impeachment estamos eu, a Tabata e alguns outros que votaram a favor da reforma da previdência, do pacote anticrime e da MP da liberdade econômica, por

exemplo, porque foram projetos bons apresentados pelo poder executivo. Se fosse o caso da educação, eu estaria do lado do ministro dando todo apoio. Como o MEC sequer apresenta propostas, não há a menor condição de Weintraub continuar.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Um Secretário de Educação absolutamente inadequado

Avanço contra os livros

Rondônia foi premiada com um secretário de Educação que é uma figura extraordinária! Você, leitor, leu a lista de livros que ele queria que fossem recolhidos das escolas estaduais? Ainda bem que algum funcionário mais atilado percebeu que aquela lista era uma bofetada no país!

Com o argumento de que os livros listados tinham conteúdo inadequado às crianças e adolescentes, o secretário Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu não teve pejo em incluir em seu memorando livros como “Memórias Póstumas de Brás Cubas” e “Os Sertões”, duas das maiores obras literárias assinadas por brasileiros!

Curiosamente, o secretário, apesar de confirmar a existência do documento, declarou que o mesmo não passava de um rascunho! Segundo o secretário, foram técnicos que redigiram o “rascunho” cujo teor ele não aprova, apesar de tê-lo assinado. Mais curioso ainda: para defender os técnicos, o secretário disse que eles foram levados a agir devido a uma denúncia que os livros continham palavrões!

Gostaria que o senhor Lacerda de Abreu mostrasse em qual capítulo, em quais páginas tanto de “Os Sertões” quanto de “Memórias Póstumas”, seus honoráveis técnicos encontraram palavrões.

Publicidade

O mesmo digo de “O Processo”, de Franz Kafka e de “Contos de terror, de mistério e de morte”, de Edgar Allan Poe, dois clássicos da literatura universal que também figuravam na lista da secretaria.

Segundo a indefectível lista, 19 livros de Rubens Fonseca, 8 de Carlos Heitor Cony e 3 de Nelson Rodrigues também deviam ser recolhidos. Bem, nesses podemos encontrar, aqui ou ali, palavras de baixo calão que não destoam, e sim enriquecem, o tema escolhido pelo autor. São livros que só honram nossa literatura. Mas cá pra nós, seria o caso desses livros serem adotados por escolas básicas?

Francamente, senhor secretário Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu. Parece que tudo em sua secretaria deve ser revisto. A começar pela escolha dos técnicos.

A lista, ainda bem, foi cancelada e os livros nela contidos não serão recolhidos. Torço para que façam parte da Biblioteca Pública Estadual de Rondônia.

Publicidade

Nem por isso a notícia deve ser ignorada. Ao contrário, devemos falar muito nela, para que nunca mais isso se repita, em nenhuma Secretaria de Cultura de nenhum estado brasileiro.

CLIPPING



Maria Helena Rubinato Rodrigues de Sousa é professora e tradutora, escreve semanalmente para o Blog do Noblat desde agosto de 2005.

